

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CAMPUS DE TOLEDO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – NÍVEL MESTRADO**

**EMERSON FERNANDO DE OLIVEIRA**

**CARACTERÍSTICAS E MENSURAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE  
RESERVA BRASILEIRO, DE 2000 A 2015**

**TOLEDO**  
**2020**

**EMERSON FERNANDO DE OLIVEIRA**

**CARACTERÍSTICAS E MENSURAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE  
RESERVA BRASILEIRO, DE 2000 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Economia – Nível Mestrado –  
UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Braga de Almeida  
Gabriel

Coorientadora: Prof. Dra. Mirian Beatriz  
Schneider

**TOLEDO  
2020**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de  
Geração Automática do Sistema

Oliveira, Emerson Fernando de  
Características e mensuração do Exército Industrial de  
Reserva brasileiro, de 2000 a 2015 / Emerson Fernando de  
Oliveira; orientador(a), Flávio Braga de Almeida Gabriel;  
coorientador(a), Mirian Beatriz Schneider, 2020.  
147 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2020.

1. Exército Industrial de Reserva. 2. Terceira Revolução  
Industrial. 3. Teoria Marxista. I. Almeida Gabriel, Flávio  
Braga de . II. Schneider, Mirian Beatriz. III. Título.

EMERSON FERNANDO DE OLIVEIRA

CARACTERÍSTICAS E MENSURAÇÃO DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA  
BRASILEIRO, DE 2000 A 2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Economia – Nível Mestrado –  
UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Flávio Braga de Almeida Gabriel  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

---

Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula  
Universidade Federal do Paraná– UFPR

---

Prof. Dr. Alain Hernández Santoyo  
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL

TOLEDO  
2020

**Aos meus Pais,  
Sirley e Lourival**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Universidade Estadual do Oeste do Paraná pela oportunidade ofertada.

Ao programa de Pós-Graduação em Economia, pela oportunidade e apoio.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001, pelo financiamento da pesquisa.

A Luci Barbieri, por toda a ajuda.

Aos professores: Cristiano Stamm, Flávio Braga de Almeida Gabriel, Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Luiz Alberto Cypriano, Rosangela Maria Pontili, Roselaine Navarro Barrinha e Mirian Beatriz Schneider. Pelas aulas ministradas nas disciplinas que cursei.

Agradeço especialmente a Mirian Beatriz Schneider. Por eu ter encontrado [em ti] uma amiga que compreendeu minhas aspirações. O seu apoio me motivou (e motiva) a desenhar um novo caminho para mim. Obrigado!

Agradeço de maneira especial a minha família, a meu pai Lourival de Oliveira e à minha mãe Sirley Neves de Oliveira. Por ter possibilitado que eu fosse a primeira pessoa da família a ingressar em um programa de mestrado, me mostrando que o conhecimento pode partir das origens mais modestas.

E a todas as pessoas que contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

“Se o homem trabalha apenas para si próprio, poderá porventura torna-se um erudito célebre, um grande sábio ou um excelente poeta, mas nunca um homem verdadeiramente grande...Se escolhermos a vocação em que possamos trabalhar ao máximo pela humanidade...Não fruiremos, então, uma alegria pobre, limitada, egoísta, mas a nossa felicidade pertencerá a milhões...Nossos feitos serão silenciosos, mas eternamente eficazes, e lágrimas ardentes de homens nobres derramar-se-ão sobre nossas cinzas”

Karl Marx

## RESUMO

A presente dissertação propõe discutir a extensão do Exército Industrial de Reserva (EIR) brasileiro e suas principais características, a partir de uma perspectiva diferente do marxismo tradicional. Admitindo-se que na sociedade contemporânea a força de trabalho racionalizada do Exército Ativo é maior do que as quantidades de energia humana absorvida – em termos absolutos –, e que o trabalho é considerado um princípio ético-moral. Discutiu-se, então, a expansão de novas formas de trabalho, em decorrência do ajuste da classe trabalhadora às necessidades de valorização do capital, de modo que a nova configuração da estrutura produtiva, que, dentre outras formas, se manifesta tornando o trabalho supérfluo em quantidades que não são reabsorvidos pela expansão dos mercados, impele os trabalhadores que são repelidos do Exército Ativo a procurarem ocupações no âmbito do EIR. Sendo assim, analisamos o EIR brasileiro de 2001 a 2015, a partir da base de dados da PNAD. Os resultados encontrados demonstraram que a nível nacional, o EIR representou mais de 50% do mercado de trabalho. Nos Estados da Região Norte e Nordeste, os trabalhadores supérfluos tiveram uma representatividade maior do que a média nacional. Por outro lado, nos Estados da Região Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a representatividade do EIR ficou acerca da média nacional. Contudo, dentre as camadas que formam o EIR, em todos os Estados, em relação à média do período, a camada latente foi a mais representativa. Considerando que a camada latente é composta por trabalhadores que realizam atividades não tipicamente capitalistas, conclui-se que, com a Terceira Revolução Industrial evolui, indubitavelmente, a destruição das relações de produção capitalista. Desta análise, viu-se que as atividades realizadas na camada latente são de cunho doméstico, enquanto na camada estagnada são preponderantemente realizadas no setor agrícola, de construção e comércio e reparação. Em relação ao tempo de permanência, viu-se que os trabalhadores supérfluos tendem a permanecerem no EIR por mais de 10 anos. Por fim, em relação à renda, embora o Rendimento Domiciliar *per capita* (RDPC) do EIR seja menor do que no ativo, os resultados mostraram que a RDPC na camada latente foi menor do que na camada estagnada. Essas considerações de ordem teórica revelam a possibilidade da forma de *ser* assumido pelo EIR desde o final do século XX representar a genuína expressão de um mundo absolutamente capitalizado, produto do desenvolvimento das contradições imanentes do capitalismo, discutidas por Marx em *O Capital*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Exército Industrial de Reserva. Terceira Revolução Industrial. Teoria Marxista.

## ABSTRACT

This dissertation proposes to discuss the extension of the Reserve Army of Labor (RAL) and its main characteristics, from a different perspective from traditional Marxism. Admitting that in contemporary society the rationalized workforce of the Active Army is greater than the amounts of human energy absorbed - in absolute terms - and that work is considered an ethical-moral principle. It was discussed, then, the expansion of new forms of work, due to the adjustment of the working class to the needs of capital appreciation, so that the new configuration of the productive structure, which, among other forms, manifests itself making the work superfluous in quantities that are not reabsorbed by the expansion of markets, it impels workers who are repelled from the Active Army to seek occupations within the scope of the RAL. Therefore, we analyzed the Brazilian RAL from 2001 to 2015, based on the PNAD database. The results found demonstrated that at the national level, the RAL represented more than 50% of the labor market. In the States of the North and Northeast Region, superfluous workers had a greater representation than the national average. On the other hand, in the States of the Southeast, South and Midwest, the representativeness of the RAL was about the national average. However, among the layers that make up the RAL, in all States, in relation to the average of the period, the latent layer was the most representative. Considering that the latent layer is composed of workers who carry out activities that are not typically capitalist, it is concluded that, with the Third Industrial Revolution, the destruction of capitalist production relations evolves, undoubtedly. From this analysis, it was seen that the activities carried out in the latent layer are of a domestic nature, while in the stagnant layer they are predominantly carried out in the agricultural, construction and trade and repair sectors. Regarding the length of stay, it was seen that superfluous workers tend to stay in the EIR for more than 10 years. Finally, in relation to income, although the RAL's Household Income *per capita* (RDPC) is lower than in the asset, the results showed that the RDPC in the latent layer was lower than in the stagnant layer. These theoretical considerations reveal the possibility of the way of being assumed by the RAL since the end of the 20th century to represent the genuine expression of an absolutely capitalized world, product of the development of the immanent contradictions of capitalism, discussed by Marx in *O Capital*.

**KEYWORDS:** Reserve Army of Labour. Third Industrial Revolution. Marxist Theory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Segmentação do Mercado de Trabalho .....	76
Figura 2 – Representação do EIR total relativo no Mercado de Trabalho brasileiro, de 2001 a 2015 .....	88
Figura 3 – Evolução do EIR nos Estados da Região Norte, de 2001 a 2015 .....	93
Figura 4 – Evolução do EIR nos Estados da Região Nordeste, de 2001 a 2015 .....	94
Figura 5 – Evolução do EIR nos Estados da Região Sudeste, Sul, Centro-Oeste e no Distrito Federal de 2001 a 2015.....	95
Figura 6 – Composição do Mercado de Trabalho nos Estados da Região Norte, de 2001 a 2015 .....	96
Figura 7 – Composição do Mercado de Trabalho nos Estados da Região Nordeste, de 2001 a 2015 .....	97
Figura 8 – Composição do Mercado de Trabalho nos Estados da Região Sudeste, Sul, Centro-Oeste e no Distrito Federal de 2001 a 2015.....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação da PEA Ocupada .....	76
Quadro 2 – Classificação das categorias de análise do EIR .....	78
Quadro 3 – Classificação das categorias de análise do Exército Ativo e Classe Capitalista ...	81
Quadro 4 – Participação percentual dos ramos de atividades realizadas na camada latente e estagnada .....	85
Quadro 5 – Participação percentual dos locais de atividades realizadas na camada latente e estagnada .....	85
Quadro 6 – Participação percentual do tempo de permanência dos trabalhadores na camada latente e estagnada .....	86
Quadro 7 – Classificação das categorias remuneradas do EIR .....	87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição do Mercado de Trabalho brasileiro, de 2001 a 2015 .....	90
Tabela 2 – Taxa de participação das categorias do Mercado de Trabalho brasileiro, por Unidades da Federação, de 2001 a 2015 .....	98
Tabela 3 – Participação percentual dos ramos de atividades realizadas na camada latente, de 2001 a 2015 .....	100
Tabela 4 – Participação percentual dos ramos de atividades realizadas na camada estagnada, de 2002 a 2015.....	101
Tabela 5 – Participação percentual dos locais de realização das atividades realizadas na camada latente, de 2001 a 2015.....	103
Tabela 6 – Participação percentual dos locais de realização das atividades na camada estagnada, de 2001 a 2015.....	104
Tabela 7 – Participação percentual do tempo de permanência dos trabalhadores na camada latente, de 2001 a 2015.....	106
Tabela 8 – Participação percentual do tempo de permanência dos trabalhadores na camada estagnada, de 2001 a 2015.....	107
Tabela 9 – Índice da renda para os anos de 2001 a 2015, média geométrica do INPC de set. e out. ....	109
Tabela 10 – RDCP Média do Brasil para a classe capitalista, Exército Ativo, trabalho doméstico e por conta-própria, de 2001 a 2015 (Reais de Set/Out de 2015) .....	109
Tabela 11 – SMN e RDCP Média do Brasil para a classe capitalista, Exército Ativo, trabalho doméstico e por conta-própria, de 2001 a 2015 (Reais de Set/Out de 2015) .....	110

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>19</b>
<b>A SOCIEDADE DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE COAÇÃO E COERÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>19</b>
2.1 O moderno sistema produtor de mercadorias e seu conteúdo abstrato.....	19
2.2 Progresso da Composição Orgânica do Capital .....	31
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>39</b>
<b>ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA CAPITALISTA .....</b>	<b>39</b>
3.1 Modificações na organização das relações de trabalho na passagem para o sistema capitalista.....	39
3.1.1 Métodos de acumulação de capital: a reestruturação produtiva e seus desdobramentos nos processos de trabalho .....	46
3.1.2 Transformações no mercado de trabalho na sociedade contemporânea.....	54
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>62</b>
<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>62</b>
4.1 Caracterização do Exército Industrial de Reserva (EIR) no seguimento do século XXI ...	62
4.1.1 Camada flutuante.....	67
4.1.2 Camada latente .....	68
4.1.3 Camada estagnada .....	71
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>73</b>
<b>MARCO METODOLÓGICO.....</b>	<b>73</b>
5.1 Base de dados .....	73
5.2 Mensuração do Exército Industrial de Reserva (EIR), Exército Ativo e Classe Capitalista .....	75
5.2.1 Definição dos dados disponíveis na PNAD.....	75

5.2.2 Adaptação dos dados da PNAD às categorias de estudos marxistas .....	77
5.2.3 Taxa de participação da camada Flutuante, Latente e Estagnada, do Exército Ativo e da Classe Capitalista.....	82
5.3 Estratégia para a caracterização das camadas remuneradas do Exército Industrial de Reserva (EIR) .....	84
5.3.1 Distribuição dos ramos, locais e tempo de permanência na atividade principal dos trabalhadores na camada latente e estagnada .....	84
5.3.2 Renda domiciliar <i>per capita</i> da camada Latente e Estagnada, do Exército Ativo e da Classe Capitalista.....	87
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>88</b>
<b>O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA BRASILEIRO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS NO MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>88</b>
6.1 Extensão do Exército Industrial de Reserva brasileiro no século XXI.....	88
6.1.2 Extensão do Exército Industrial de Reserva brasileiro nas Unidades da Federação .....	92
6.1.2.1 Participação percentual das categorias que compõem o Mercado de Trabalho nas Unidades da Federação .....	96
6.1.3 Caracterização das camadas remuneradas do Exército Industrial de Reserva brasileiro	99
6.1.4 Distribuição da Renda Domiciliar <i>per capita</i> (RDPC) nas categorias remuneradas do Mercado de Trabalho brasileiro.....	108
<b>CAPÍTULO VII.....</b>	<b>112</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>119</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Seria autêntico e oportuno dedicarmo-nos hoje de maneira crítica a discussão do Exército Industrial de Reserva (EIR)? Afinal de contas, Marx abordou criticamente este tema em *O Capital*, publicado pela primeira vez em 1867. E não seria duplamente questionável utilizar esta abordagem para debater o EIR no século XXI? Sem embargo, não se trata em rejeitar a teoria de Marx. Sua obra e influência são imensas. Seu lugar está fora de questão. Este não é o ponto.

A questão é que até o início do século XXI, as crises do capital conduziram cada vez mais a uma repetição ou reinterpretação forçada da teoria de Marx em um contexto social modificado. O que de fato ocorre com a maioria dos estudos sobre o EIR. Desse modo, convém desde já esclarecer que, para Marx, o EIR é resultante da lógica capitalista irrefreável que substitui capital variável por constante, transformando parte da classe trabalhadora em supérflua ao capital. Assim, Marx (1996b) salienta que o progresso das forças produtivas tende a reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário a um mínimo, todavia, no modo de produção capitalista, o *trabalho* é a única fonte de riqueza. A substituição do capital variável face o constante resulta na racionalização da mão de obra integrante da estrutura produtiva e, portanto, torna um contingente de trabalhadores supérfluos, de modo que estes trabalhadores formam o que Marx (1996b) denominou de Exército Industrial de Reserva (EIR).

Nesse sentido, Marx (1996) trata a formação e disponibilidade do EIR, como manifestação da própria contradição do movimento de expansão do sistema capitalista, sendo esta massa de trabalhadores supérfluos condição necessária para o desenvolvimento do acúmulo de riqueza, uma vez que estes trabalhadores podem integrar o Exército Ativo e, então, possibilitar o acúmulo de capital, ou, por outro lado, pressionar os trabalhadores do Exército Ativo a aceitar os ditames do capital, potencializando, portanto, a extração de mais valor.

Entretanto, esta forma de *ser* e de manifestação do EIR diz respeito a um período histórico em que o processo de acúmulo de capital estava no estágio primitivo. Todavia, a razão mais profunda para o EIR continuar sendo discutido no século XXI como, sobretudo, uma população que ora integra, ora pressiona o Exército Ativo, reside no fato dos estudos marxistas até hoje ter permanecido mais comprometidos com a dinâmica da modernidade contra a sociedade pré-moderna, portanto, imanentes à história da modernização. Isso não é de se admirar, na medida em que o capital e as categorias fetichistas que lhe derivam de modo

algum ingressaram na história de forma pura e ideal, mas inextricavelmente associada e mesclada a estruturas e formas de pensamentos tradicionais (KURZ, 2005; 1991).

Contudo, hoje, passado mais de 150 anos da primeira publicação de *O Capital*, podemos dizer que ele nos apresenta um núcleo temático que sem dúvida merece nossa atenção: a importância crucial de se diferenciar o método expositivo dialético de Marx de uma noção empirista de causalidade. Diríamos que, até por uma questão de probidade intelectual, é necessário reconhecer a relevância do alerta. Pois, ao mesmo tempo em que Marx nos deixou uma base teórica que analisa desde o progresso das formas mais abstratas, formais e potenciais das contradições capitalistas, deixou-nos a efetivação destas contradições embebidas no problema ainda inexplorado da modernização.

Todavia, algo nos parece claro: o método expositivo dialético de Marx sugere que cada estágio de desenvolvimento capitalista possui uma determinada lei de reprodução, por sua vez, de acordo com grau de desenvolvimento das forças produtivas, modificam-se as relações das leis que a regulam. Então, o EIR enquanto alavanca de acumulação pressionando ou incorporando o Exército Ativo indica ser a expressão das necessidades de valorização do capital em um determinado período histórico, em outros termos, o capital empírico de um empírico período de transição – *o passado visto de hoje*.

Vale ressaltar que não podemos desvincular Marx do marxismo e da modernidade, e acusar os marxistas de um erro de interpretação. Antes, é necessário observar o que é imanente à história da modernização em *O Capital* e, portanto, torna-se obsoleto no estágio de desenvolvimento atual do capitalismo. E, ao mesmo tempo, indagar quais momentos discutidos por Marx sobre o processo de acumulação de riqueza, que apesar de ser tão desenvolvido em seu tempo, apenas na atualidade torna-se efetivo. Deste modo, acreditamos que é possível analisar o EIR no contexto social atual. Portanto, o que justifica esta pesquisa é o fato dos estudos recentes que abordam o EIR utilizar a mesma concepção de quando o modo de produção capitalista estava em sua gênese, logo, não condizente com o estágio em que se encontram as forças e relações de produção hodiernas. Desse modo, para contribuir no desenvolvimento da teoria marxiana é necessário submetê-la às condições atuais do sistema-fetichista capitalista.

Feita estas considerações, esta dissertação não busca desprezar ou refutar os estudos sobre EIR no século XXI. Ao contrário, precisamos avançar criticamente além das concepções tradicionais, em vez de desprezá-las. O que objetivamos é estabelecer um espaço intelectual livre para tornar pensável o que para muitos teóricos é impensável. Acreditamos que desta forma é possível contribuir verdadeiramente para a teoria de Marx. Assim, a

presente dissertação procurará responder a seguinte questão: qual a extensão do Exército Industrial de Reserva Brasileiro entre 2000 e 2015 e o perfil das atividades realizadas em suas camadas remuneradas? Diante disto, o objetivo geral da dissertação consiste em mensurar o Exército Industrial de Reserva e caracterizar suas camadas remuneradas. Para isso, os seguintes objetivos específicos foram propostos:

- i)* Expor o debate existente na literatura referente à sociedade do trabalho;
- ii)* Mensurar o Exército Industrial de Reserva nas Unidades da Federação (EIR);
- iii)* Calcular a taxa de participação da camada flutuante, latente e estagnada que formam o EIR, do Exército Ativo e da classe capitalista;
- iv)* Analisar as principais características das camadas remuneradas que compõem o EIR, a saber: latente e estagnada.

Além da presente introdução, o trabalho está estruturado em outros 6 capítulos. O capítulo 2 traz uma discussão acerca da sociedade do trabalho e procura expor a forma como a atividade humana em si domina as relações sociais no modo de produção capitalista. No capítulo 3 procurou-se apresentar as evoluções nas relações de trabalho, desde o taylorismo até a Terceira Revolução Industrial.

No capítulo 4 são apresentadas as principais características da estrutura geral do EIR na sociedade contemporânea, além de uma discussão sobre as três camadas que formam o EIR, bem como o aspecto que suas estruturas assumiram com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O capítulo 5 apresenta a base de dados e sua adaptação para os conceitos marxistas referentes ao mercado de trabalho e a estratégia utilizada para analisar algumas características das camadas remuneradas do EIR.

No capítulo 6 são apresentados os resultados da mensuração do EIR por Unidades da federação. Por fim, no sétimo e último capítulo, são abordadas as considerações finais da dissertação.

## CAPÍTULO II

### A SOCIEDADE DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE COAÇÃO E COERÇÃO SOCIAL

#### 2.1 O moderno sistema produtor de mercadorias e seu conteúdo abstrato

Compete a Engels (1985) ter disposto o trabalho no cerne da humanização do homem. Contudo, o conceito sistemático de trabalho de maneira alguma é idêntico ao fato dos indivíduos transformarem a natureza, visto que esse processo era realizado nos estágios primitivos da vida humana. Enquanto existir homens, eles produzirão alimentos, roupas, livros, casas, etc. Isso é trivial e compreende-se por si mesmo (KURZ, 2005). Obviamente, a partir do trabalho se realizam *pores* teleológicos, em última análise, de ordem material. O que não é óbvio é que a atividade humana, o puro dispêndio de força de trabalho, sem considerar qualquer conteúdo e, sobretudo, independente da necessidade humana e vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina todas as relações sociais na moderna sociedade produtora de mercadorias e na história da respectiva constituição.

Embora, de acordo com os períodos históricos, a abstração *trabalho* contenha várias possibilidades de realização, a história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história da imposição do trabalho entre as classes sociais. Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, mestres de corporações e oficiais artesões, isto é, opressores e oprimidos, têm vivenciado uma guerra ininterrupta, ora direta, ora disfarçada (MARX; ENGELS, 1998). Nas primeiras épocas históricas, verifica-se, quase por toda parte, que além das atividades não terem sido pautadas na transformação de energia humana em dinheiro, também não eram autodeterminadas, ao contrário, eram integradas em um conjunto de normas prescritas por tradições sociais, culturais e religiosas.

Nas antigas sociedades agrárias, Kurz, Trenkle e Lohoff (1999) aludem ao fato de que apesar dos diferentes métodos de domínios e de relações de dependências pessoais, as atividades de transformação da natureza não eram subordinadas ao dispêndio de força de trabalho abstrato. Cada atividade tinha o seu tempo específico e seu lugar de realização particular, não existia uma forma de atividade abstrata e geral que dominava todas as relações sociais. Perante estas reflexões, o *homem moderno* indagaria: isto quer dizer que os indivíduos nestas sociedades não trabalhavam? Então, como eram criados os produtos necessários para a sobrevivência humana? Quanto a estas questões, evidentemente, os produtos não se originam do nada. Porém, seria plausível afirmar que em toda a história da humanidade o gasto de energia humana abstrata teria sido um princípio que dominava as

relações sociais? Diante disto, qual seria a abstração plausível de ser realizada no entendimento da categoria trabalho, especificamente, na moderna sociedade produtora de mercadoria?

Primeiramente, é importante observar a conceituação da palavra trabalho. Historicamente, em várias culturas até a modernidade, de acordo com Kurz, Trenkle e Lohoff (1999), não existia um conceito universal de trabalho que incorporasse uma ampla gama de atividades. Não porque eram culturas *atrasadas*, *selvagens* ou *antropófagas*. Mas porque seria irracional resumir atividades como cozinhar, plantar e caçar em um termo genérico para a atividade humana. E mesmo que em algumas sociedades pareça existir um conceito universal nominal, referia-se a atividades restritas, e não a uma universalidade de atividade humana em geral. Desse modo, apesar da palavra trabalho não ter sido uma criação do sistema capitalista, na medida em que as antigas sociedades agrárias podem ser analisadas, mediante sua reconstrução e observação de seus aspectos culturais remanescentes, é evidenciado que em vários idiomas culturais o significado de trabalho remetia a um conceito de escravidão.

A esse respeito, Hannah Arendt, na obra *The Human Condition*, demonstra que as palavras para trabalho – o alemão *arbeit*, o inglês *labor*, o latim *travail* – remetem a uma conceituação negativa. Na língua germânica *arbeit* tem a mesma raiz etimológica que a pobreza – *armut*; *labor* é originário da palavra *labare*, na qual significa cambaleiar sob uma carga. Já a palavra *travail* deriva da palavra *tripalium*, sendo um jugo utilizado para acometer os indivíduos não livres a tortura (ARENDDT, 1998). Portanto, em sua origem etimológica, trabalho não é sinônimo de uma atividade consciente livre, mas diz respeito à atividade daqueles que perderam sua liberdade. Desde o princípio observa-se o vínculo do vocábulo com a atividade condicionada, quer dizer, com alguma forma de coerção. A determinação exterior da atividade, a obrigação, a imposição, é a peculiaridade que o termo procura demonstrar.

Não é de se admirar, hoje, que o tempo livre é aquele não dedicado ao trabalho. Também não é de se admirar porque o termo trabalho não se tratava de um conceito geral, mas de uma abstração social, nesse sentido representando uma abstração real pré-moderna. Se os indivíduos nas sociedades humanas *não modernas* trabalhavam caçando, plantando ou construindo, era sempre a atividade de alguém definido como servo. Isto permite, a nosso ver, sustentar que pela sua origem etimológica a servidão era o conteúdo da abstração social do trabalho. De fato, como abstração social limitada, o conceito de trabalho na pré-modernidade não poderia, de maneira alguma, ter o aspecto universal de atividade e ser determinado positivamente, como na modernidade (KURZ; TRENKLE; LOHOFF, 1999).

Todavia, a peculiaridade do termo se perdeu com a sua generalização: inicialmente somente utilizado para atividades impostas, coercitivas e que precisavam de demasiado esforço – o que ajuda explicar, em parte, porque era em geral utilizado como referência às atividades servis –, o termo ganhou certa positividade e então passou a designar a própria singularidade da atividade humana: a diferença entre os homens de outros animais é a disposição ao trabalho. No século das luzes tal definição da humanidade do homem a partir do trabalho vinha, sobretudo, também seguida da indicação da capacidade linguística: Voltaire teria dito que os macacos renunciavam a falar porque isso os obrigaria a trabalhar, já para Kant o babuíno saberia falar se quisesse, mas não falava por medo de ser recrutado ao trabalho.

A generalização do termo é acima de todo um resultado prático, e não apenas um fenômeno etimológico. A metamorfose do trabalho em valor e sua generalização acompanham a gênese, afirmação e determinação de uma sociedade pautada na necessidade socialmente determinada, ou seja, na imposição de determinada forma de atividade produtiva como mediação social. Tal imposição se refere ao fato de que todas as formas de comparecimento no campo da produção passaram a ser englobadas por esse conceito, e não somente ao fato de o trabalho ter se transformado em uma necessidade para a sobrevivência de determinada classe – a trabalhadora –, como outrora enfatizado por Lukács. Vejamos nas palavras do autor:

“El rasgo caracterizador que distingue al capitalismo de los ordenamientos sociales anteriores es que en él la misma clase explotadora está sometida al proceso productivo; está obligada a prestar sus propias fuerzas a la lucha por el provecho, de la misma manera en que está obligado el proletariado para mantenerse con vida” (LUKÁCS, 1973, p. 75).

O fetichismo da mercadoria discutido por Marx (1996a, 1996b) e a autonomização do campo econômico fez de todos os indivíduos, incluída a classe capitalista, servos de uma lógica societal automática cuja finalidade é a de “earning of more and more money [...] thought of so purely as an end in itself” (WEBER, 1992, p. 18), nesse processo, para Durkheim (1999), o trabalho transformou-se no principal método de coesão social. O homem é controlado pela geração de dinheiro, pela obtenção como propósito final de vida. Não é mais a aquisição econômica que se encontra subordinada ao homem como meio para satisfação de suas necessidades. “This reversal of what we should call the natural relationship, so irrational from a naïve point of view, is evidently as definitely a leading principle of capitalism as it is

foreign to all peoples not under capitalistic influence” (WEBER, 1992, p. 18). *O capitalismo, sobretudo é a sociedade do trabalho.*

Se, pois, a história do termo depende em grande medida da moderna sociedade produtora de mercadorias e da história da respectiva constituição, já que esta lhe dotou um estatuto genérico, como enfatiza Kurz (2012), surge à questão: como observar tal peculiaridade em meio aos diversos discursos *retroprojetivos* que, determinando a *societatis* pelo trabalho, também o faz presente na história passada? Ora, a crítica desse vocábulo torna-se um caminho que, no mínimo, pode contribuir para alcançar a diferença, visto que os sedimentos se acumularam, de uma ou de outra forma, sobre a linguagem.

No entanto, como o termo é bastante recente na história da humanidade, de modo que não foi utilizado pelos antigos, voltamos então à questão da *tradução-traição*, ainda que existam vocábulos dentre os povos antigos que servem como denominação de atividades coercitivas. Na Grécia Antiga, por exemplo, existiam diversas variações de classes sociais entre o homem livre e o escravo que não se enquadra na escravidão conhecida – relação mercadoria e escravo –, de modo que havia variações da própria forma de escravidão, assim como da relação entre os escravos com a atividade específica realizada. Consequentemente, isto também gera uma confusão entre os historiadores que, em última análise, se deparam com a dificuldade em classificar a própria escravidão e discutir de maneira pormenorizada a atividade específica realizada no período anterior a modernidade.

Mesmo com as dificuldades, tanto de ordem terminológica como conceitual, ficou estabelecida há muito na historiografia voltada as relações do mundo antigo que o trabalho material era desprezado, determinando sempre uma atividade aviltante. No entanto, isto não é apenas questionável, mas, sobretudo, um equívoco. O problema não era a atividade material, mas sim a imposta, independente se era ou não de cunho material. Apesar da conotação metafórica é possível observar na teologia um exemplo de tal atividade específica como *objeto de imposição*. No Antigo Testamento da Bíblia, o trabalho é representado como uma maldição aos homens – comerás teu pão com o suor de teu rosto. Ocorre que antes de ser amaldiçoado, de acordo com a Gênesis Bíblica, o homem vivia em um ambiente de perfeição, sendo designado a Adão e Eva apenas a atividade de lavrar e guardar o Éden. Entretanto, com o *pecado* e a *queda* foi proclamada uma condenação. Segue o texto bíblico para melhor contextualizar:

“[...] Deus disse: [...] Comeste tu da árvore de que te ordenei que não comesses?

Então disse Adão: A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e eu comi.

E disse o SENHOR Deus à mulher: Que é isto que fizeste? E disse a mulher: A serpente me “enganou, e eu comi”.

[...]

E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela; “maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida”.

[...]

No “suor do teu rosto comerás o teu pão, até que retornes à terra, porque dela foste tomado; porquanto és “pó, e ao pó retornarás” (BÍBLIA, Gênesis 3, 1-19).

O trabalho, assim, tendo em vista a teologia, é realizado a partir de uma imposição e não de forma natural e positiva. No mundo material, esse é o ônus social da servidão. Kurz, Trenkle e Lohoff (1999) chamam a atenção para o fato de que um indivíduo livre poderia caçar, mas não podia ser caçador por profissão, poderia negociar ocasionalmente, mas não podia ser comerciante. Isto não significa que o não trabalho era algo desonroso, um ócio improdutivo ou mera preguiça. Com Ulisses, vemos que o herói Odisseu tem orgulho até em fazer sua própria cama.

“Não há homem vivo entre os mortais, nem muito jovem, que removeria de lá a cama, pois grande sinal foi feito na cama fabricada; eu fiz com as minhas próprias mãos, e mais ninguém” (*Od. XXIII*, p. 478, tradução nossa).

De fato, o mundo mitológico é repleto de objetos significativos, sendo que a simples construção de uma cama significa algo cheio de valor; ela [a cama] é símbolo de honra, e também é a prova da verdadeira identidade de quem a fez. Em contrapartida, na mitologia grega, é possível compreender porque as 12 atividades realizadas por Hércules ficaram conhecidas como *Os 12 trabalhos de Hércules*. Ora, considerando que de acordo com a mitologia, Hércules perdeu sua honra após assassinar sua mulher, Mégara, e seus filhos, tendo que servir a Euristeu e realizar 12 atividades como punição, de modo que apenas assim retomaria sua honra e tornar-se-ia imortal, antes de tudo, o trabalho aparece como uma maldição e não redenção. A imortalidade, a honradez, a própria vida, apenas existiria quando o trabalho *per si*, imposto, também deixasse de existir.

Todavia, não pretendo com esta discussão afirmar que havia uma forma de atividade exclusivamente escrava e outra somente realizada por homens livres, mas sim que era a atividade realizada de maneira imposta objeto de desdém. Afinal, tomar o desdém pelo

*trabalho*, nos períodos históricos anteriores a modernidade como desprezo a produção manual, é uma redução da ideia que cercava a atividade dependente. A esse respeito, muitos teóricos por vezes insistem em definir e determinar atividades realizadas exclusivamente por escravos e homens livres apenas a partir da *natureza* de tais atividades.

No entanto, pode ser comprovado, por exemplo, com base na arqueologia, que não adianta simplesmente, em muitas sociedades humanas, opor atividades livres e impostas, com respeito ao trabalho. Como podemos confirmar a partir das recentes investigações arqueológicas ao demonstrar que possivelmente as pirâmides do Egito não foram construídas por escravos, pelo fato da tumba do faraó e dos responsáveis pela construção das pirâmides terem sido encontradas lado a lado. Sendo infactível que a tumba de um *escravo* pudesse estar ao lado da tumba de um indivíduo, que, na condição de faraó, além de ser a expressão máxima de poder na sociedade era, sobretudo, considerado a encarnação de um Deus. Na realidade, o que se procura enfatizar é que a suposta oposição entre escravo e homem livre não era o eixo central na classificação social egípcia, isto não significa, porém, que não houvesse escravos, ou termos para designá-los, o que confirma Ciro Flamarion Cardoso:

“[...] a condição servil era designada no antigo Egito por nada menos de oito vocábulos, que nem sempre podemos traduzir com exatidão. Alguns são muito gerais (como *bak*, que parece indicar trabalhadores de qualquer espécie, sujeitos a certo grau de dependência), outros mais precisos (como *hem*, que é o que mais usualmente se traduz como “escravo”) [...]”, aliás, “[...] os escravos egípcios, além de variarem de situação no tempo, sempre representaram algo bem diverso da “escravidão-mercadoria” grega ou romana” (CARDOSO, 2003, p. 26).

Essa observação demonstra que não é a partir da *natureza* das atividades que simplesmente se define a sua realização, ou não, por escravos ou homens livres. As atividades na relação social e transformação da natureza eram integradas no conjunto de um complexo sistema e mecanismo de tradições culturais, sociais e normas prescritivas religiosas com compromissos mútuos. Não havia uma forma de atividade geral ou abstrata (KURZ; TRENKLE; LOHOFF, 1999).

Portanto, não é diante da atividade material que as sociedades antigas mantinham desprezo, mas sim de qualquer atividade, material ou intelectual que se apresentasse como imposição, seja pela escravidão, por alguma forma de dependência ou então pela atividade assalariada de camponeses e artesãos que, de um ou de outra forma, se sujeitavam a um esforço para satisfazer a *outrem*. Isso ajuda a explicar porque os indivíduos podiam produzir

bens materiais sem imposição, cultivando, portanto, uma relação social não estranhada com sua respectiva atividade.

Segundo Migeotte (2005), não era a atividade material *per se* que gerava o sentimento de inferioridade social, mas, seu aspecto heterônomo, com um objetivo exterior. “O *trabalho manual* não era menosprezado em si, mas na medida em que se impunha como uma *necessidade*” (MIGEOTTE, 2005, p. 33, grifo nosso). De modo que a diferença essencial entre o homem livre nas sociedades *não modernas* em relação aos livres na modernidade é que o homem moderno não tem dúvida alguma de que é livre. Por exemplo, no capitalismo, a maioria dos indivíduos não está mais sob o chicote de um *senhor* pessoal. A dependência servil tornou-se abstrata, por isso, total. Ela pode ser sentida em todos os poros da vida, mas não é palpável. Quando o trabalho tornou-se universal, quando cada indivíduo tornou-se servo, tornou-se também senhor, o seu próprio traficante e feitor de escravo (KURZ; TRENKLE; LOHOFF, 1999).

As sociedades *não modernas*, em sua grande maioria não possuíam um modo de relacionamento universal assentido na necessidade e mediado pela produção, nada parecido com o conceito moderno da categoria trabalho, a que todos estão sujeitos, poderia daí surgir. Com isto já se diz que o tempo não era *algo* a ser otimizado. A reflexão amplamente difundida na modernidade em relação ao conceito de tempo é encontrada em Immanuel Kant, na obra *Kritik der reinen Vernunft*. Neste escrito, Kant entende o espaço e o tempo como formas *a priori* na percepção e pensamento humano. Os indivíduos apenas podem identificar formas de espaço e tempo que estão delimitados por sua razão, antes de qualquer cognoscibilidade *a posteriori*.

Evidentemente, a concepção kantiana de espaço e tempo tem caráter abstrato e não completamente histórico, como axiomática para todas as épocas sociais, culturais e econômicas. Em sua visão, o tempo é, em última análise, o tempo em geral, não conjunrando uma qualidade específica. Kant, portanto, designa espaço e tempo como formas puras de intuição. Todavia, Kurz, Trenkle e Lohoff (1999) enfatizam que a pesquisa histórica cultural constatou a determinação não histórica da percepção do tempo como insustentável. Embora o tempo seja uma percepção circunscrita *a priori* na cognição dos indivíduos, encontra-se sujeito a transformações históricas e culturais. A experiência histórica confirma essa constatação: nas culturas pré-modernas não pensava-se em um tempo linear uniforme, mas em um tempo cíclico, de certa forma, pressupondo ritmos de tempos regulares adaptados de acordo com os ciclos sazonais e cósmicos; o tempo passava tanto de maneira diferente como

existia formas coexistentes de tempo. A expressão *cada coisa tem seu tempo*, ainda faz lembrar este sentido.

Entretanto, na modernidade, com a necessidade incessante do trabalho em produzir valor, reverteu-se a relação entre concreto e abstrato. Por seu lado, todas as esferas concretas e objetos sensuais são vistos como a representação da abstração moderna do trabalho que domina a sociedade na forma reificada do valor. Assim, a medida do trabalho não é mais definido pelo tempo concreto e qualitativamente diferente mas, sobretudo, abstrato, representando um tempo de fluxo linear e uniforme, como outrora concebido por Kant.

A natureza contraditória desse modo de vida, que outrora representava uma contradição subjetiva, tornou-se cada vez mais objetivada com o processo de universalização do trabalho. Isto ajuda a explicar porque o *não trabalho* na modernidade não diz respeito ao indivíduo que conquistou tempo livre para a ação independente e autônoma, sendo capaz de definir livremente seus objetivos, mas, sobretudo, *não-trabalho* é sinônimo de *pobreza*: quem não trabalha não tem o direito de viver (KURZ; TRENKLE; LOHOFF, 1999). Nesse sentido, diferente da pré-modernidade, não é o princípio do trabalho desonroso e inválido, mas a existência de indivíduos que não trabalham.

Portanto, justamente o que era o mais próximo do conceito moderno da categoria trabalho, marcado pela *necessidade*, dever e submissão, era motivo de desdém. Os conceitos pejorativos de muitos escritos sobre o trabalho, especialmente o do artesão ou qualquer indivíduo subordinado a outro, são tão recorrentes e unânimes, tão relacionados em todos os aspectos da vida antiga, que, sobretudo, não podem ser descartados como uma simples retórica vazia (FINLEY, 2013). Apesar de terem sido executadas de modo compulsório, quer dizer, premido pela necessidade, e suscitando uma estranheza em relação ao seu processo, as atividades impostas nas sociedades humanas *não modernas*, de modo algum, podem ser contrastadas ao trabalho moderno em todos as sua similaridade de traços fenomenológicos, o que, na realidade, não corresponderia ao mesmo conceito da categoria trabalho. Muitos pensadores acabam por se defrontar, ainda que intuitivamente com tal peculiaridade do trabalho, porém, se mantêm tolhidos pelas ambiguidades imanentes a essa difícil comparação.

O trabalho como categoria de síntese social e universal, quer dizer, como imposição universal obtida pela sua transformação em virtude, não pode ser projetado sobre o passado pré-capitalista e/ou para o futuro, a não ser que o pesquisador tenha o cuidado de não aplicar a totalidade do conceito. Também não devemos tomar o trabalho como condicionamento externo, própria à relação entre natureza e sociedade, como *reprodução material*, visto que grande parte das sociedades humanas *não modernas* apresentaram muitos de seus indivíduos

*liberados* desse condicionamento. Ora, se, por um lado, a Antiguidade, bem como a Idade Média ainda criam problemas de justificação para tanto, por outro lado, o caso das *sociedades primitivas* o constata inequivocamente.

Uma esfera no âmbito do condicionamento externo não existe nas sociedades primitivas, ao contrário, não aparece em tais sociedades formas impostas de atividade produtiva. Contudo, isto não representa de modo algum uma liberdade ou autonomia dos indivíduos nessas sociedades. Se Karel Kosik (1969) enfatiza no livro, *Dialética do Concreto*, que uma peculiaridade do trabalho é, acima de tudo, estar abstraído das demais atividades sociais, por outro lado, nada que se equipare a tal conceito pode ser observado em *sociedades primitivas*, tribais.

Não existia, por exemplo, nas sociedades indígenas, atividades que pudessem ser desvinculadas do conjunto em que se colocava a vida social tribal. Tal conhecimento é bastante comum à etnografia e logrado através de estranheza frente da inadequação das categorias discutidas pelos pesquisadores europeus. As práticas que colocamos como produtivas – reprodução material – não são *naturalmente* marginalizadas em função do todo que formam diante do universo mítico peculiar dessas sociedades. Por extensão, os antropólogos chamam a atenção para a dificuldade conceitual referente à categoria trabalho no momento que se tem em mente diferentes sociedades humanas *não modernas*.

Ainda assim muito se tem *falado*, escrito em relação às origens do trabalho. No denominado estado arcádico da sociedade, parece que o homem até mesmo não trabalhava. Segundo Astrada (1968), dedicava-se a comprazer outras predisposições que considerava mais estimulante para *si*, mediante a sua condição vital, como talvez unicamente o *dolce far niente*. O trabalho arroga distinto aspecto e consecução em concordância com impulsos humanos *primários*, nos povos *primitivos* – Naturvölker –, do aspecto que arroga nos povos que afluem aos estados *culturais* – Kulturvölker. O trabalho na perspectiva dos povos *cultos* é uma necessidade, do mesmo modo que para os *primitivos* é uma amenidade lírica.

Contudo, do mesmo modo que aparentemente são evidentes os conceitos do mundo *cultural*, quando tratamos de pesquisar sua evolução, quanto mais retrocedemos, mais insolitamente se deturpam, até o ponto que nos confundimos no que diz respeito à sua essência e aparência, de maneira igual aparece à categoria trabalho em sua fase *primitiva*, como algo heterógeno, estonteante, e ligada a práticas que em diversos estágios da evolução se confrontam quase como oposto – a exemplo, em relação a sua etimologia *per si*. Esta heterogeneidade entre a aparência e a essência decorre de um todo indissolúvel.

Não podemos, portanto, antagonizar questões culturais e naturais, no sentido de discutir o trabalho como suposta categoria ontológica e transhistórica. Por outro lado, também não podemos antagonizar atividades compulsórias e livres, visto que em muitas sociedades humanas existe um todo que é, acima de tudo, indissolúvel. Não é certo, assim, fixar diferentes sociedades humanas *não modernas*, mesmo as que apresentam baixo nível de forças produtivas, de sociedades carentes de recursos, onde até mesmo não existia excedente. E mesmo que a falta de uma imposição externa oferecesse para os ocidentais a figura de ociosidade e indolência dessas sociedades, na realidade, tratava-se, da visão do pesquisador projetada sobre elas.

Se na linguagem atual – popular – por vezes diz-se trabalhar como um negro ou *vagabundo*. Ora, ou os indivíduos nas sociedades *primitivas* tinham que se dedicar todo o seu tempo procurando alimento ou, ao contrário, justamente por não ter que dedicar todo seu tempo à procura por alimento, podia ficar por longos períodos em sua rede. Isso chamou a atenção dos primeiros observadores europeus dos índios da América do Sul de tal forma que enorme era a sua condenação ao observarem que homens cheios de saúde preferiam enfeitar-se de penas e pinturas ao invés de *com o suor de teu rosto comer o teu pão*.

Na verdade, muitas vezes tratava-se de sociedades em que os indivíduos relegavam propositalmente que *com o suor de teu rosto comerás o teu pão*. Obviamente, isso durou pouco, pois, com a colonização interna do continente europeu a que se seguiu a colonização externa de outros continentes, logo os índios tiveram que trabalhar – e, diga-se de passagem, a maioria começou a morrer. Segundo Clastres (2017), aparentemente dois axiomas parecem nortear o movimento da civilização ocidental; o primeiro determina que a sociedade desenvolve-se sob o pano de fundo do Estado social-democrata, e o segundo segue o *dogma* escrito nos portões de entrada de Auschwitz: *Arbeit Macht Frei* – o trabalho liberta.

Apesar de existir diversas discussões sobre a abstração da categoria trabalho nas sociedades humanas *não modernas*, não há dúvida de que dessas sociedades, como a indígena, muitos indivíduos rejeitavam de maneira óbvia o trabalho enquanto atividade condicionada e, sobretudo, privada de regozijo. É óbvio que não existia nenhum paraíso em tais sociedades, todavia, a cultura do ócio era otimizada, ao invés do tempo de trabalho. Também é óbvio que o trabalho assalariado, *livre* não parecia, sob essa ótica da experiência anterior da não modernidade, tão *livre* assim, pois, como enfatiza Arendt (1998), estava marcado pelo constrangimento do dever.

Dessa abordagem, por mais *sedutora* que seja a ideia de se aproximar do conceito de trabalho a necessidade ou condicionamento que alguns grupos, classes ou estamentos de

sociedades *não modernas* experimentaram – considerando que o trabalho é marcado pelo constrangimento do dever – essa concepção traz mais *prejuízos* à teoria social do que *avanços*. Em outras palavras: é necessário compreender os traços essenciais e não apenas a similitude de traços fenomenológicos para precisar determinadas atividades, categorias e conceitos. Ora, os traços essenciais da dependência em suas diferentes formas *não modernas*, segundo Kurz (2012), permite-nos afastá-las absolutamente da relação social moderna *for excellence*, quer dizer, do trabalho *livre*.

A partir do trabalho enquanto categoria universal e de síntese social, a evolução do moderno sistema produtor de mercadorias acompanhou<sup>1</sup> a evolução das cidades e afirmação de que apenas *com o suor de teu rosto comerás o teu pão*, por seu lado, também mostrou que apenas partir dele seria possível à acumulação de valor. Neste processo, o trabalho nas cidades passou conceitualmente a ser tratado como uma categoria positiva, o que auxiliou na evolução de uma dinâmica em que os indivíduos pudessem alugar suas capacidades de trabalho por um determinado salário. Para explicar esse moderno sistema produtor de mercadorias, Marx (1996a, 1996b) em *O Capital*, apresenta as definições de trabalho abstrato e concreto.

Segundo Marx, os produtos no sistema capitalista representam, acima de tudo, uma “[...] gelatina de trabalho humano indiferenciado [...]” (1996a, p. 185). Em outras palavras: apesar das diferentes formas de produção de diferentes mercadorias, as mercadorias podem ser equiparadas e transacionadas. De certa forma, isso explica a necessidade de no sistema capitalista a produção conter um *quantum* abstrato de energia humana, visto que é imprescindível para o sistema existir e se reproduzir: seja no âmbito do trabalho ou do capital, o que importa é a venda otimizada da mercadoria força de trabalho. O interesse somente incumbe às ocupações no mercado de trabalho. *O que, para que, como*, se a produção é realizada no Exército Ativo ou do EIR, na realidade, não importa, nem ao comprador nem ao vendedor da mercadoria força de trabalho.

Nesse sentido, Marx irá, em *O Capital*, salientar que o trabalho realizado pelo alfaiate na fabricação de uma camisa ou calça, chama-se trabalho concreto. Mas, neste contexto, a forma social do trabalho concreto, refere-se ao trabalho abstrato: o dispêndio de energia humana realizado pelo alfaiate somente é válido socialmente como uma determinada massa de trabalho abstrato que se incorpora na mercadoria criada e, assim, como uma propriedade

---

<sup>1</sup> O trabalho é, em sua essência, determinado pelo moderno sistema produtor de mercadorias e criador do moderno sistema produtor de mercadorias. Com isto já se diz que o moderno sistema produtor de mercadorias foi determinado pela evolução das cidades e determinante dessa mesma evolução.

invisível. Essa propriedade aparece no valor monetário das mercadorias, que, nesta forma, aparece como seu preço e este, por sua vez, como uma quantia em dinheiro. A assimetria entre as mercadorias e o dinheiro se resume, portanto, porque enquanto a mercadoria caracteriza uma forma natural e peculiar da riqueza, o dinheiro, sua antítese direta, manifesta uma forma social válida universalmente (ANTUNES; BENOIT, 2008). Assim, na medida em que a produção se submete ao valor de troca, mais o dinheiro domina as necessidades de produção e relações sociais.

Em termos práticos, ao equiparar, por exemplo, uma camisa a uma calça, é equiparada o trabalho inserido na camisa com o trabalho contido na calça; a forma de produção da camisa é um tipo de trabalho concreto que produz a calça (MARX, 1996a). Contudo, a equiparação com a camisa reduz a produção da calça àquilo que as duas mercadorias tem em comum: trabalho humano. Neste ponto, é dito que a produção de diferentes mercadorias, contanto que produza valor, não possui nenhum atributo que a diferencie entre as diversas mercadorias produzidas. Então, assim é possível reduzir as mercadorias às mesmas abstrações de valor, sem dar as próprias mercadorias qualquer forma de valor diverso de seu aspecto natural.

A consequência imediata do processo elencado acima é que o trabalhador a partir do dispêndio de nervo, músculo e cérebro pode criar valor, de modo a produzir mercadorias para ser trocadas por dinheiro. Isso explica, pelo menos em parte, a possibilidade de mesmo sem trabalhar nas linhas de produção das corporações, os trabalhadores têm a possibilidade de alugar suas capacidades de trabalho no âmbito do EIR e, então, produzir valor. Portanto, neste contexto, o próprio modo de produção capitalista tende a promover uma readequação em suas formas de extração de mais valor como, por exemplo, intensificando a exploração da força de trabalho dos indivíduos integrantes do EIR, e não necessariamente mediante a pressão destes trabalhadores em relação aos que integram o Exército Ativo.

O desenvolvimento do EIR torna-se um dos marca-passos da moderna sociedade produtora de mercadorias. Ora, se na medida em que o capitalismo evoluiu a tendência é que as quantidades de trabalho – em termos absolutos – absorvido em longo prazo pelo Exército Ativo não compense a racionalizada, de modo que mais esses trabalhadores supérfluos tendem a procurar ocupações no âmbito do EIR, logo, tanto a classe trabalhadora como a capitalista acaba por compartilhar a responsabilidade de conservação do trabalho e, então, da moderna sociedade produtora de mercadorias.

Em suma, sendo o trabalho o suporte da valorização da estrutura capital-dinheiro, somente por isso, e não por razões objetivas, podemos observar que no modo de produção capitalista pautado na alienação do trabalho evolui, indubitavelmente, uma tendência de

criação e desenvolvimento do gasto de energia humana no EIR, que, sobretudo, acompanha impreterivelmente o aumento da exploração desta mesma energia, quando sua venda passa a ser uma prerrogativa geral no âmbito do EIR e uma exceção no Exército Ativo.

Com isso é possível de observarmos que o conteúdo da produção na estrutura em que ocorre a transformação de energia humana em dinheiro é indiferente se a atividade é realizada no Exército Ativo ou EIR. Pois, segundo Semprun (2003) e Kurz (2012), como o conteúdo da produção de mercadorias é indiferente em como ocorre à produção e, por outro lado, a partir da venda da força de trabalho os trabalhadores obtêm renda, se casas são construídas por trabalhadores que estão no EIR, não interessa ao conteúdo do capital. Pois, para ele [o capital], o que importa é se as mercadorias possuem trabalho *pretérito*, ou seja, trabalho vivo. Procede daí a figura do trabalhador como fonte potencializada de autoexploração.

Compreende-se então a insanidade da economia que prega exatamente aos trabalhadores que ajustem seu número às necessidades de valorização do capital. O mecanismo da produção ajusta incessantemente o número de trabalhadores às essas necessidades de valorização. A primeira palavra desse ajustamento é a criação do EIR e seu desenvolvimento enquanto alavanca de acumulação, a última palavra, a miséria das camadas decrescente do Exército Ativo e crescentes do EIR. O desenvolvimento do acúmulo de capital ocorre, portanto, de acordo com as necessidades desenvolvidas pelo próprio caráter contraditório do modo de produção capitalista; a composição Orgânica do Capital – COC – é modificada tendencialmente *em e com* o desenvolvimento da força produtiva do trabalho correspondente ao modo de produção especificamente capitalista.

## 2.2 Progresso da Composição Orgânica do Capital

Apesar de o trabalho ser a única fonte de riqueza do sistema capitalista, sua tendência é de se tornar supérfluo, sendo cada vez mais racionalizado da estrutura produtiva. Ora, isso significa que a ampliação do capital constante e, por outro lado, redução do variável, traz consigo a queda na acumulação? É evidente que no longo prazo a queda no componente variável da COC tende a resultar na queda da produção de riqueza. No entanto, uma *coisa* é existir a tendência de ampliação do capital constante e redução do trabalho vivo, outra, muito diferente, é a de afirmar que o capital pode existir sem trabalho vivo.

Sem trabalho vivo, não seria possível produzir capital, então, também não seria produzido dinheiro. Sem dinheiro, a substância e forma do valor externo à mercadoria, o processo de reconhecimento e validação dos trabalhos não poderiam se realizar no

capitalismo, uma vez que ele se faz *post festum* (MOLLO, 2013). Esta tendência não pode ser concebida, portanto, como um defeito da forma trabalho. Ao contrário, isso o torna adequado ao capitalismo. Como consequência principal, a articulação entre capital constante e vivo é o fundamento essencial para a (re)produção do modo de produção capitalista.

É importante chamar atenção para esta discussão, uma vez que a maioria das pesquisas que vinculam a evolução da COC em relação aos estudos sobre Exército Ativo e EIR acaba delimitando as análises em relação ao trabalho somente como aquele realizado na esfera do trabalho assalariado, estritamente sob o teto das corporações. Ademais, a formação da estrutura social capitalista também pode promover o desenvolvimento de diversas áreas para possibilitar a extração de mais valor, seja no âmbito do Exército Ativo ou não, desde que seja realizado trabalho.

Afinal, como será abordado nos capítulos seguintes, na medida em que a acumulação evoluiu até o século XXI, não foi suficiente à produção capitalista apenas um EIR disponível que ora incorporasse ora pressionasse o Exército Ativo, ela precisou, para ter liberdade de ação, compatibilizar os trabalhadores ao mecanismo de criação de valores de troca na esfera do EIR. Por conseguinte, com o número decrescente de trabalhadores no Exército Ativo, o trabalhador individual passou a fornecer mais trabalho, no entanto, o volume acrescido de trabalhadores no EIR aumentou em conjunto com novas formas de trabalho que conduziram a continuação do número decrescente de trabalhadores no Exército Ativo.

Outrossim, o sistema capitalista não é um modo de produção que opera de maneira estática, ao contrário, procura constantemente se reproduzir. Desde o período de acumulação primitiva as modificações na COC se fizeram em nome do moderno sistema produtor de mercadorias. Isso não significa que exista, seja no interior do pensamento marxiano ou não, um consenso acerca do desenvolvimento e desdobramentos da COC e na sua relação *em e com* a acumulação capitalista. Por exemplo, na visão de Ricardo (2001), a evolução da COC tem como resultado a inserção de máquinas cujo intuito é o de poupar força de trabalho, como método de evadir-se provisoriamente da lei dos rendimentos decrescentes da terra, por seu lado, segundo o autor, a inserção de máquinas não conduz a um aumento na COC.

Para Ricardo (2001), a inserção de máquinas que, sobretudo, no curto prazo poupa força de trabalho – capital variável, medido em termos de trigo – e aumenta o capital constante em relação ao variável, ocasiona a reabsorção da força de trabalho deslocada a superficialidade – dado que os salários estejam a um nível de subsistência e os preços estejam flexíveis à baixa do trigo. Podemos depreender daí que, na visão de Ricardo, a população trabalhadora que em um primeiro momento torna-se supérflua se converte, em contrapartida,

em alavanca de acumulação, na medida em que o movimento que a lançou ao EIR também é aquele que conduz a sua absorção pelo Exército Ativo, de modo que assim é fornecido o material humano necessário à acumulação de capital.

Também reconhecendo na população excedente uma necessidade do moderno sistema produtor de mercadorias, Malthus diz:

“Prudential habits with regard to marriage carried to a considerable extent. among the labouring classes of a country mainly depending upon manufactures and commerce, might injure it. In a country of fertile land, such habits would be the greatest of all conceivable blessings” (MALTHUS, 1836, p. 215).

Segundo Malthus (1836), de acordo com a natureza da população, um acréscimo de trabalhadores é o principal impasse para a acumulação de capital, devido ao fato de que um país sempre está sujeito a um aumento da população em proporções menores do que o fundo de trabalho. No fim, Malthus considera a população excedente como produto do próprio aumento excessivo da população trabalhadora, e não de esta ter sido tornada redundante – em termos relativos.

O ponto é que a Economia Política clássica, apesar de no seu interior divergir em muitos pontos em relação ao desenvolvimento da COC, tem um ponto de convergência: após explicar a produção de uma superpopulação relativa de trabalhadores – EIR – vai dizer que é dever de todos os trabalhadores ajustarem-se às necessidades de valorização do capital, e não o contrário. Assim fala Martineu, quando atribui aos trabalhadores o dever de *assegurar o bom funcionamento do moderno sistema produtor de mercadorias*,

“[...] how are the masters to help you if you go on increasing your numbers and underselling one another, as if your employers could find occupation for any number of millions of you, or could coin the stones under your feet into wages, or knead the dust of the earth into bread? They do what they can for you in increasing the capital on which you are to subsist ; and you must do the rest by proportioning your numbers to the means of subsistence” (MARTINEU, 1832. p. 101).

Ou Malthus, quando atribui aos trabalhadores o dever de *assegurar as necessidades e conveniências da vida*. Diz ele:

“It is further of the utmost importance always to bear in mind that a great command over the necessaries and conveniences of life may be effected in two ways, either by a rapid increase in the quantity and value of the funds destined for the maintenance of labour, or by the prudential habits of the labouring classes; and that as the former mode of improving their condition

is neither in the power of the poor to carry into effect themselves, nor can in the nature of things be permanent, the great resource of the labouring classes for their happiness must be in those prudential habits which, if properly exercised, are capable of securing to them a fair proportion of the necessities and conveniences of life, from the earliest stage of society to the latest” (MALTHUS, 1836. p. 260).

Divergente, todavia, é a visão de Marx, que, embora para o autor no processo de evolução da COC segue-se também a evolução da população trabalhadora excedente, sendo que essa população “[...] torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação [...]”, de maneira alguma o movimento que expulsa os trabalhadores para o EIR também o reabsorve *quase-estaticamente*, como sugere Ricardo, tão pouco essa população é efeito do crescimento absoluto da própria classe trabalhadora, como afirma Malthus.

“Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural” (MARX 1996b, p. 265). Não é devido as características do poupador de força de trabalho ou redutor de seu custo de (re)produção ampliada do capital, que a COC aumenta tendencialmente. Na verdade, o modo de produção capitalista procura incessantemente extrair força de trabalho em proporções cada vez maiores para ampliar o ciclo de valorização do capital impondo, pela lei concorrencial entre os capitais e as esferas econômicas nacionais, a redução do uso da força de trabalho no processo produtivo, a isso também acompanha a produção de mais mercadorias; por extensão a produtividade do trabalho é acrescida (BELLUZZO, 1990).

Com a ampliação das forças produtivas, ocorre o aumento da COC. Assim, este aumento resulta no relativo incremento da quantidade de trabalho morto – meios de produção – em relação ao trabalho vivo – força de trabalho. Na medida em que as forças produtivas do trabalho social avançam quanto mais riqueza é criada, mais distante a classe trabalhadora se coloca no consumo desta mesma riqueza, por seu lado, a classe trabalhadora passa a ter uma maior capacidade em produzir mercadorias sem, no entanto, aumentar sua possibilidade de consumo (ANTUNES; BENOIT, 2008). Logo, o uso do capital constante acentua cada vez mais a contradição entre a classe trabalhadora e a riqueza produzida pelo trabalho. A questão que se coloca, portanto, é que o capitalismo ao ampliar as forças produtivas, amplia a separação entre compra e venda de mercadorias e, desse modo, a acumulação de capital acaba sendo restringida. Vale dizer que o desenvolvimento das forças produtivas tende a suplantar, sua possibilidade de realização como valor-capital existente em sua máxima valorização.

Contudo, se, neste cenário, o circuito de produção apenas é renovado em escala constante e, ao mesmo tempo, a mais valia produzida se realiza totalmente a partir da aquisição de bens de consumo pela classe capitalista, no sentido de que apenas os meios de produção operantes na estrutura produtiva sejam repostos, tal processo, segundo Marx, em *O Capital*, é denominado como reprodução simples do capital. Entretanto, para que o processo de acumulação ocorra, uma parte da mais-valia deve ser consumida de forma produtiva.

Com isso já se diz que parte da mais-valia é empregada com o objetivo de aumentar a escala e aquisição de meios de produção adicionais, tal processo, é denominado como reprodução ampliada do capital. De modo que é, sobretudo, a busca pelo aumento da produção de valor que impulsiona a reprodução ampliada. Com a ampliação da produção, aumenta o *quantum* de mais-valia apropriada pela classe capitalista, portanto, o aumento da parte da mais-valia que o capitalista destina para seu consumo. Por outro lado, os capitalistas também passam a ter maiores condições para ampliar a produção.

A concorrência entre os próprios capitalistas também é um fator importante no sentido de incentivar a reprodução ampliada, visto que os grandes capitais tendem a adquirir os pequenos (MARX, 1996a, 1996b) Consequentemente, a propriedade capitalista se concentra. O processo concorrencial impele cada capitalista a modernizar suas técnicas de produção e aumentar a produção. Isto significa que as relações de produção intrínsecas a reprodução simples atinge um desenvolvimento ulterior nas relações de exploração operantes na reprodução ampliada. Portanto, no sistema capitalista, a reprodução ampliada significa acumulação de capital.

É nesse sentido que se colocam as condições estruturais do processo social de produção que possibilita um desenvolvimento ulterior da acumulação de riqueza, visto que o impulso para o processo de reprodução ampliada deriva, essencialmente, da ampliação das forças produtivas, que, sobretudo, reciprocamente, o desenvolvimento da produção mais-valia promove o rompimento com a reprodução simples. No final deste processo, o capitalista sempre aparece como dono do capital, que lhe permite enriquecer mediante a exploração *do e com* o trabalho. De outro lado, o trabalhador sempre se apresenta despossuído de capital e, por conseguinte, deve necessariamente *alugar* sua força de trabalho.

Marx (1996a, 1996b) mostra, nesse sentido, que na medida em que os indivíduos trabalham mais a produção de riqueza é ampliada, e na medida em que a força produtiva do trabalho aumenta, o trabalho torna-se supérfluo condenando os trabalhadores a ociosidade. Compreende-se que o mecanismo de acumulação de riqueza ajusta continuamente a classe trabalhadora às necessidades de valorização do capital, e não o inverso. Pois bem: cabe

considerar, que a evolução das forças produtivas no sistema capitalista tem a ver, na realidade, com o desenvolvimento da acumulação que põe novas contradições no *ser-capital*. Primeiramente, estes fenômenos representam do ponto de vista da exposição dialética, formas de manifestações das contradições que estão contidas na própria contradição da categoria trabalho e capital. Em segundo lugar, como o capitalismo se desenvolve com base no empobrecimento da classe trabalhadora, não podem existir dúvidas quanto à tendência geral e absoluta do processo de pauperização dos trabalhadores que permanecem no Exército Ativo e dos que são lançados ao EIR.

Entretanto, como discutido anteriormente, o avanço das forças produtivas aumentam a quantidade de trabalhadores supérfluos, que de acordo com Marx (1996b), tende a incorporar ou pressionar os trabalhadores do Exército Ativo, de modo que a acumulação ajusta incessantemente o EIR às necessidades de valorização do capital, permitindo a ampliação da produção de riqueza. O ponto que se coloca é o seguinte: se o sistema capitalista fosse subordinado a uma lei em que a evolução da COC produzisse uma massa de trabalhadores supérfluos sempre com expectativas reais de incorporar o Exército Ativo, então, que a forma de venda da mercadoria força de trabalho fosse à mesma, conseqüentemente, a evolução do EIR possibilitaria modificações na COC mediante um nível constate de atividade. Neste cenário, não seria possível o desenvolvimento ampliado das potências da riqueza social.

Obviamente, Marx (1996b) não subordina o avanço da COC de forma constante, mas é enfático ao afirmar que o avanço das forças produtivas além de produzir riqueza também amplia a pobreza, sendo o volume do EIR o fator chave neste processo, fornecendo força de trabalho para o avanço das forças produtivas não embotar. De modo que a forma *ser* e de manifestação do EIR determina, simultaneamente, a acumulação de capital, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aquela forma *ser* e de manifestação do EIR. Todas as formas de aumento da força produtiva – social – do trabalhador se aplicam à custa do próprio trabalhador; todos os meios para o desenvolvimento da acumulação se converte em meios de exploração do produtor.

Portanto, ainda que Marx (1996b) tenha discutido a forma de *ser* e de manifestação do EIR em um período de acúmulo primitivo de capital, conforme riqueza é produzida, qualquer que seja a forma de atuação do EIR, a acumulação torna-se, simultaneamente, um meio de expansão de formas potencializadas de extrair mais-valia, mas todas as formas de extrair mais-valia são, reciprocamente, métodos de acúmulo de riqueza produzida, então, na realização de trabalho. Ou seja, o processo de acúmulo não é realizado mediante um nível constante de atividade, mas sim a partir de contínuas formas de exploração que potencializam

a extração de mais valia e ampliação da riqueza. Se os trabalhadores integrantes do EIR ora incorporam ora pressionam o Exército Ativo, ou se integram ocupações no próprio EIR, dependerá, em linhas gerais, da dimensão e energia do processo de acúmulo de riqueza que determina e é determinado pelo trabalho.

Dessa perspectiva, as relações capitalistas se encontram em constante evolução, de modo que, sob o ponto de vista do capitalista, a primeira e última questão é o aumento do lucro; por outro lado, em relação ao trabalhador, o ponto é a busca por melhores salários, condições de trabalho, direitos trabalhistas, etc. O que interessa tanto do ponto de vista do capitalista quanto do trabalhador, é que exista *trabalho*, obviamente, os trabalhadores possuem suas reivindicações, mas na esfera do próprio trabalho. *O que, para e com que* consequência se produz, não é o fundamento primeiro da crítica. Assim o é, não porque o *trabalho liberta* ou porque os trabalhadores são forçados pelo capitalista a trabalharem, mas, sobretudo, porque no capitalismo apenas *comerás teu pão com o suor de teu rosto*. Ademais, em um sistema no qual *o suor de teu rosto* torna-se cada vez mais supérfluo mediante o desenvolvimento da COC, para comer algum pão, as próprias relações entre Exército Ativo e EIR devem se modificar.

Todavia, apesar de que para praticamente todas as ideologias, a moderna sociedade produtora de mercadorias é uma novidade totalmente positiva, o que ajuda a explicar a importância, por exemplo, da evolução científica no Renascimento, das grandes navegações, do alargamento das relações sociais, do desenvolvimento das forças produtivas para, então, o *novo mundo* ser aceito como superior; por outro lado, no famoso capítulo sobre *A Assim Chamada Acumulação Primitiva* de *O Capital* (1996b), Marx descreve o aspecto terrorista sem precedentes do desenvolvimento da abstração moderna da categoria trabalho. Ora, como isso se articula com a expansão supostamente positiva e pacífica da moderna sociedade produtora de mercadorias?

Afinal, de acordo com o materialismo histórico foi a partir de uma força destrutiva e não produtiva que tal expansão foi articulada. Contudo, apesar de tal concepção materialista não ser nenhuma uma novidade, até hoje ela permanece em grande parte *sobexposta* nas teorias mais famosas do mundo do trabalho, inclusive do próprio marxismo. Portanto, mesmo que não seja o objetivo desta dissertação empenhar uma investigação histórica geral em relação ao processo de ascensão do moderno sistema produtor de mercadorias e, por seu lado, também não seja possível efetivar uma análise geral em relação às transformações no mundo do trabalho até a contemporaneidade, reconhecemos a importância e, sobretudo, possibilidade de reduzir o grau de abstração, ampliar o escopo da evolução das forças produtivas e analisar

os traços mais gerais que caracterizam o desenvolvimento do trabalho até a sociedade hodierna.

E é no intuito de realizar esta discussão que se ocupará a sequência do presente texto.

### CAPÍTULO III

## ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA CAPITALISTA

### 3.1 Modificações na organização das relações de trabalho na passagem para o sistema capitalista

Discutir as transformações do trabalho no campo da dinâmica processual da sociabilidade, mediante os decursos históricos de tal categoria, para Fortes (2018), permite acompanhar as transformações na organização dos trabalhadores e do próprio trabalho, o que, todavia, fornece elementos seguros para o entendimento da formação e protagonismo da população que configura o EIR. Nesse sentido, o autor chama a atenção para a importância da evolução do EIR durante o século XIX enquanto componente fundamental no processo de acumulação de capital, que, sobretudo, além de fornecer força de trabalho à estrutura produtiva, dispôs de uma reserva de mão-de-obra que pode substituir caso necessário.

Trindade (2017) salienta que a utilização do EIR no século XIX, como garantia para que o sistema capitalista assegurasse a disponibilidade de força de trabalho, foi indispensável para a reprodução ampliada do capital. Por seu turno, segundo Marx (1996b), a liberação de trabalhadores do Exército Ativo avança em proporção maior do que a revolução técnica do processo de produção de qualquer modo já acelerada com a evolução da acumulação e respectiva queda proporcional do componente variável da COC. Ora, se os meios de produção ao avançar em volume, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em grau cada vez menor, essa mesma relação é transformada novamente devido ao fato de que, conforme aumenta a força produtiva do trabalho, o capital aumenta ainda mais sua oferta de trabalho do que a demanda de trabalhadores.

Dessa perspectiva, Marx (1998b) enfatiza que o sobretabalho da parte inserida da classe trabalhadora no Exército Ativo tende a *engrossar* as fileiras do EIR, enquanto, inversamente, a pressão que a última realiza sobre a primeira obriga-a ao sobretabalho e à *vassalagem* aos ditames do capital. Então, uma parte da classe trabalhadora condenada à ociosidade em virtude do sobretabalho da outra parcela e vice-versa torna-se uma forma de *enriquecimento* do capitalista individual e ainda, simultaneamente, acelera o desenvolvimento do EIR em escala necessária ao desenvolvimento da acumulação social. No fim, a população supérflua atua fornecendo força de trabalho ao processo de acumulação, pressionando a população ocupada ao sobretabalho ou incorporando o Exército Ativo (Marx, 1996b).

Esse *modo* da população trabalhadora excedente de se converter, reciprocamente, em alavanca da acumulação capitalista é, contudo, enfatizado por Marx mediante uma larga série

de dados históricos para demonstrar os mecanismos e estratégias que vigoraram ao longo do século XIX, no intuito de compreender as formas de confrontação entre a classe trabalhadora e as personificações do capital, portanto, tendo em vista a *promoção* da classe trabalhadora enquanto elemento central da totalidade capitalista.

Metodologicamente, para Marx o importante era encontrar a lei dos fenômenos, de modo que após o fazê-lo era imprescindível discutir a lei da sua mutabilidade, do seu desenvolvimento e, simultaneamente, manifestação. De acordo com isto, a preocupação de Marx era a de demonstrar, mediante uma investigação científica rigorosa, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais de modo a constar, irrepreensivelmente quanto for possível, os fatos que lhe servem como apoio e, por vezes, pontos de partida. Portanto, a *peculiaridade* do modo de *ser* e de manifestação do EIR, a saber, operar enquanto alavanca de acumulação pressionando ou incorporando o Exército Ativo é encarado como um processo histórico-social dirigido por leis e esta, por sua vez, condicionada por uma *sucessão histórica* – é a abordagem histórico-dialética – o que leva pensadores como Postone (2003) a falar de uma dialética histórica em Marx.

A outro leitor pode aqui ocorrer a seguinte reflexão: se a crítica às sociedades humanas *não modernas* é necessária para a crítica da própria modernidade, então é igualmente necessário para entender o curso peculiar da indústria moderna e, portanto, do processo histórico que permitiu o desenvolvimento do EIR, que tal crítica seja tida sob o ponto de vista e como bitola da modernidade produtora de mercadorias. Porém, essa reflexão acaba resultando em uma visão relativista e afirmativa quanto ao processo histórico-social de consolidação da modernidade. Essa reflexão decorre principalmente de uma abordagem assentida no individualismo metodológico que, sobretudo é o fundamento de todo o pensamento burguês.

Ora, esse mesmo leitor poderia tentar se justificar argumentando que ao longo de *O Capital*, Marx chama a atenção para o *progresso* e *benefícios* do trabalho. Sabemos das práticas comuns antimarxianas no claro objetivo de facilitar a desconstrução de seu pensamento. Reduzindo-o a uma simples reflexão de difícil sustentação, a desmontagem do pensamento de Marx é feito de modo direto e aparentemente consistente.

Assim, acaba sendo absolutamente ignorado que Marx, em contraposição a Hegel, por exemplo, diferencia uma exposição histórica de uma lógica, e que precisamente em *O Capital* ocupa-se estritamente da lógica do modo de produção capitalista. Contudo, mesmo que Marx não tenha se debruçado a fundo no que diz respeito às relações sociais *não modernas*, a crítica a pré-modernidade é tomada, sobretudo, do ponto de vista e como bitola de uma crítica

*categorial e radical* da modernidade. Marx tem uma concepção profundamente negativa e crítica a respeito do trabalho enquanto abstração moderna. Ninguém se ergueu de modo tão transparente quanto Marx contra os sofrimentos da história de consolidação da moderna sociedade produtora de mercadorias. Portanto, não é de se admirar que nos Manuscritos, Marx disse que se pudesse, o trabalhador fugiria do trabalho como se fuge “de uma peste” (2004, p. 83).

Ora, no modo de produção capitalista “não basta [...] de modo algum o *quantum* de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece”, mas, acima de tudo, “de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural” (MARX, 1996b, grifo nosso). Por outro lado, como discutido no capítulo anterior, os indivíduos nas sociedades *não modernas* tinham consciência do nexos entre o sofrimento e o trabalho – neste sentido como abstração pré-moderna e, então, real. Não bastaria, então, que no século XIX, por um lado, o trabalho se apresentasse como substância do capital e, de outro, que o próprio conceito de trabalho na medida em que fosse adotado pela modernidade a partir da linguística indo-europeia não tivesse que ser sujeito a uma redefinição completa *em e com* a disciplinação da classe que *deveria* trabalhar. A história da modernidade, neste sentido, é a história da imposição do trabalho – abstrato. E justamente ao se aproximar do processo de sua *redefinição* é possível de se aproximar das *raízes* do capitalismo.

Recorrendo a Kurz (2012), devido ao fato de que este autor analisa em particular tal questão não tendo em vista a categoria trabalho sob uma visão evolucionista e positiva da história humana, mas sim considerando a historicidade dessa categoria, fundamentalmente moderna, na visão do autor foi o Cristianismo que primeiro redefiniu de modo positivo o significado negativo da abstração trabalho, porém, contraditoriamente, como sofrimento. Porque, na figura de redentor, o sofrimento de Cristo na cruz redimiu a humanidade de seus pecados na vida material. Portanto, o Cristianismo dizia: faça como fez Cristo, não resista ao perverso, ao que te ferir numa face, ofereça-lhe também a outra, se alguém te houver tirado a capa, não o impeça de lhe tirar a túnica; aceite o sofrimento com felicidade no mundo profano da terra que será liberto num mundo espiritual. Não se admira, portanto, porque, na Gênese Bíblica é possível depreender trabalho como a expressão de uma maldição divina ao homem por ter *pecado*. Pois, como enfatizado no subcapítulo 2.2:

“No “suor do teu rosto comerás o teu pão, até que retornes à terra, porque dela foste tomado; porquanto és “pó, e ao pó retornarás” (BÍBLIA, Gênese 3, 1-19).

Em uma forma de masoquismo de crença no sofrimento positivo, o catolicismo enobreceu o trabalho para se tornar a meta que valia a pena lutar, de certo modo, no mesmo sentido em que era comum, quer dizer, costume flagelar-se ocasionalmente em êxtase piedoso. Mas esta missão de trabalho estritamente cristã tratava-se de um significado metafórico do termo como aceitação religiosa do sofrimento, tendo em vista o *além*. Como dirá Nietzsche (2017) volta-se às costas para o mundo da vida e, então, se volta para *mundos superiores*. A partir daí nenhum terreno positivo foi perseguido com ele.

Foi com o protestantismo e, mais especificamente, em sua forma calvinista, que a partir do século XVI fez do masoquismo cristão do trabalho um objeto *mundano*. Os indivíduos não deveriam mais vivenciar o pesado fardo do trabalho, mas como servos de Deus deveriam ter sucesso com ele no mundo profano, exatamente para experimentar a benção divina. O homem que trabalhava estaria imitando a *atividade divina* – nada enaltece e glorifica tanto o conceito de trabalho como esta afirmação calvinista (KURZ, 2012). Na há dúvida, então, que para o protestantismo, sendo o trabalho uma benção divina não se admite nenhum questionamento vilipendioso vinculado a ele. Assim, a redefinição conceitual do trabalho na visão ascética religiosa dá sentido à existência humana. Entretanto, o produto da atividade humana no sentido servil, ou seja, o resultado do trabalho, não poderia ser fruído por quem o realizava, uma vez que se pertencesse a eles [quem trabalha] não seria uma atividade a serviço de Deus.

Na realidade, a partir do ascetismo protestante, os indivíduos deveriam buscar sucesso no mundo profano da terra, e não apenas tendo em vista o *por vir*, mas na vida material, neste sentido, ele [o indivíduo] deveria fazer do trabalho seu sucesso. Assim, o protestantismo aparece como elemento fundamental no objetivo de reprimir o conteúdo negativo do trabalho para a *psyche* humana. Tudo é providência divina. Se Deus, que o protestante vê operando em todas as esferas da vida, indica que o resultado do trabalho de muitos pertencerá a poucos, é porque ele tem seus motivos. Portanto estes muitos devem aceitar tal condição.

A partir daí é possível estabelecer relações de poder, ou seja, estabelecer uma determinada força motriz que permite a constituição de um *ser* situado fora da dependência servil. Como nas sociedades humanas *não modernas* o trabalho era delimitado, uma mera abstração social, o estabelecimento destas relações de poder não dominou todas as relações sociais: a relação do indivíduo com a pura atividade humana era a força engendradora da vida genérica. Todavia, conforme a dependência servil evolui até a modernidade, o trabalho inverte a relação a tal ponto que a relação do indivíduo com o trabalho domina todos os poros da

vida, desconsiderando a consciência e vontade dos indivíduos inseridos neste contexto sistêmico autonomizado.

No capitalismo, esta relação engendra o surgimento de duas classes: trabalhadora e capitalista. Apesar da classe capitalista também estar inserida na abstração real moderna e, portanto, sujeita ao trabalho. Pois, como é sabido, os capitalistas além de serem magros e possuírem menos *free time* do que muitos trabalhadores, realizam terapia por serem fanáticos por trabalho. Obviamente, da mesma forma que os trabalhadores, o produto de sua atividade aparece como uma força acima de *si*, todavia, as relações de poder advindas da abstração real moderna permite que se apropriem da atividade de outros indivíduos, e estes, por sua vez, devem aceitar que o produto de sua atividade pertence a outro *ser*, como sendo uma benção divina.

O próprio Calvino já havia dito que mesmo em situação de pobreza os indivíduos deveriam permanecer obedientes a Deus, ou seja, deveriam continuar trabalhando e, acima de tudo, aceitando com felicidade sua condição de existência (WEBER, 1992). Daí porque Weber (1992) deixa claro que na modernidade, especificamente na evolução do capitalismo, a burguesia desde que mantivesse dentro dos limites da correção formal, que sua moral e ética estivessem íntegras e que não fosse questionável o uso que fazia de seu sucesso, poderia buscar seus interesses pecuniários da forma que achasse melhor, e sentir que estava realizando a vontade divina. Cabe ressaltar que a literatura ascética de praticamente todas as seitas encontra-se saturada com a concepção de que a atividade humana servil representa a escolha de Deus. Nesse sentido, o protestantismo não agregou algo novo. A novidade histórica é que o protestantismo aprofundou a ideia de *seguir a Deus* a partir da positivação da abstração trabalho.

É evidente que não seria suficiente parar no seguimento de questões religiosas da abstração moderna do trabalho, do sofrimento negativo ao positivo. Para que o ideário protestante começasse sua marcha ele necessitava de mediação com os interesses materiais. Como se sabe desde o período do Renascimento a produção de mercadorias se desenvolveu de modo bastante precário e a economia agrária começou a implodir. O pensamento protestante foi vinculado à ascensão da economia de mercado que conduziria para o capitalismo moderno. E a redefinição positiva da categoria trabalho foi integrada neste contexto, que hoje é tido como o início da modernização.

No entanto, como enunciado anteriormente, Marx chama a atenção (1996b) para o sofrimento humano neste processo. Então, resta-nos indagar, o que realmente foi à novidade no início do período moderno que produziu a história da consolidação do moderno sistema

produtor de mercadorias? Certamente não se pode admitir para o materialismo histórico que a máxima importância estava vinculada a uma *simples* mudança de pensamento, mas sim a um desenvolvimento material sólido. Assim, Kurz (2012) destaca que não foi uma força produtiva que de fato permitiu a marcha apoteótica do moderno sistema produtor de mercadorias, mas sim uma força destrutiva, a partir da invenção das armas de fogo.

Neste contexto se insere o regime absolutista, que, sobretudo, já havia iniciado uma forma de produção fora das guildas tradicionais e, por seu lado, da tributação monetária no intuito de unicamente levantar dinheiro para o Estado militarizado de armas de fogo. Porém, não demorou muito para que os métodos de *fazer* dinheiro deixassem de ser suficientes. Então, os *administradores* do capital começaram a organizar de maneira coercitiva os indivíduos diretamente como material de uma máquina social cujo objetivo era o de transformar trabalho em dinheiro.

Mas, desta vez, a arma de fogo não se encontrava sob o domínio de uma oposição de *baixo* ao governo feudal, ao contrário, conduziu a uma revolução *de cima*, devido ao fato de que a mobilização do novo sistema armamentista não era possível de acordo com a descentralização e nível das estruturas locais, uma vez que elas haviam calcado à reprodução social até então, porém, por outro lado, requisitavam uma disposição social nova em diferentes níveis. Assim, o modo de vida tradicional e de existência foi completamente destruído, não porque estava se desenvolvendo sob a forma de um progresso *quase-obrigatório*, mas porque ela necessitava adequar-se como material humano para a máquina de valorização que havia sido iniciada.

Quanto a isto Marx (1996b) cita o aspecto violento sem precedentes no processo de universalização do trabalho na Europa, com a expropriação forçada em massa dos indivíduos de suas terras para instaurar no lugar da criação de ovinos as manufaturas de lã. A isso se acompanhou a extinção de direitos antigos como a liberdade em pescar, caçar e coletar lenha nas florestas. E, no fim, quando a população pauperizada perambulava pelas ruas, foram, então, submetidos ao trabalho forçado nas chamadas *workhouses*<sup>2</sup>,

Contudo, ainda assim a transformação dos *vassalos* em máquina de fazer dinheiro não foi suficiente para os Estados absolutistas. Eles necessariamente precisavam expandir suas pretensões a outros continentes. A universalização interna do trabalho na Europa foi acompanhada por sua universalização externa a partir da colonização nas duas Américas, na

---

<sup>2</sup> Casas de trabalho estabelecidas na Inglaterra no século XVII, destinada a pessoas pobres, neste local os trabalhadores podiam morar e trabalhar, porém estas casas tinham um regime prisional, sendo designadas pelo povo de: *bastilhas para os pobres*.

África e em partes da Ásia. Desse modo, considerando o aspecto violento do processo de colonização pressupõe-se, então, a resistência dos povos à perda de sua soberania. Como, por exemplo, nas lutas anticoloniais realizadas na África; em que quase todos lutaram, na defesa dos seus territórios, com o sacrifício da própria vida. Na realidade, eles eram considerados selvagens, que, sobretudo, deveriam ser exterminados ou *catequizados* para seguir a Cristo e, então, aceitar o trabalho como uma benção divina sem mais questionamento, ainda que sob as plantações de cana de açúcar na América do Sul. Com isso, legitimaram-se a eliminação e escravização de milhares de indivíduos, mascarados por uma missão civilizatória divina em sua acepção protestante.

Esta reflexão joga uma luz sobre a realidade do movimento Iluminista. A evolução do trabalho na modernidade, que se pautou, em seu aspecto protestante calvinista e, todavia, a partir do Iluminismo, no pressuposto ontológico, foi disfarçado como missão civilizatória. Obviamente muitas sociedades humanas não modernas eram tudo menos o paraíso na terra. Mas a redefinição do trabalho foi vivenciada, pela maioria dos indivíduos, como uma piora na condição de sua existência. Apesar da limitação das relações sociais, os indivíduos tinham algo a perder. A atividade humana era mais livre. Além de que abstraindo as catástrofes naturais, as necessidades humanas materiais eram mais asseguradas do que em muitos momentos da moderna sociedade produtora de mercadorias.

A administração do trabalho, então, no seguimento do século XIX representou um genuíno sistema de coerção. O que ajuda a explicar porque foi necessário agrupar trabalhadores em um mesmo local, retirando-lhes a gestão do próprio trabalho presente nos moldes da produção independente, o que representava o controle sobre a sua força de trabalho e tempo de trabalho executado (TEIXEIRA; SOUZA, 1985). Assim, trabalhava-se por longas jornadas, com poucos períodos de interrupção e alimentação precária, e sob a pena de perderem o emprego, aceitavam tais condições, de modo que podiam ser mantidos neste regime durante longos períodos.

Portanto, a passagem para a produção nos moldes capitalistas significou a passagem para um moderno sistema produtor de mercadorias, o tempo tornou-se meramente matéria-prima a ser otimizada, cujo slogan passou a ser: *tempo é dinheiro*. Cada hora, minuto e segundo deveria ser ponderado, cada fim de expediente tornou-se um infortúnio, cada interlocução com o seu camarada era uma heresia contra a sociedade do trabalho. Esse novo modo de produção mostrou que a vida só poderia ser realizada em outro lugar, pois a sua otimização imperava sobre tudo. E mesmo nos momentos de descanso, esses períodos

escassos serviam apenas para reproduzir a força de trabalho (KURZ; TRENKLE; LOHOFF, 1999).

Pode-se concluir que na transição para o modo de produção capitalista, o trabalho tornou-se um genuíno e elementar meio para a criação de riqueza. Gradativamente, essa nova forma de organização do trabalho se impôs, essencialmente, por corroborar com as exigências da acumulação capitalista, o que tornou esta estrutura produtiva comum a todos os ramos de atividade ao longo do tempo. Diante deste processo, a evolução contínua do sistema ocorria e ainda ocorre como resposta às exigências do próprio sistema capitalista. Na realidade, os conflitos sociais, econômicos, culturais representam o capital e trabalho tentando criar condições favoráveis para o seu desenvolvimento.

Retomando Marx (1996a), observa-se que em simultaneidade com a incorporação da sociedade do trabalho, a utilização das máquinas substituindo o trabalho manufatureiro e artesanal provocou o aumento no número de trabalhadores disponíveis para a evolução da grande indústria e para atividades acessórias, que embora não possuindo tecnologia como o principal fator de produção, usufruiu da crescente disponibilidade de mão de obra. Ademais, o uso da mão de obra feminina e de crianças nas máquinas a vapores implicou no aumento da produtividade do setor industrial. Por extensão, a disponibilidade de força de trabalho que reinava no século XIX auxiliou fundamentalmente para que as atividades acessórias, como as manufatureiras, funcionassem de maneira compatível à grande indústria, em razão dos baixos salários compensarem a baixa produtividade do setor.

Assim, diante do que foi discutido até este subcapítulo, podemos definir três pontos em relação à classe trabalhadora no curso peculiar da indústria moderna ao longo do século XIX; 1º: afirmação de que o trabalho seria uma imposição eterna; 2º: disciplinação dos trabalhadores de acordo com as exigências do sistema fetichista produtor de mercadorias, adaptando-os às formas de arranjos, de maneira que esta organização pudesse ser considerada como natural; 3º: força de trabalho suficiente ocupada nas atividades produtivas, e outra não empregada ao capital, mas esperando para ser incorporada.

### 3.1.1 Métodos de acumulação de capital: a reestruturação produtiva e seus desdobramentos nos processos de trabalho

Diante dos processos que gradativamente transformaram a moderna sociedade produtora de mercadorias, na tríade dos capítulos do Livro Primeiro de *O Capital*, Marx mostra como o capital ajusta as bases materiais à sua determinação, às necessidades de

valorização do valor, até atingir à sua forma mais desenvolvida: a máquina. Com a máquina o capitalismo encontra sua base técnica apropriada. A forma pretérita de produção, sob o capitalismo, a manufatura, não permite essa adequação, pois a organização e processo de trabalho são empíricos, portanto, o aumento da produtividade é restringido, por seu lado, o isolamento das etapas do processo resulta em movimentos constantes entre os trabalhadores. Como principal consequência, não é possível o capital controlar a reprodução da classe trabalhadora às suas necessidades de valorização.

Com a introdução da maquinaria, nas palavras de Marx (1996a p.18), “[...] o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais”. Neste processo Marx (1996a) analisa o corpo da fábrica e sua articulação, discutindo como a maquinaria aumenta o material humano explorável, apropriando-se do tempo de vida do operário mediante o desvario da ampliação da jornada de trabalho e seu progresso, permitindo, então, que seja fornecido material humano em intervalos de tempo cada vez menores, liberando sistematicamente trabalhadores ou explorando-os intensamente para possibilitar o progresso da acumulação de capital. Assim, a pressão dos trabalhadores liberados obriga os ocupados ao sobretrabalho, enquanto, inversamente, o sobretrabalho dos ocupados lança incessantemente trabalhadores em ramos industriais decisivos. Marx (1996b) demonstra desta forma, a necessidade da classe trabalhadora em ser ajustada a uma escala adequada para o progresso da acumulação social.

Contudo, o trabalho de certa forma se dava sob uma forma que presumia um longo tempo de aprendizagem, realizada pelos trabalhadores de ofício. Esse tempo de aprendizagem, obviamente, implicou na qualificação dos trabalhadores e essa, por sua vez, impeliu na formação de sindicatos de trabalho de ofícios como variável de luta e impugnação aos interesses da classe capitalista (FORTES, 2018). Há duas questões a serem deliberadas: de um lado a resistência dos trabalhadores de ofício que obstruía a ação dos capitalistas em relação ao uso da força de trabalho, por outro, era imprescindível absorver mais trabalho – em termos absolutos – para ser utilizado na atividade produtiva (FORTES, 2018).

A solução desta equação se chocava com a necessidade de utilizar os trabalhadores integrantes do EIR que não possuíam nenhuma qualificação técnica em relação aos processos de produção operantes no Exército Ativo. Neste cenário, surge Frederick Winslow Taylor, propondo uma ideia de gerência científica que pudesse transformar a força de trabalho do EIR em adequada para a industrialização em curso. Segundo Braverman, a proposta de Taylor (1911) tinha como aspecto central “scientific management, so-called, is an attempt to apply

the methods of science to the increasingly complex problems of the control of labor in rapidly growing capitalist enterprises (1998, p. 59)”.

Taylor (1911) criou um processo gerencial a partir de experimentações do trabalho e métodos padronizados de executá-los. Essa padronização seria atingida com base na melhor equacionalização entre tempo e movimento. Na visão de Taylor, a eficiência era imprescindível no processo gerencial, em razão da elaboração dos métodos padronizados de execução, que tinha como objetivo a otimização entre tempo e movimento (RIBEIRO, 2015). Entretanto, Braverman (1998) afirma que os processos experimentais utilizados no trabalho já existiam antes de Taylor, porém, no sentido dos trabalhadores a partir de experimentações obterem uma melhor forma de realizar seu trabalho. A diferença no taylorismo é que os estudos referentes às experimentações deveriam ser realizados por uma equipe capaz de estudar todas as variáveis atuantes no processo de trabalho, ou seja: o controle dos métodos de trabalho teria que ser pré-estimado e pré-planejado por uma equipe gerencial (RIBEIRO, 2015).

Vejamos para Taylor como este processo deveria ocorrer:

“The practical use of scientific data also calls for a room in which to keep the books, records, etc., and a desk for the planner to work at. Thus all of the planning which under the old system was done by the workman, as a result of his personal experience, must of necessity under the new system be done by the management in accordance with the laws of the science; because even if the workman was well suited to the development and use of scientific data, it would be physically impossible for him to work at his machine and at a desk at the same time. It is also clear that in most cases one type of man is needed to plan ahead and an entirely different type to execute the work” (TAYLOR, 1911, p. 38).

Ao conferir a uma pequena elite de gerentes o desenvolvimento de toda a atividade produtiva em conjunto com uma gestão racionalizada do trabalho, Taylor colocou a disposição das indústrias a força de trabalho que outrora não era qualificada. (FORTES, 2018). A representação do trabalhador era daquele que no processo de produção apenas dispndia energia humana mediante um esforço físico, visto que seu gasto de energia era pensado e planejado por um grupo de gerentes.

Esse processo de trabalho representa um aprofundamento do que Marx já havia colocado. Tudo o que Marx anuncia quanto a peculiar característica capitalista do processo de trabalho, desde a divisão de tarefas até o aspecto despótico da direção, o realiza Taylor, ou, mais especificamente, lhe dota de uma dimensão que até então não havia ocorrido. Marx mostra os fenômenos da objetivação do processo de trabalho, da metamorfose do processo de

trabalho em uma aplicação tecnológica, da evolução do trabalho supérfluo, do trabalhador enquanto apêndice da máquina.

Caminhando-se em direção ao século XX, o que vai ocorrer? Em primeiro lugar há o desenvolvimento do que ficou conhecido como fordismo. O fordismo é uma evolução e não ruptura da proposta de Taylor, a saber, representa a utilização do trabalho morto no intuito de objetivar o trabalho vivo – elemento subjetivo. Enquanto, a partir da introdução da máquina, é o trabalho vivo que se submete ao morto, e o ritmo do processo se desloca para a máquina a partir do trabalho vivo, com o fordismo a situação é outra. No seguimento do fordismo a intensidade do trabalho é algo que parece ser imanente à própria máquina, surge da materialidade da máquina; mas não o é, visto que a intensidade do processo de trabalho é algo a ser posto em questão a cada momento pelo trabalhador coletivo, e não uma propriedade técnica da máquina, enquanto o trabalho vivo mantém-se como a base do processo, quer dizer, é determinado de modo empírico pela relação entre Exército Ativo e EIR.

Vejam os então a questão da relação taylorismo-fordismo e seus desdobramentos no processo de acumulação. Já ficou elucidado o seguinte: a máquina é ciência colocada a serviço da produção; com seu desenvolvimento o trabalho é separado da ciência, nas palavras de Marx, “[...] como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital” (1996a, p. 475). Em relação ao taylorismo/fordismo, há um ponto fundamental, devido ao fato de que até onde pode conduzir o movimento humano não é uma questão que pode ser resolvida pela ciência. Ora, em relação ao taylorismo a cientificidade é um suporte que permite o capital explorar as peculiaridades do homem enquanto máquina e, por seu lado, aperfeiçoar os métodos de controle dos trabalhadores.

Já para o fordismo, o seu respectivo padrão de produção não é um desenvolvimento da maquinaria, mas da manufatura, que, essencialmente, leva ao limite as possibilidades de aumento da produtividade pela via da manufatura. Para melhor evidenciar as suas repercussões no processo de trabalho, elencamos a seguir quatro características do padrão de produção fordista. Primeiro, o aumento da produtividade social do trabalho se dá a partir do parcelamento e fragmentação das tarefas.

Segundo, Marx, em *O Capital*, menciona que na manufatura a interdependência direta dos trabalhadores possibilitava a instituição de uma intensidade do trabalho sem precedentes. No fordismo essa característica da manufatura é conduzida ao paroxismo, procurando o limite da potencialidade do trabalho parcelar e fragmentado, a intensificação do trabalho manual recai em um problema: o abastecimento dos trabalhadores para o trabalho. O que é feito então? O aparato produtivo montado cria uma estrutura em que o trabalhador é colocado em

um ponto específico da produção, reduzindo o movimento do trabalhador a um conjunto repetitivo de tarefas, o que resultava no trabalho coletivo produtor de automóveis. Isso apenas foi possível devido a grande disponibilidade de trabalhadores presente no EIR e, acima de tudo, dispostos a assumir postos de trabalho no Exército Ativo.

Terceiro, uma rígida linha de produção relacionava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre os movimentos individuais das quais a linha de produção fazia as articulações, dando a intensidade e o tempo necessário para a efetivação das tarefas. Esse processo de produção caracterizou-se, então, pela combinação do cronometro taylorista e a produção em série fordista (ANTUNES, 1999; 2002). Por outras palavras: o capital se apropriava do *know-how* do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual dos trabalhadores, que era transferido para a gerência científica.

Quarto, verificou-se durante o fordismo e, mais especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a conversão do movimento operário em um mecanismo de engrenagem do poder capitalista. A luta de classes procurava executar interesses pertencentes à dinâmica interna da valorização do capital, em troca do abandono, pelos trabalhadores, de uma práxis social anticapitalista. Uma sociabilidade, segundo Antunes (1999), pautada no *compromisso*, que implementava seguridade e ganhos sociais para os trabalhadores dos países centrais. Esse *compromisso* também tinha com sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países periféricos, que, contudo, encontravam-se totalmente excluídos desse *compromisso* social-democrata.

Pela estratégia social-democrata, segundo Bihl (1998) os trabalhadores tinham como eixo de sua pauta política a ação pela melhoria salarial, direito, condições e postos de trabalho, requerendo do Estado condições que asseverassem e conservassem essas conquistas que resultavam do *compromisso*. Porém, de outra parte, o movimento dos trabalhadores progressivamente se metamorfoseavam em uma complexa estrutura mediadora de controle do capital sobre os trabalhadores. Na superfície do fordismo, com efeito, o Estado significava, para os trabalhadores, garantia de seguridade social, com sua qualidade de administrador da relação salarial: é o Estado que determina o salário mínimo, é ele que arroja a meta final e assevera o respeito dos movimentos sindicais, é ele que *determina* indireta ou diretamente o salário.

Contudo, a evolução e desdobramentos do padrão taylorista/fordista de produção não pode ser entendido como puramente técnico. Antes, é necessário expor que o próprio processo é essencialmente capitalista. Isso aproxima-nos a uma das contradições centrais do capitalismo: nas palavras de Marx (2011, p. 943) “o próprio capital é a contradição em

processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo [...] por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza”.

Esta contradição já conduziu a profundas crises, entre elas a de 1929-33. No entanto, segundo Kurz, Trenkle e Lohoff (1999), estas crises podiam ser *superadas* por um mecanismo de compensação: em níveis cada vez maiores de produtividade o Exército Ativo absorvia – em termos absolutos –, a partir da ampliação dos mercados, maiores quantidades de trabalho do que o lançado ao EIR. Reduziu-se o dispêndio de força de trabalho por mercadoria, mas, ao mesmo tempo, eram fabricadas – em termos absolutos – mais mercadorias, de modo que a redução pôde ser compensada (TRENKLE; LOHOFF, 2014). Um exemplo histórico é a produção de automóveis: mediante a ciência do trabalho fordista, diminuiu-se o tempo necessário para a fabricação para cada automóvel e, simultaneamente, o trabalho acentuou-se em escala ainda maior, quer dizer, absorveu-se material humano de forma intensificada no mesmo período de tempo.

Desta maneira era possível o EIR atuar como alavanca de acumulação incorporando o Exército Ativo ou pressionando os ocupados ao sobretrabalho, pois, ainda havia possibilidades reais do Exército Ativo absorver grandes proporções de trabalho vivo a partir da ampliação dos mercados e, assim, integrar novas camadas de consumidores. A principal consequência desta dinâmica se traduz na velocidade de inovações dos produtos que suplantava a velocidade de inovações nos processos, permitindo que o fundamento contraditório do capital pudesse ser superado por um movimento de expansão.

Essa tendência, a partir de 1970, começou a dar sinais de esgotamento, justamente quando o padrão de acumulação taylorista/fordista deixou de responder à retração dos mercados e expansão do EIR. Esse esgotamento foi provocado *em e pela* crise do regime de acumulação de capital que, sobretudo, havia servido de base material pra as mudanças no mundo do trabalho ao logo do binômio taylorista/fordista. Dentre os traços mais evidentes da crise estrutural do capital foi segundo Antunes (1999, 2002), exatamente o enfraquecimento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção a expressão mais fenomênica da crise.

De fato, a denominada crise do fordismo era a expressão fenomênica de um complexo quadro crítico, em que se destacava o aumento da COC, a retração dos ganhos de produtividade e a saturação do padrão social de consumo (ANTUNES, 1999; BIHR, 1998). Como destacado no subcapítulo 2.2, os ganhos constantes de produtividade têm como condição necessária o aumento da COC, ou seja, da relação entre o trabalho morto e a do trabalho vivo que é mobilizado. Portanto, a tendência é que um aumento da composição

técnica do capital esteja vinculado estritamente com o aumento do *quantum* de capital consumido e valor criado, por outro lado, também a elevação do capital fixo em relação ao circulante<sup>3</sup> e, então, uma queda da rotação do capital (BIHR, 1998).

Contra essa tendência, o fordismo fez uso, segundo Bihir (1998), de dois paliativos: por um lado, a desvalorização de componentes do capital constante, devido aos ganhos de produtividade incorporados na produção destes mesmos componentes e também à sua obsolescência; por outro lado, a universalização do trabalho por turnos, que possibilitou uma queda na COC e aumento na rotação do capital fixo. Essas contratendências, no entanto, perderiam potência no momento em que os ganhos de produtividade sofressem uma queda. Inversamente, no intuito de tentar compensar esse estágio *depressivo*, as economias centrais intensificavam a difusão das técnicas e de formas de se produzir, *a lá* fordista.

Ambos os momentos acabaram se vinculando aos limites físicos e sociais do trabalho por turno, devido ao fato de que as jornadas para as máquinas também tinham 24 horas. E, assim como outras formas de trabalho intensificadas pelo fordismo, o trabalho por turno e sua evolução se colidiram, a isso se seguiu, no seguimento dos anos de 1970, uma resistência cada vez maior da classe trabalhadora quanto aos processos de trabalho. Isso pode ser explicado pelas limitações técnicas e sociais encontrados justamente a partir deste período pelos métodos taylorista e fordista de produção. Segundo Bihir (1998), os elevados ganhos de produtividade que o fordismo experimentou foram obtidos devido à ampliação de métodos de produção tayloristas e fordistas em diversos setores da economia. Mas, como mostram diferentes estudos, semelhante movimento expansionista não pode, por definição, evoluir de modo indefinito. Esses métodos após certo período de incubação revelam-se não produtivos, reduzindo a fluidez – aumento do tempo de circulação das mercadorias entre os diferentes postos de trabalho – e a flexibilidade – vulnerabilidade ao mínimo incidente na mudança de produção – do processo de trabalho.

Por seu lado, os métodos de exploração do trabalho ao longo do regime de produção fordista levaram a uma revolta social. No início dos anos de 1970 os movimentos dos

---

<sup>3</sup> “Se llama capital fijo a la parte del capital productivo que, aun incorporándose integralmente a la producción, no transfiere su valor al producto de una vez, sino paulatinamente, a lo largo de una serie de períodos de producción. Es lá parte del capital que se invierte en levantar edificios y construcciones y en comprar maquinaria y equipo” [...] “Se llama capital circultante a la parte del capital productivo cuyo valor se transfiere integralmente a la mercancía durante um período de producción y revierte totalmente al capitalista en forma de dinero (incrementado por la plusvalía) al realizarse la mecancia. Es la parte del capital que se invierte en comprar fuerza de trabajo, materias primas, combustible y materiales auxiliares, es decir, los médios de producción que no fornarn parte del capital fijo, debiendo tenerse em cuenta, además, como ya se ha dicho, que lo invertido en comprar fuerza de trabajo revierte al capitalista con creces” (ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS, 1956, p. 149).

trabalhadores atingiram seu ponto de saturação, questionando as bases constitutivas da sociabilidade do capital e, mais especificamente, no que diz respeito ao controle social da produção (ANTUNES, 1999). O taylorismo/fordismo efetivava uma expropriação intensificada do trabalhador, afastando-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que, todavia, se epilógava a uma atividade contínua e desprovida de sentido (ANTUNES, 1999; BIHR, 1998). Simultaneamente, o trabalhador era constantemente chamado a consertar as distorções e falhas cometidas pela gerência científica (ANTUNES, 1999; BIHR, 1998).

Essa contradição peculiar do processo de trabalho fordista, em conjunto com a contradição entre produção – devido à intensa exploração da força de trabalho – e consumo, intensificou a desorganização da produção capitalista, contribuindo para a queda na sua produtividade. Além disso, o processo de criação de valores, que subordina o capital ao trabalho e vice-versa, de alguma maneira pode ser suportável pela primeira geração dos trabalhadores circunscritos a história de consolidação da moderna sociedade produtora de mercadorias, para quem as vantagens do processo de desenvolvimento das forças produtivas compensavam pagar o *preço* pelo seu acesso. Mas, seguramente o mesmo não ocorreu com a segunda geração. Desenvolvida nas bases do próprio fordismo, eles não se encontravam mais dispostos a pagar o *preço*: a trocar o trabalho unicamente pelo *pode de compra*. Em suma, a volta da combatividade da classe trabalhadora do início de 1970 e as formas por ela assumida encontravam-se relacionadas à queda dos ganhos de produtividade, de maneira geral, pelas economias centrais.

Como resposta a crise, a partir de 1970, o capital e trabalho iniciaram um processo de reordenação produtiva a nível mundial, ainda que em matizes diferentes, bem como de seu sistema político e ideológico de dominação, cujos traços mais evidentes, segundo Antunes (1999), foram a privatização do Estado, a evolução do neoliberalismo, a desregulamentação trabalhista, a fragmentação da classe trabalhadora e a desconcentração produtiva. A isso acompanhou um profundo processo de reestruturação da produção e de trabalho, tendo em vista reajustar a classe trabalhadora às novas necessidades de valorização do capital.

Nas palavras de Holloway:

“Capitalist crisis is never anything other than that : the breakdown of a relatively stable pattern of class domination. It appears as an economic crisis, expressed in a fall in the rate of profit, but its core is the failure of an established pattern of domination . From the point of view of capital, the crisis can be resolved only through the establishment of new patterns of domination . This does not mean that capital has new patterns ready-made to

impose on the working class . For capital, the crisis can be resolved only through struggle, through the restoration of authority and through a far-fromsmooth search for new patterns of domination” (1987, p. 145-146).

Este período configurou-se – o que, diga-se de passagem, é decisivo – por uma ofensiva do capital, do trabalho e do Estado contra a classe trabalhadora. Em conjunto com a destruição das forças produtivas ainda havia uma ação destrutiva contra a classe trabalhadora: os enormes contingentes populacionais *precarizados* que, mais especificamente, encontravam-se no limiar do processo produtivo, aumentando as fileiras do EIR. É neste contexto que se desenvolve o toyotismo e a era da acumulação flexível.

O capital e trabalho irromperam, portanto, várias modificações no processo produtivo, a partir constituição das formas de acumulação flexível, das formas de armazenamento, distribuição e gerenciamento organizacional, do avanço da microeletrônica, dos modelos de produção alternativos ao binômio taylorista/fordista, em que se destaca principalmente o toyotismo. Essas modificações no mundo do trabalho, produto da lei concorrencial capitalista e, simultaneamente, da necessidade de controlar a classe trabalhadora, bem como os conflitos sociais, findaram por desencadear a resposta do trabalho e capital a crise estrutural do capitalismo.

### 3.1.2 Transformações no mercado de trabalho na sociedade contemporânea

A crescente COC em simultaneidade com a redução na intensidade de incorporação de trabalho – em termos absolutos – observado no capítulo anterior (3.1.1), já havia sido discutido por Marx, no *Grundrisse* (2011, p. 28), no sentido de que “o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza.” Todavia, Marx (2011) está colocando esta questão no início da segunda metade do século XIX, e não proferindo o que poderá acontecer no futuro do capitalismo. Assim, obviamente, o padrão de acumulação contemporâneo coloca problemas para o capital e trabalho que provavelmente Marx não imaginaria que pudesse existir no final do século XX.

Diferente do padrão de acumulação e produção vigente até a segunda metade do século XX, no seguimento da acumulação flexível, tornou-se uma tendência frequente a redução no número de trabalhadores no trabalho industrial, estável, manual. Isso não significa, no entanto, que o EIR deixou de ser produto necessário do desenvolvimento de

riqueza com base capitalista, mas que sua forma de *operar* enquanto alavanca de acumulação metamorfoseou-se. O ponto é, que, por um lado, diminuíram as expectativas do Exército Ativo em absorver trabalhadores, por outro lado, aumentaram as chances do trabalhador lançado no EIR encontrar formas de trabalho desvinculadas dos moldes tradicionais de produção.

É fundamental reconhecer que a formação social capitalista ocorre em diversas esferas, com regras internas e externas específicas de funcionamento, sustentando-se no fato da classe capitalista deter os meios de produção. Nessa abordagem, com a acumulação flexível, a relação entre o capitalista e trabalhador foi transformada, mas não superada. A título de exemplo, é comum atualmente o trabalhador lançado ao EIR revender a mercadoria produzida pela empresa que o dispensou. Essa fórmula tem o poder de disfarçar métodos de exploração. O trabalhador acredita estar livre, por trabalhar em local próprio, organizar seu trabalho longe de um *patrão* lhe vigiando ou lhe dando ordens, sente-se um capitalista, acredita estar se apropriando da riqueza produzida por sua força de trabalho. Todavia, os números mostram que em 2018, apenas 1% da população mundial detinha 47% da riqueza e 10% detinha 85% (SHORROCKS; LLUBERAS; DAVIES, 2018). Se a riqueza produzida é expropriada, mesmo que a pobreza absoluta diminua, se a classe trabalhadora é apenas proporcionalmente menos pobre, ao produzir riqueza e poder para a classe capitalista, ela continua igualmente pobre (Marx, 1996b).

Aterrissando no século XXI, o desenvolvimento do EIR é a genuína expressão do capital ajustando a classe trabalhadora às suas necessidades de valorização. A pressuposição subjacente é que, se o trabalho é realizado no EIR ou Ativo, não interessa a dinâmica de produção capitalista, desde que energia humana seja transformada em mercadoria. Portanto, *o que, para e com que* consequência se produz, na realidade, não interessa aos envolvidos no processo; uma esfera específica dissociada e abstraída de qualquer conteúdo, uma vez que onde se trabalha apenas pode ser dispendida energia abstrata. Negar esta preposição implica em afirmar que o capitalismo chegou ao *fim*, pois, se o trabalho é a única fonte de riqueza, e este, por sua vez, tornou-se supérfluo, então, o sistema submete-se, involuntariamente, a um racionamento absoluto de sua única base de valorização.

Ao contrário, observa-se que a partir da acumulação flexível as pessoas estão buscando ainda mais formas alternativas de produção, distribuição e compartilhamento de mercadorias. E isto tem um nome: trabalho. Um exemplo é a economia colaborativa, com as pessoas utilizando aplicativos para alugar quartos, automóveis e até mesmo produtos domésticos. Contudo, a informalidade é uma das formas de trabalho mais vigentes no século

XXI, como os vendedores de porta em porta, camelôs, ambulantes, feirantes, catadores de materiais recicláveis, etc.

Em contrapartida, paralelamente são aprovadas pelo Estado reformas trabalhistas e previdenciárias, mas não no interesse do trabalhador. Suprimem-se as jornadas de trabalho padronizadas e reduzem-se salários pré-estabelecidos, amplia-se o trabalho temporário ou por chamada. Exige-se também, por parte do trabalhador no EIR, uma constante alternância entre trabalhos subordinados e autônomos. Da acumulação flexível às fronteiras entre o trabalho assalariado e a livre iniciativa esmoessem, desenvolve-se na esteira do *outsourcing* os chamados empreendedores, sem trabalho fixo, sem apoio sindical, sem meios de produção e sem apropriar-se da riqueza produzida pela sua força de trabalho.

Os postos de trabalho, deste modo, cindem-se em dois: por um lado, trabalho estável típico da produção industrial em fase de declínio, cujos direitos trabalhistas são reduzidos ou extintos, por outro lado, expandem-se formas de trabalho no EIR, cuja exploração é potencializada. Tudo isso é a representação de um sistema organizado de exploração e opressão, um processo de *dumping* social, mas, sobretudo, de reafirmação da lógica de produção capitalista. Ora, o que temos aqui senão um processo em que o sistema capitalista continuamente evoca para a vida todas as forças da ciência e da natureza, com o objetivo de continuar produzindo riqueza, fenômeno outrora já anunciado por Marx (2011).

Estabelece-se, então, uma nova forma de *existência e manifestação* do EIR, que, acima de tudo, mantém-se produto necessário da acumulação, todavia, a novidade histórica é que o EIR torna-se, por sua vez, alavanca de acumulação capitalista sem necessariamente pressionar ou incorporar o Exército Ativo. Não há uma obsolescência da teoria de Marx, o ponto é que o EIR no mundo contemporâneo representa uma forma mais desenvolvida das múltiplas determinações das contradições imanentes do capital expostas por Marx ao longo de *O Capital*, convertendo-se em efetividade. Neste processo, a forma de existência e manifestação do EIR, ao vincular-se à nova dinâmica do capital para a superação de seu fundamento contraditório, inscreve-se ainda mais em uma sistemática que amplia, em novos patamares, a potencialização da extração de mais-valia.

Porém, diante de todo o *mal estar* social e econômico em que se encontra o moderno sistema produtor de mercadoria, no seguimento do toyotismo e da acumulação flexível, a sociedade acredita ter consolidado um sistema de prosperidade eterna, em que o desvario destrutivo do capitalismo foi pacificado duradouramente, enquanto, ao mesmo tempo, as mercadorias sem um *quantum* de trabalho permite a contínua valorização do capital. Contudo o cântico dos cânticos da função honorífica do trabalho trata-se de indivíduos que sob a

pressão do crescente *dumping* social são *forçados* a ocuparem novas formas de trabalho. Do mesmo modo, isto não significa que o capitalismo se desprende de sua base de valor, a saber, trabalho vivo.

Poder-se-ia dizer que o trabalho realizado no EIR não permite que o valor de uso seja a mediação do valor de troca. Quanto a esta indagação, primeiro: o processo de acumulo não é linear, ao contrário, desde o período de acumulo primitivo evoca todas as forças para permitir, como afirma Marx (2011), que a criação de riqueza – relativa – atinja um desenvolvimento ulterior para conservar o valor já criado como valor. Nesse sentido, as forças produtivas e relações de produção se manifestam como formas para o trabalho produzir riqueza e valorizar a estrutura capital-dinheiro, a partir do seu fundamento contraditório.

Segundo, ao entendermos as novas exigências de valorização do capital e a forma flexível do trabalho como representação do trabalho social, que é mais socialmente combinado e potencializado, não podemos concordar com as teses que desconsideram ou subestimam o processo de criação de valor de troca no EIR. Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do trabalho necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diferentes formas de trabalhos desregulados, subcontratados, terceirizados, que são, em escala crescente, integrantes da dinâmica de valorização do capital.

Do mesmo modo é bastante evidente a tendência de ampliação do trabalho morto e redução do trabalho vivo. No entanto, é exatamente porque o capital não pode eliminar trabalho vivo do processo de valorização, que ele deve aumentar a produtividade do trabalho potencializando métodos de extração de mais valia em intervalos de tempo menores (ANTUNES, 1999). A queda no gasto de energia humana, bem como a redução do trabalho físico, articulado com o trabalho intelectualizado no Exército Ativo, não obstante, permite-nos compreender que a tese segundo a qual o capital não busca mais explorar trabalho vivo, acaba por converter a tendência pela queda do trabalho vivo e aumento do trabalho morto na extinção do primeiro (ANTUNES, 1999).

Uma hipótese é existir a tendência de ampliação do trabalho morto e redução do trabalho vivo. Outra hipótese, muito diferente, é a de afirmar que o capital pode existir sem trabalho vivo. Sem trabalho vivo, não seria possível produzir capital, então, também não seria produzido dinheiro. Sem dinheiro, a substância e forma do valor externa à mercadoria, o processo de reconhecimento e validação dos trabalhos não poderiam se realizar no capitalismo, uma vez que o faz *post festum* (MOLLO, 2013). Este processo não pode ser compreendido, portanto, como um defeito da forma trabalho. Ao contrário, isso o torna

adequado ao moderno sistema produtor de mercadorias. Por consequência, a articulação entre trabalho vivo e morto é essencial para a (re)produção do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, uma vez mais podemos salientar que na medida em que a acumulação evoluiu até o século XXI, não foi suficiente à produção capitalista apenas um EIR disponível que ora incorporasse ora pressionasse o Exército Ativo, ela precisou, para ter liberdade de ação, compatibilizar os trabalhadores a sistemática da criação de valores de troca na esfera do EIR. Por conseguinte, com o número decrescente de trabalhadores no Exército Ativo, o trabalhador individual passou a fornecer mais trabalho, no entanto, o volume acrescido de trabalhadores no EIR aumentou em conjunto com novas formas de trabalho que compeliram a continuação do número decrescente de trabalhadores no Exército Ativo. O quanto isto é importante, prova-se, no seguinte exemplo: se o trabalho vivo atualmente fosse limitado ao âmbito do Exército Ativo, então, a população trabalhadora ocupada seria absolutamente insuficiente para levar adiante a produção global em sua escala atual. A maioria dos indivíduos integrantes do EIR teria de começar a trabalhar. Isso é assim porque, no século XXI, os trabalhadores integrantes do EIR não podem ser concebidos como supérfluos ao capital, mas, apenas a estrutura produtiva do Exército Ativo, no sentido mecânico da execução do trabalho.

Dáí porque a redução do trabalhador estável, herdeiro do binômio taylorismo/fordismo, a racionalização de trabalho – em termos absolutos – no Exército Ativo e a ampliação universal de formas de trabalho precárias sob a forma do trabalho desregulado, subcontratado, terceirizado, desenvolvido no período da acumulação flexível, são fortes exemplos da vigência da lei marxista do valor trabalho. Por seu lado, não podemos concordar com a tese da transformação da ciência e tecnológica na principal força produtiva, em substituição a teoria marxista do valor-trabalho, como defende Habermas:

“[...] a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho. Já não mais tem sentido computar os contributos ao capital [...] se o progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia frente à fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx” (1968, p. 72).

Antunes (1999) enfatiza que o erro de Habermas é o desconsiderar *trabalho vivo*, *ciência e tecnologia* como uma unidade contraditória, submetidas às condições capitalistas. Ora, no sistema capitalista a ciência e tecnologia submetem-se à forma do valor. Não se trata em explorar suas próprias potencialidades. Trata-se da ciência e tecnologia ser tolhida pela base material das relações entre capital e trabalho. Por isso, a tendência da ciência e

tecnologia em explorar suas potencialidades é contida pelas necessidades de acumulação de riqueza. Prisioneira dessa base material e dinamitada pelo capital não poderia tornar-se a principal força produtiva.

Poder-se-ia, portanto, afirmar que as inovações avançando *em* e *com* a acumulação flexível são inimigas da classe trabalhadora? Ora, se a evolução da ciência e tecnologia é submetida às necessidades da acumulação capitalista, é possível concordar com a referida pergunta. Todavia, está é uma abordagem superficial. Entender as inovações simplesmente como inimiga dos trabalhadores, enquanto pensamento marxista de *práxis* emancipatória, conduz a crítica apenas aos momentos repressivos e destrutivos da ciência e tecnologia, desse modo, todo o progresso das forças produtivas é negado. Por conseguinte, a crítica passa a ter como foco absolver da repressão e destruição do sistema capitalista o aspecto das inovações e fazer dela, um resultado da acumulação capitalista. Neste contexto, as inovações em uma sociedade pós-capitalistas apenas seria assimilada, sem quaisquer modificações. Contudo, acreditamos que a *práxis* que resulta disso não é emancipatória, uma vez que as forças produtivas, enquanto *savoir-faire* deve representar progresso e não simples reintrodução.

Então, qual poderia ser o ponto para discutir o progresso da ciência e tecnologia no capitalismo: primeiro, deve ser observada à essência das forças produtivas enquanto força potencial, como uma possibilidade que o capitalismo não explorou em benefício das forças produtivas, mas para seu abstrato fim em si mesmo capitalista. Segundo, a realidade aparente deste potencial não deve ser afetada por sua aparência capitalística. Terceiro, sendo a representação material das inovações submetidas aos ditames do capitalismo, sua configuração concreta deve ser superada [*Aufhebung*]. Daí a unidade contraditória da ciência e tecnologia subsumidas à forma valor pode ser abolida [*Abschaffung*] exatamente com sua forma-fetichismo social, por outro lado, preservando [*Erhaltung*] todo o *savoir-faire* que pode ser incorporado em uma sociedade em que as relações sociais sejam moldadas conscientemente. Acreditamos que deste modo uma crítica em relação às inovações tem grandes chances de não *deslizar* para uma nova constituição em que as *ciência e tecnologia* apareçam como inimigas da classe trabalhadora.

As teses que consideram, então, a ciência e tecnologia como a principal força produtiva ignoraram totalmente que, em última análise, o Exército Ativo e EIR são estados de agregação da mesma forma-fetichismo social, *i.e.*, um processo autorreferencial, desvinculado de qualquer outra necessidade de contexto, que articule incessantemente trabalho vivo e morto para manter o valor já criado como valor. Aqui, o próprio conflito imanente entre o Exército Ativo e EIR seria apenas em função de um sistema de referência comum, cujos funcionários,

podem ser apontados, nos termos de Marx, como *máscaras de caráter* a serviço do fim em si mesmo capitalista.

Assim, entender a forma de *ser* e manifestação do EIR, enquanto criadora de valor permite-nos conceber as mudanças no mundo do trabalho como a expressão do capital ajustando a classe trabalhadora às suas necessidades de valorização. Quais são, portanto, os desdobramentos mais importantes dessas transformações no mundo do trabalho? Mencionamos, de modo indicativo, a partir da discussão realizada aqui, as principais, *for the record*:

- i) Há uma tendência em curso de que os trabalhadores no EIR atuam como alavanca de acumulação de riqueza mediante o dispêndio de força de trabalho em ocupações no próprio EIR, e não necessariamente incorporando ou pressionando o Exército Ativo.
- ii) O trabalho realizado no EIR enquanto pertencente a dinâmica interna de valorização do capital reafirma a vigência da lei marxista do valor-trabalho.
- iii) Devido as formas de trabalho no EIR serem desvinculadas dos moldes tradicionais de produção, esconde-se o fato de que há um processo de desemprego estrutural que dinamiza a expansão de diferentes formas de trabalho *em* e *com* uma miscelânea de métodos de exploração.
- iv) Embora o capital ajuste incessantemente o EIR à sua necessidade de valorização, o capitalismo não pode ser concebido como um sistema de prosperidade eterna, devido ao fato de que a potencialização da exploração do trabalho implica em uma crescente dinamização da estabilidade social e drenagem de recursos produzidos pelo trabalho, atenuando seu fundamento contraditório, como cita Mézáros (1995).
- v) Para ter liberdade de ação, os traços destrutivos do sistema capitalista acentuam tanto a exploração sob a classe trabalhadora como reprime sua dimensão coercitiva e despótica, principalmente quando o trabalhador acredita estar livre por não encontrar-se diretamente circunscrito ao sistema hierárquico estruturado na imagem do capitalista e trabalhador.
- vi) Apesar da dimensão despótica do capitalismo ser reprimida, não podemos afirmar que foi apagada toda a repugnância contra as coerções impostas pelo capital/trabalho. A insatisfação em relação ao modo de produção capitalista encontra-se vigente, entretanto, a lógica societal movida pelo mecanismo metabólico capitalístico o reprimiu para o âmago psíquico do ser social, desse modo, não pode ser descartada a possibilidade de resistência e reivindicação – protesto – contra o sistema capitalista.

Pelo télos que conduz essas tendências que, na realidade, constitui-se como respostas do capital e trabalho a crise estrutural do sistema capitalista, caracterizada pela sua tendência depressiva, a classe trabalhadora *heterogeneizou-se* e *fragmentou-se* ainda mais. Intensificaram-se o aspecto destrutivo que presidem a sua lógica. Assume principal importância às transformações que vêm afetando as formas de trabalho e de *ser* da classe trabalhadora. Essas modificações criaram, portanto, intensas modificações na estrutura do próprio EIR. E é sobre a constituição e configuração assumida pela classe trabalhadora na esfera do EIR, que se ocupará o capítulo seguinte.

## CAPÍTULO IV

### CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

#### 4.1 Caracterização do Exército Industrial de Reserva (EIR) no seguimento do século XXI

O processo de transformação do trabalho abordado no capítulo anterior (3), indica a(s) forma(s) pela(s) qual(is) a força de trabalho, especificamente, a integrante do EIR, diligência ocupar postos de trabalho no EIR. Não obstante, no mundo contemporâneo, decorrente da aparência de que o processamento do capital pode ocorrer sem uma determinada substância de trabalho abstrato, o tempo de trabalho empregado tende a deixar de ser a principal fonte de riqueza, e o EIR tende a aumentar sem perspectivas de ser incorporado pelo Exército Ativo. Sob tal enfoque, pode ser observado um cenário em que o valor de troca passa a representar cada vez menos uma unidade de medida do valor de uso.

Diante disto, poder-se-ia fazer a seguinte conclusão: as transformações nas relações de trabalho na sociedade contemporânea, ao viabilizar a realização de atividades no âmbito do EIR como, por exemplo, pautadas na produção individual, continuam diminuindo o tempo de trabalho necessário, de maneira que no longo prazo, as novas relações de trabalho se tornam um impasse para o aumento no tempo de trabalho executado. Obviamente, conforme o tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, o valor de troca deixa de ser a medida de valor.

No entanto, com visto no capítulo anterior (3), o processo de acúmulo não é linear, de modo contrário, o capitalismo desde o seu período de acúmulo primitivo evoca todas as forças para permitir que a criação de riqueza – relativa – atinja um desenvolvimento ulterior nas condições criadas dos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. Nesse sentido, portanto, as forças produtivas e relações de produção se manifestam como formas para a estrutura capital-trabalho produzir riqueza a partir do seu fundamento contraditório. Evidentemente, como abordado por Marx (2011), tal fundamento estabelece condições materiais para fazê-lo próprio voar pelos ares, todavia, o moderno sistema produtor de mercadorias *não é um sistema ingênuo*.

Porém, essa discussão foi iniciada no capítulo anterior (3). Sendo assim, nesse capítulo, pode ser sustentada a tese de que o trabalho humano vivo – em termos absolutos – lançado no EIR, essencialmente após a Terceira Revolução Industrial, além de ser determinado pela evolução das forças produtivas também atua criando condições que permitem modificações no mercado de trabalho, no sentido de promover à evolução de postos de trabalho, cuja estrutura de produção e circulação de bens e serviços se manifesta de

maneira diferente das estruturas produtivas tradicionais, a exemplo, à economia colaborativa. De modo que a crescente COC torna as expectativas dos trabalhadores presente no EIR de integrarem o Exército Ativo, cada vez menores, de outro lado, conduz os trabalhadores a deixarem de estar prontamente disponíveis para ocupar postos de trabalho no Exército Ativo, para ocupar no EIR.

Isto não significa que quanto mais os indivíduos trabalham menos riqueza alheia é produzida, e conforme as forças produtivas avançam, sua função de meio de valorização deixa de ser precário. Pois, apesar de Marx (1996b) ter estudado o EIR em um período de acúmulo primitivo, sua afirmação de que quanto maior for à camada *miserável* da classe trabalhadora e o EIR, maior o pauperismo oficial, tornou-se ainda mais operante no século XXI. Portanto, as características do EIR no mundo contemporâneo não representam algo cindido do EIR estudado por Marx, mas demonstra novas formas de manifestações da lei absoluta geral, da acumulação capitalista.

Há de se considerar, portanto, que, de acordo com Marx (1996b), a acumulação de capital se manifestou primariamente com seu avanço quantitativo, realizando-se, mediante a alteração qualitativa incessante de sua composição, a saber, aumento contínuo de seu componente constante à custa do variável. No entanto, este assunto já foi abordado nesta dissertação. Importa-nos destacar a relação entre a caracterização da produção progressiva do EIR e as principais formas de manifestações desta caracterização no mundo contemporâneo.

Neste sentido, cabe destacar alguns pontos relacionados com o processo de acúmulo de capital, a demanda e a oferta de trabalho geral. Para efeitos desta discussão, é importante salientar que sendo a demanda por trabalho estabelecida pelo volume de capital global, ela diminui em relação a este volume e em avanço acelerado com o aumento deste volume. Na realidade, a força de trabalho presente no volume de capital global também tende a crescer, mas de forma decrescente.

Os períodos em que a acumulação atua como mera expansão requer uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo, por causa da constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento. Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável se comparado com o constante.

A questão aqui é a seguinte: pressupondo o capital global no mundo contemporâneo, o movimento de acúmulo de capital continua ocasionando variações contínuas nos diferentes âmbitos da produção. Em suma: em alguns momentos o capital atrai força de trabalho em

níveis de seu avanço. Todavia, neste caso, o número de trabalhadores ocupados não necessariamente diz respeito somente ao Exército Ativo, pois, visto que o volume de trabalhadores ocupados encontra-se vinculado às flutuações na dinâmica de acúmulo, ao tornar a absorção dos trabalhadores dificultada pelas vias tradicionais – Exército Ativo –, podem ser criadas novas formas de absorção de trabalho humano vivo, de acordo com as dimensões e energia do capitalismo.

Considerando, assim, que o EIR é resultado necessário do processo de ampliação da riqueza, este exército, portanto, representa a fonte impulsionadora da ampliação de riqueza. E como observado no capítulo (3), os aparatos produtivos e sua adaptação às flutuações da produção possibilita a transformação mais rápida de *mais valor*. Assim, o volume de riqueza social expandida com o progresso da ampliação de riqueza, lança-se energicamente em esferas de produção antigas, cuja estrutura, hodiernamente absorve cada vez menos capital variável – em termos absolutos –, ou em novas esferas de produção, cuja estrutura, hodiernamente no âmbito do EIR, absorve mais capital variável. Em todos esses casos, a combinação e o intercâmbio social lançado pela ampliação de riqueza, busca incessantemente conter os limites necessários para manter como valor, o valor já criado.

Assim, o volume do EIR permite a manutenção deste valor criado e, por conseguinte, põe, em um instante, a produção de mais valor, aumentando a força de ampliação da riqueza. Diante disto, o aparato produtivo e sua adaptação aos ciclos industriais repelem os trabalhadores do Exército Ativo, simultaneamente, criam formas para que a ampliação de riqueza – relativa – independa do tempo de trabalho usado nela. Por outro lado, a única fonte de riqueza é o trabalho vivo, então, no instante que a repulsão dos trabalhadores vincula-se a sua absorção – em ocupações do EIR –, é possível com a expansão do aparato produtivo – no Exército Ativo – e do volume de trabalhadores postos em movimento – no EIR –, manter ou retomar o processo de ampliação à riqueza. Portanto, com a grandeza do capital social posto em movimento e com a ampliação da riqueza, os trabalhadores criam as condições de sua superficialidade e, no mesmo instante, não superficialidade.

Esse modo específico de manifestação das contrariedades do capitalismo no mundo contemporâneo não pode ser estendido para todos os momentos do capitalismo. À queda na ampliação da riqueza provocava a sua expansão liberando incessantemente os trabalhadores do Exército Ativo e os absorvendo novamente. No entanto, a liberação e absorção correspondiam, essencialmente, ao trabalho no Exército Ativo, em momento em que havia espaços para que a incorporação de trabalho – em termos absolutos – compensasse sua racionalização, pois, no instante que o mecanismo de compensação finda, a ampliação de

riqueza embota. A ampliação contínua da riqueza é o próprio pressuposto desta ampliação: Sua ampliação exige trabalho humano vivo, seja realizado na esfera do Exército Ativo ou EIR, não importa em qual esfera do mercado de trabalho, desde que o gasto da energia humana seja metamorfoseado em dinheiro, portanto, este é o motivo pelo qual a substância da produção é indiferente quanto as diferentes formas de ocupações, possibilitando, então, que a fonte de riqueza do capitalismo possa ser suprida para além dos limites desenvolvidos ao longo do tempo no Exército Ativo.

No entanto, as inovações que substituem trabalho humano vivo no Exército Ativo não podem ser tratadas com a causa do empobrecimento dos indivíduos. A superficialidade dos teóricos que analisam as inovações tecnológicas sob este ponto de vista, evidencia-se, entre outras coisas, quando a tecnologia é discutida como inimiga da classe trabalhadora. A tecnologia apenas lança um setor inteiro de trabalhadores para o EIR porque foi desenvolvida para incrementar a produção. É importante ressaltar que meramente a tecnologia não tem condição de permitir a existência do capitalismo e empobrecer os trabalhadores. Apenas a utilização de tecnologia para produzir riqueza seria impossível, pois, levaria ao fim da estrutura de valorização capital-dinheiro e, assim, do próprio moderno sistema produtor de mercadorias.

A tecnologia é um meio utilizado neste processo. O empobrecimento é provocado pelo trabalho e pela sua dinâmica de valorização da estrutura capital-dinheiro. Não basta à produção capitalista que as constantes inovações técnicas científicas continuem intensificando o lançamento de trabalho humano vivo ao EIR sem perspectivas de sua absorção. Ela precisa, para existir, de um EIR disponível para trabalhar em ocupações deste próprio exército.

Em Marx (1996b), de certa forma, embora pressuponha uma massa de trabalhadores que ora eram absorvidos, ora eram lançados ao EIR, demonstrando o trabalho humano vivo como chave da manutenção e expansão do capitalismo, mesmo este processo no mundo contemporâneo deixando cada vez mais de ser operante, o interesse do sistema como um todo continua sendo em extrair energia humana dos indivíduos mediante o trabalho. E quanto maior a escala de produção, mais esta extração tende a ser potencializada. Seu peso aparece essencialmente no mundo contemporâneo, em razão direta com a crescente COC e, por sua vez, ampliação da riqueza.

Por um lado, portanto, no Exército Ativo, o volume de trabalho humano vivo coloca mais trabalho em ação, sem absorver mais trabalhadores, de outro, mais trabalho é posto em ação no EIR mediante as forças produtivas que não incorpora estes indivíduos para o Exército Ativo. Hodiernamente, a formação do EIR – em termos absolutos –, tende a avançar ainda

mais do que as adaptações do aparato produtivo já avançado com a ampliação da riqueza e o aumento da COC no Exército Ativo. Se este aumento não cria meios de ocupação para os trabalhadores – em termos relativos – no Exército Ativo, essa relação é transformada no EIR no sentido de criar meios de ocupação aos *supérfluos*.

Porém, tais ocupações são incumbentes a exploração, logo, a exploração no EIR é potencializada conforme a extensão deste exército aumenta – em termos absolutos –, enquanto, diretamente, a riqueza é ampliada. A crescente COC e a condenação de uma parte da classe trabalhadora ao EIR em virtude do seu próprio trabalho que permitiu avanços na COC e vice-versa, torna-se uma forma de enriquecimento do capitalista e aumenta, no mesmo instante, o empobrecimento da classe trabalhadora, seja no Exército Ativo ou EIR. O quanto isto é importante na caracterização do EIR prova-se, no seguinte exemplo: se as ocupações, atualmente, fossem limitadas ao âmbito do Exército Ativo, a tendência é que todo o sistema capitalista sucumbisse, ao ser submetido a uma *fome de razão permanente*, a saber, trabalho. A maioria dos indivíduos integrantes do EIR teria que se ocupar em postos de trabalho para permitir a manutenção do moderno sistema produtor de mercadorias. Portanto, com o atual estágio que se encontram as forças produtivas, grandes massas humanas precisam estar disponíveis para oferecer a fonte de riqueza do capitalismo, sendo estas massas produzidas a partir de seu próprio trabalho.

Finalmente, quanto maior a riqueza produzida, o capital operante e as necessidades de sua valorização, a energia e dimensões da acumulação e, simultaneamente, a força produtiva do trabalho operante no Exército Ativo e grandeza dos trabalhadores no EIR – em termos absolutos –, a tendência é que tanto mais potencializada seja a exploração no EIR. A força de trabalho incumbente a esta potencialização é criada pelas mesmas determinações que a ampliação das forças produtivas. A grandeza proporcional do EIR aumenta, desta forma, com as potências da riqueza, assim como na fase de acúmulo primitivo, todavia, na contemporaneidade, o mecanismo da produção capitalista acompanha uma elevação correspondente na queda na demanda de trabalho no Exército Ativo e aumento no EIR. E a isso o apologeta chama como um movimento emancipatório: *trabalho e mais trabalho* para manter a valorização da estrutura capital-dinheiro intocável.

Então, se até no século XXI, a questão era a de expulsar os trabalhadores do Exército Ativo e, ao mesmo tempo, manter estes trabalhadores com expectativas de reincorporar novamente o Exército Ativo, atualmente, sob a ótica dos trabalhadores, a questão é como manter-se em um EIR cujas ocupações concorrem com as ocupações no âmbito do Exército

Ativo. E aos que não conseguem permanecer nessa concorrência, são deslocados ao que outrora Marx (1996b) chamou de lumpemproletariado.

Isto implica no EIR existir de diversas formas. Todo indivíduo o constitui no tempo que não pertence ao Exército Ativo, de modo que o seu dever enquanto trabalhador é de uma vez no EIR, buscar incessantemente um trabalho, mesmo que tenha a tendência de receber menores rendimentos monetários do que os trabalhadores que ainda *restam* no Exército Ativo. Dito isto, as formas de trabalho na esfera do EIR segundo Marx (1996b) são dispostas em três camadas, a saber, flutuante, latente e estagnada.

#### 4.1.1 Camada flutuante

A camada flutuante do EIR se refere aos trabalhadores que procuram ser absorvidos imediatamente pelo Exército Ativo, fazendo parte da força de trabalho, mas não estando inseridos em ocupações. Entretanto, isto não significa que ora são repelidos, ora absorvidos pelo Exército Ativo. Pois, como destacado ao longo desta dissertação, cada vez menos o Exército Ativo absorve trabalho – em termos absolutos –, portanto, as oscilações na camada flutuante tendem a se referir à passagem desses trabalhadores para as outras duas camadas do EIR. Consequentemente, é possível afirmar que essa camada possui a tendência de ser a menos representativa entre as três.

Por outro lado, no momento em que o trabalhador é repelido do Exército ativo, não necessariamente irá passar para a camada flutuante, pois, em busca de remuneração, ele possui a tendência de procurar ocupações na camada latente e estagnada. Por seu turno, a fluência inerente à camada flutuante não pode ser tratada como análoga à rotatividade, em decorrência do trabalhador ao ser repelido do Exército Ativo ter a possibilidade de participar do circuito concorrencial por ocupações no EIR, e ao conseguir se fixar em tais ocupações, possui a tendência de permanecer por longos períodos. Contudo, no processo concorrencial por ocupações, as principais dificuldades dos trabalhadores integrantes da camada flutuante, diz respeito à experiência desses trabalhadores, como por exemplo, pelo motivo dessa camada ter uma ampla composição de jovens em busca de seu primeiro emprego, de modo que esbarram na falta de experiência.

Por fim, deve-se destacar que as mensurações oficiais sobre o desemprego dos países capitalistas aproximam-se da extensão do EIR flutuante, no entanto, esse é o seu limite, pois tratam as ocupações da camada latente e estagnada como integrantes da mesma categoria que é composta pelas ocupações vinculadas ao Exército Ativo.

#### 4.1.2 Camada latente

De acordo com Marx (1996b), a camada latente do EIR deriva da agricultura, conforme a demanda absoluta por trabalho diminui e a produção capitalista assume o setor agrícola. Como resultado, Marx citou a existência de um fluxo constante de força de trabalho da agricultura de subsistência para as cidades. Continuando, Marx acrescenta que:

“[...] seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalho rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (1996b, p. 199).

Evidentemente, Marx ao realizar esta afirmação foi influenciado pelo cenário inglês do século XIX, que compreendia um patamar de desenvolvimento do sistema capitalista, de acordo com as forças produtivas do período. Nestas condições, o autor assinalou que os trabalhadores rurais que se direcionavam constantemente para as cidades incorporaram a força de trabalho assalariada em função de passarem a compor o capital industrial. A esse despeito, Rosa Luxemburgo (2003) em seu escrito, *The Accumulation of Capital*, reconheceu o fato de Marx ao discutir a expropriação dos camponeses mediante o processo de acúmulo de capital ter ignorado as fontes de recrutamento dos trabalhadores rurais e urbanos e, por conseguinte, o processo em que os trabalhadores dos extratos médios urbanos se tornavam proletários, conforme ocorria decadência da economia camponesa e das pequenas *empresas* artesanais.

No entanto, embora Luxemburgo (2003) tenha discutido o fato de Marx (1996b) em *O Capital* não ter abordado a questão central no processo de expropriação dos camponeses e trabalhadores urbanos, em relação à formação de uma força de trabalho supérflua, para ambos os autores, a produção capitalista necessita de amplo domínio sobre o mercado mundial, portanto, para atingir esse objetivo, o capital deve mobilizar força de trabalho congruente com a valorização do próprio capital.

Contudo, observamos assim como o fez Luxemburgo (2003), que Marx (1996b) ao demonstrar este fenômeno em relação aos trabalhadores rurais como constituinte da camada latente do EIR, estabelece o seu processo de formação em concordância com o período de ascensão do capitalismo, de modo que os trabalhadores primeiro foram liberados das organizações sociais feudais para posteriormente serem inseridos na lógica de produção capitalista, transferindo então o trabalho do feudalismo para o amplo comando do capital e a partir daí, com a evolução do próprio capital, estes trabalhadores passaram incorporar o EIR.

Estes trabalhadores no mundo contemporâneo não podem ser conceituados como se estivessem na camada latente apenas porque foram repelidos da agricultura de subsistência, mas porque foram repelidos pelo próprio desenvolvimento do setor industrial. Em longo prazo, os trabalhadores que fazem parte desta camada se afirmam cada vez mais na camada latente, de maneira que seus integrantes tendem a realizar atividades nos setores em que o capital não se disseminou, no sentido de ter se tornado imperante, ou seja, em atividades não tipicamente capitalistas, que preponderantemente são compostas por atividades domésticas.

Diante disto, pode surgir o questionamento de que os trabalhadores domésticos não pertencem ao EIR ou ao Exército Ativo, em função de realizarem atividades que não geram lucro direto aos membros da unidade domiciliar em que foi prestado o serviço e, por conseguinte, não contribuírem para o processo de acumulação capitalista. Ou que estes trabalhadores estão prontificados para incorporar o Exército Ativo de forma imediata, se integrando, então, a lógica de produção capitalista nos moldes tradicionais do Exército Ativo.

Por este motivo, são elencados abaixo três aspectos que demonstram que mesmo estas atividades sendo não tipicamente capitalistas, fazem parte do EIR e, especificamente, da camada latente, contribuindo para a produção de valor.

#### 1º: Desvinculação do trabalho doméstico em relação ao grande capital

Mesmo sendo possível de os capitalistas se inserirem em setores em que os trabalhadores domésticos atuam, desde atividades relacionadas à limpeza de unidades domiciliares até reparos no ambiente familiar. É verdade que esses capitalistas tendem a estabelecer vínculos com diferentes trabalhadores, que realizam diferentes atividades no âmbito doméstico, em razão da abundância desta força de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista.

Contudo, esses trabalhadores continuam sendo considerado integrante do EIR, devido sua atividade continuar sendo não capitalista, tal análise já tinha sido exposto em 1981 no artigo *A produção não tipicamente capitalista* de Beatriz Regina Zago de Azevedo, todavia, nota-se que tal tendência pode ser observada no século XXI, principalmente mediante as mudanças no mercado de trabalho. Porém, podemos acrescentar em conjunto com a análise da autora, que esses trabalhadores domésticos conforme evoluem dentro deste segmento, realizam atividades em um número cada vez maior de unidades domiciliares, podendo prosseguir no setor mesmo com a abertura de corporações de prestação destes tipos de serviços.

No entanto, mesmo podendo se desvincular do grande capital, tendem a não estar disponíveis ao Exército Ativo como empregados, mas em contrapartida, inclina-se a criar vínculos com outros trabalhadores domésticos, no intuito de expandir seu empreendimento, podendo compor desta forma o Exército Ativo. Entretanto, como empregador, porém, não nos moldes tradicionais, mas mediante a coletivização das tarefas, uma vez que assim é possível utilizar os recursos a partir de acordos realizados entre os trabalhadores que se uniram para realizar determinadas atividades, tratando-se de uma forma trabalho doméstico coletivo.

## 2º: Incorporação de força de trabalho em setores onde o grande capital não se disseminou

As atividades não tipicamente capitalistas podem atuar em locais onde não há grande oferta de bens e serviços por parte dos capitalistas, ou quando o custo para obter determinado bem ou serviço é menor quando demandado pelo trabalhador doméstico do que por grandes capitalistas, desse modo, essas atividades tendem a atrair os trabalhadores da camada flutuante, que ao não encontrar emprego no exército ativo, procuram se incorporar a camada latente para obter renda.

## 3º: Trabalhadores domésticos e pequena burguesia

Vale ressaltar que o trabalho doméstico em sua maioria integra o segmento de prestação de serviços, mas a prestação de serviços não é realizada unicamente no âmbito doméstico, assim, nem todas as formas de prestação de serviços pode ser considerado como trabalho doméstico, pois algumas destas atividades são realizadas por pequenos burgueses, a exemplo, segundo Silva, Filho e Komatsu (2016, p. 3) “[...] segmentos de transportes, telecomunicações, serviços auxiliares financeiros, compra, venda e aluguel de imóveis próprios [...]” são exemplos de atividades realizadas por pequenos burgueses. Entretanto, as grandes corporações também podem atuar em tal segmento.

Em relação ao pequeno burguês, seu serviço prestado pode ser realizado sem gerar ganhos monetários para o demandante de tal atividade, por exemplo, em clínicas médicas onde o profissional ao atuar com autonomia e possuir conhecimento *superior* a outros trabalhadores não pode ser considerado trabalhador doméstico ou capitalista, mas sim trabalhador autônomo. De outro lado, as atividades não industriais também incluem empresas de serviços – inclusive trabalho doméstico –, serviços financeiros, de saúde, etc. sem que envolva necessariamente trabalhadores autônomos ou pequena burguesia.

Observa-se, então, que a categoria de trabalhadores domésticos não é composta por todos trabalhadores do setor de serviços. Além disso, podemos evidenciar que diferente dos

trabalhadores do âmbito doméstico, estes profissionais apresentam habilidades e conhecimentos específicos que podem lhe permitir ter um padrão de vida elevado.

#### 4.1.3 Camada estagnada

A terceira camada do EIR desenvolvida por Marx inclui os trabalhadores em ocupações irregulares que proporcionava um contingente inexaurível de força de trabalho à disposição do Exército Ativo. De modo que, para Marx (1996b), a condição de vida destes trabalhadores atingiria um nível menor quando comparado à camada latente, logo, os trabalhadores pertencentes a esta camada seria uma base importante para determinados setores de exploração do capital.

No entanto, a condição de vida dos trabalhadores da camada latente não necessariamente será melhor do que dos trabalhadores na camada estagnada, visto que historicamente as atividades domésticas – realizada na esfera privada da família – surgiram avessas ao *trabalho per excellence*, como atividades femininas de *dedicação à família*, logo, cindidas do moderno sistema produtor de mercadorias. Assim, as atividades ligadas à esfera domésticas, apesar de em grande parte ser realizadas via trabalho remunerado, não são reconhecidas totalmente como um trabalho socialmente válido, mas um trabalho de menor importância. Em contrapartida, mesmo que a camada estagnada possua a tendência de ter maiores rendimentos do que a latente, se a queda nos números de trabalhadores da camada latente não representar um aumento na estagnada, é um indicador de que a concorrência das atividades ofertadas nesta última, não permitiu a incorporação de novos trabalhadores.

Em contraste com a camada latente, as atividades realizadas na camada estagnada são essencialmente capitalistas, em outras palavras, possuem diretamente finalidade lucrativa. Os trabalhadores pertencentes a essa camada exploram o seu próprio empreendimento, sem contratar algum trabalhador remunerado, no entanto, podem contar com sócio. E com a evolução do Estado social-democrata, esses trabalhadores não necessariamente atuam de forma irregular.

Neste sentido, a camada estagnada pode ser dividida em duas parcelas: a primeira é composta pelo trabalhador que explora o seu empreendimento, como: pequeno varejo, feiras, trabalhos na construção civil, lavadores de carros, entregadores, motoristas particulares, etc. E a segunda, composta por indivíduos que trabalham sem receber remuneração. Este segundo grupo, pode ser considerado como pertencente ao EIR estagnado, primordialmente por não estar empregados em ocupações do Exército Ativo, ao passo que não podem ser categorizados

como membros da camada latente, por não contribuir para a realização de atividades não tipicamente capitalistas.

Em relação aos pequenos burgueses, citados no subcapítulo anterior (4.1.2), eles são considerados autônomos. Diferente dos outros integrantes da camada estagnada, o grau de complexidade das atividades e as habilidades e conhecimentos dispostos pelos pequenos burgueses impedem que sua forma de trabalho possa ser realizada por trabalhadores não qualificados, além do grau de complexidade que essas atividades exigem e conhecimentos inerentes a esta complexidade, que não podem ser aprendidos rapidamente.

Por estes motivos, estes profissionais não podem ser considerados integrantes do EIR ou do Exército Ativo, entretanto, se encontram no limiar entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, em virtude de o desenvolvimento das forças produtivas impactarem sobre esses profissionais, que enfrentam um constante processo de desqualificação com a evolução do grande capital, no sentido de diminuir cada vez mais as condições de desenvolvimento da pequena burguesia.

Em oposição a esses profissionais, os trabalhadores da camada estagnada mesmo em sua grande maioria realizando trabalhos autônomos, também podem possuir vínculo empregatício, mediante a contratação destes trabalhadores pelos capitalistas, porém, ainda assim, continuam integrantes da camada estagnada se o vínculo com o capitalista for mediante a realização de atividades no âmbito autônomo, como trabalhadores nos segmentos de fabricação de roupas, que são contratados por corporações, no entanto, realizam esse trabalho em seus domicílios.

Este fato demonstra que os trabalhadores inseridos na camada estagnada, aparentemente podem gerenciar o seu tempo, e não possuem subordinação direta. Na acepção do ideário liberal, esses trabalhadores são considerados empreendedores, de modo que a suposta autonomia é idealizada como o auge do desenvolvimento do sistema capitalista. Em contraposição a este ideário, a condição de trabalho desses trabalhadores é deteriorada pela organização econômica, no intuito de que a força de trabalho possa ser controlada e explorada pelo moderno sistema produtor de mercadorias.

## **CAPÍTULO V**

### **MARCO METODÓLOGICO**

Neste capítulo apresenta-se a metodologia aplicada no trabalho. O subcapítulo (5.1) começa com a apresentação da PNAD como base de dados a ser usada para o desenvolvimento do estudo. Em seguida, no subcapítulo (5.2) são apresentados os dados utilizados para mensurar o EIR e a adaptação destes dados aos conceitos marxistas. Encerra-se este subcapítulo (5.2) com a demonstração de como os segmentos do mercado de trabalho são relativizados a fim de que sejam analisados em relação às outras categorias do mercado de trabalho. Por fim, no subcapítulo (5.3) propõe-se uma modelagem que auxilie na discussão de algumas características observadas no EIR.

#### 5.1 Base de dados

Como base de dados foram utilizadas informações provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período de 2001 a 2015. Salienta-se que esta é uma pesquisa anual realizada por amostragem probabilística de domicílios, em que os resultados apresentados abrangem todo o território nacional, compreendendo, a partir de 2004, as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Com o objetivo de manter a homogeneidade dos resultados, de 1992 a 2003, as estatísticas da PNAD para a Região Norte abrangeram somente a área urbana, não incluindo, dessa maneira, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única UF dessa Região em que a pesquisa não se delimitou as áreas urbanas nesse período.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o sistema de pesquisas domiciliares iniciou em 1967, com a criação da PNAD, no intuito de produzir informações para contribuir no estudo do desenvolvimento social, econômico e demográfico do Brasil (IBGE, 2015). No entanto, apesar da contagem populacional brasileira ter sido iniciada em 1872, durante o Império, e os Censos Demográficos, em 1890, durante a República, dada a periodicidade decenal dos Censos Demográficos, os resultados eram escassos e defasados no tempo para uma análise e aprofundamento do conhecimento da realidade nacional (DEDECCA, 2014).

Até o primeiro trimestre de 1970 a PNAD tinha periodicidade trimestral. A partir de 1971, a pesquisa passou a ser anual com realização no último trimestre, sendo paralisados nos períodos que foram realizados os Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010), e

em 1974-1975, para uma pesquisa especial, chamada de Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF). Em 1994 não foi realizado o levantamento da PNAD, por causa do atraso no cômputo dos resultados para o ano de 1992 e 1993.

A PNAD tem como unidade de coleta os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos. Por meio dessa pesquisa busca-se investigar aspectos como: população, educação, habitação, trabalho, rendimento, fecundidade, saúde, migração e outros aspectos socioeconômicos e demográficos que são levantados segundo as premências por informações (IBGE, 2015). A pesquisa está a cargo da Coordenação de Trabalho e Rendimento da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

De acordo com Almeida-Gabriel (2014), a classificação das áreas urbanas e rurais realizada nas pesquisas do IBGE é feita conforme a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos, mantendo, assim, a demarcação das áreas urbanas e rurais no período intercensitário. Embora a legislação tenha modificado a classificação de determinadas áreas, no que se refere à situação do domicílio, a definição estipulada por ocasião do Censo Demográfico de 2000 foi utilizada para as pesquisas feitas de 2001 a 2009 e, a classificação estipulada no Censo Demográfico de 2010 para o período de 2011 a 2015.

Para o desenvolvimento desta dissertação, foram consideradas as atividades realizadas no trabalho principal. Em relação aos rendimentos, cabe ressaltar que nessa dissertação é analisado o rendimento mensal domiciliar, que provém da renda total obtida mensalmente pelos moradores do domicílio, exclusive dos indivíduos cuja situação no domicílio fosse de trabalhador doméstico, pensionista ou parente do trabalhador doméstico.

Hoffman (2004; 2009) alerta que, apesar das informações disponibilizadas pelas PNADs serem de boa qualidade é necessário reconhecer algumas limitações dessa base de dados. Há uma tendência considerável de subestimação da renda nacional e, presumivelmente, essa tendência é maior para os altos rendimentos, principalmente com a renda informada pelos empregadores. Os rendimentos dos pequenos agricultores, que formam uma categoria de trabalhadores relativamente pobres, também devem estar bastante subestimados, em razão de a pesquisa não considerar o valor da produção utilizada para o consumo próprio (HOFFMANN, 2004; 2009).

É importante notar que a renda do trabalho para a PNAD diz respeito à renda auferida em alguma atividade – declarada – individualmente, não sendo limitada aos salários. Portanto, a renda do trabalho não abrange somente dos empregados assalariados, mas também a renda dos trabalhadores por conta própria, domésticos e empregadores (HOFFMANN, 2004). Nessa esfera, Hoffmann e Ney (2008) ao debaterem as principais limitações dos dados da PNAD,

ênfatizam que é importante ter cuidado em interpretar a renda do trabalho, em razão de, nas pesquisas da PNAD, esse componente não compreender apenas o pagamento pela força de trabalho da população pobre, mas também os rendimentos na forma de lucros, renda da terra e altos salários de executivos.

## 5.2 Mensuração do Exército Industrial de Reserva (EIR), Exército Ativo e Classe Capitalista

### 5.2.1 Definição dos dados disponíveis na PNAD

Das informações oriundas da PNAD, para mensuração e análise de algumas características do perfil socioeconômico dos trabalhadores que compõem o EIR, compete a esta dissertação os dados sobre trabalho e rendimento, decorrente da População em Idade Ativa (PIA). A PIA compreende todos os indivíduos de 10 anos ou mais de idade, sendo subdividida em População Economicamente Ativa (PEA) e População Não Economicamente Ativa (PNEA).

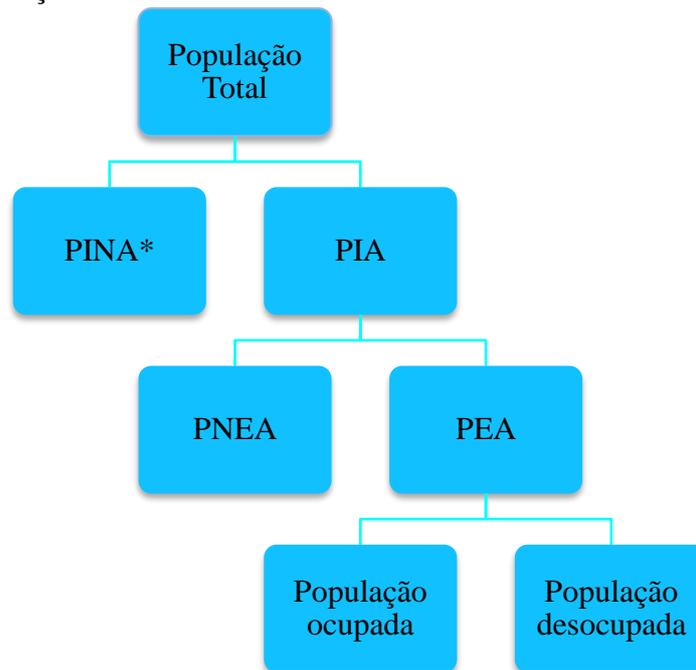
As definições das variáveis que compõem o mercado de trabalho da PNAD estão em consonância com as definições da International Labour Organization (ILO), dito isto, para a ILO (2011), a força de trabalho da PEA é formada por todas as pessoas acima de uma determinada idade e durante um período de referência<sup>4</sup>, compreendendo os indivíduos ocupados somados aos desocupados. A PNEA, segundo a ILO (2011), abrange todas as pessoas que não estão nem ocupadas nem desocupadas, como: estudantes, aposentados, pensionistas, rentistas, enfermos, trabalhador doméstico não remunerado, etc.

Feita essas considerações segmentação do mercado de trabalho é demonstrada na Figura 1.

---

<sup>4</sup> 10 anos ou mais de idade no caso da PNAD (IBGE, 2015).

Figura 1 – Segmentação do Mercado de Trabalho



Fonte: Elaboração própria.

\* População em Idade Não Ativa.

Assim sendo, a partir da população ocupada, desocupada e PNEA, o EIR brasileiro é mensurado. A população ocupada é classificada em sete ocupações, contudo, no presente estudo, os trabalhadores na construção para o próprio uso não foram contabilizados como integrantes do EIR ou Exército Ativo.

A utilização de seis ocupações se justifica pelo fato dos indivíduos ocupados na construção para o próprio uso estarem, fundamentalmente, construindo a casa própria da família, portanto, o indivíduo realiza tal trabalho por um tempo pré-determinado. Assim, após a conclusão da casa, irá procurar outra ocupação, como integrante do Exército ativo ou EIR.

O quadro 1 mostra as definições gerais das seis categorias que são objetos de estudo.

Quadro 1 – Classificação da PEA Ocupada

CATEGORIA	PNAD
Empregador	Pessoas proprietárias de um negócio com ao menos um empregado remunerado.

(Continua)

Empregado (Setor Privado + Público)	Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), normalmente, obrigando-se a uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, moradia, alimentação, etc. Nessa ocupação está incluído o sacerdote, rabino, frade, freire e outros clérigos e, também, o indivíduo que prestava serviço militar obrigatório. E sem restrição no número de horas trabalhadas.
Trabalhador Doméstico	Trabalhador que prestava serviço doméstico remunerado recebendo em contrapartida dinheiro, mercadorias, moradia, alimentação, etc., em uma ou mais unidades domiciliares. E sem restrição no número de horas trabalhadas.
Conta própria	Trabalhadores que estavam explorando seu próprio negócio, com ou sem sócio, sem ter empregado remunerado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado. E sem restrição no número de horas trabalhadas.
Trabalhador familiar auxiliar	Pessoa que trabalhava sem remuneração, como estagiário, aprendiz ou em auxílio à instituição religiosa, de cooperativismo ou beneficente. E durante ao menos uma hora na semana.
Trabalhador na produção para o próprio consumo	Pessoa que trabalhava produzindo bens do ramo da agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, pesca e piscicultura para a própria alimentação e de ao menos um membro da unidade domiciliar. E durante ao menos uma hora na semana.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2001 a 2015).

Entretanto, como é sabido, as estatísticas oficiais não classificam as categorias do mercado de trabalho de acordo com a teoria marxista, sendo necessária uma adaptação de tais categorias para a possibilidade de análise de dados calculados em metodologias e referenciais teóricos diferentes, objetivo do próximo subcapítulo.

### 5.2.2 Adaptação dos dados da PNAD às categorias de estudos marxistas

Admitindo que o EIR seja subdividido em três camadas: flutuante, latente e estagnada. São utilizadas para a mensuração destas camadas as seguintes categorias investigadas pela PNAD: desocupados, trabalhadores domésticos, população não economicamente ativa, trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores por conta própria e trabalhador familiar. A distribuição destas categorias são ilustradas no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação das categorias de análise do EIR

Posição por condição em relação à força de trabalho	Divisão da classe trabalhadora	Característica da classe social de acordo com o IBGE
<b>Flutuante</b>	Desocupados	Pessoas que não tinham trabalho, porém estavam procurando emprego no período de referência.
<b>Latente</b>	Trabalhadores Domésticos	Pessoas que trabalhavam prestando serviço remunerado, em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.
	População não economicamente ativa	Pessoas que não tinham trabalho e nem tomaram providências efetivas de procura na semana de referência.
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Pessoas que estavam trabalhando na produção para a própria alimentação e de ao menos um membro da unidade domiciliar.
<b>Estagnado</b>	Conta própria	Pessoas que trabalhavam em seu próprio negócio, com ou sem sócio, sem ter empregado remunerado e contando ou não com trabalhador não remunerado.
	Trabalhador familiar auxiliar	Pessoas que trabalhavam sem receber remuneração, em ajuda ao morador do domicílio ou parente, mesmo não morando no mesmo domicílio.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2001 a 2015).

Logo abaixo estão as justificativas pela utilização de tais categorias na conceituação do EIR e suas respectivas limitações:

*i)* Desocupados: Esta categoria é composta por trabalhadores que tomaram providências para ocupar postos de trabalho nos últimos 30 dias. Normalmente estes trabalhadores foram expulsos do Exército Ativo de modo que estão à procura de novas ocupações. Então, a superpopulação existe aqui, na forma flutuante.

*ii)* Trabalhadores domésticos: Esta categoria é composta por trabalhadores que prestam serviços domésticos remunerados. Entretanto, a peculiaridade desta ocupação é dada pelo fato de a atividade ser exercida em uma unidade não econômica – a família – (AZEVEDO, 1981).

E devido às transformações que ocorrem no setor rural, cuja população se destina a cidade e, por outro lado, do desenvolvimento no setor industrial, cujos trabalhadores ficam sem ocupações, ao se destinarem a realização de atividades de cunho familiar – tipicamente não capitalista –, a superpopulação existe aqui, na forma latente.

*iii) População Não Economicamente Ativa (PNEA):* Esta categoria é composta por trabalhadores que não estavam nem ocupados e nem desocupados na semana de referência, como, estudantes, aposentados, trabalhadores domésticos não remunerados, etc. Portanto, tal categoria não pode ser considerada como integrante do Exército Ativo, uma vez que não ocupam postos de trabalhos vinculados a estrutura produtiva nas corporações. Contudo, por esta população não estar procurando ocupações não pode ser integrada a camada flutuante do EIR, de outro lado, ao não estar vendendo sua força de trabalho aos setores capitalistas da economia, não pode ser considerada integrantes da camada estagnada.

Cabe ressaltar que nessa dissertação a PNEA é considerada integrante da camada latente com o alerta de que devido à heterogeneidade desta categoria, pelo motivo da PNEA ter em sua formação, adolescentes, aposentados, adultos e incapazes de trabalhar que ainda estão no mercado de trabalho, a mensuração da camada latente tende a estar superestimada.

No entanto, parte-se do pressuposto de que apesar de tal categoria ser heterogênea, sua composição é fundamentalmente pautada em trabalhadoras domésticas, que, sobretudo, ao realizarem serviços na própria unidade domiciliar, realizam atividades não tipicamente capitalistas. Então, a superpopulação existe aqui, na forma latente.

*iv) Trabalhadores na produção para o próprio consumo:* Esta categoria é composta por trabalhadores que produzem o próprio alimento nas áreas rurais. Apesar dos alimentos produzidos por estes trabalhadores serem passíveis de valoração, a produção ocorre na unidade domiciliar familiar e não em uma unidade econômica, portanto, não pode ser considerado como integrante do Exército Ativo. Logo, a superpopulação existe aqui, na forma latente.

*v) Conta própria:* Esta categoria é composta por indivíduos que não empregam trabalhadores assalariados, englobando desde comerciantes até profissionais liberais. Alguns estudos classificam os trabalhadores liberais como participantes do Exército Ativo, todavia, esta dissertação entende que no processo de acumulação de capital, a tendência é que os grandes capitais adquiram os pequenos e, assim, os profissionais liberais estejam no limiar da

proletarização, não podendo ser contabilizados como integrantes do Exército Ativo ou EIR. Porém, devido a óbice de separar estes profissionais do restante dos trabalhadores por conta própria, pode ocorrer uma superestimação ao contabilizar a camada estagnada.

Assim sendo, a categoria de trabalhadores por conta própria é fundamentalmente composta de trabalhadores formais e informais não subordinados diretamente a estrutura produtiva das corporações, exercendo atividades em unidades econômicas cujas mercadorias também são ofertadas por grandes corporações, como na área de construção civil. Então, a superpopulação existe aqui, na forma estagnada.

vi) Trabalhador familiar auxiliar: Esta categoria é composta por trabalhadores não remunerados, que auxiliam membros de uma unidade domiciliar, seja empregado na produção de bens primários – essencialmente na área rural –, por conta própria ou empregados à um capitalista. Logo, eles não estão diretamente subordinados a uma estrutura produtiva, pois, mesmo que auxiliem um empregador, não possuem remuneração. Além disso, pelo motivo de auxiliarem membros de unidades domiciliares que realizam atividades em uma unidade econômica e, então, contribuirão para a dinâmica interna de produção capitalista, a superpopulação existe aqui, na forma latente.

Descrita as motivações que permitiram a adaptação das informações disponibilizadas pela PNAD para os conceitos marxistas de EIR e suas principais limitações, além daquelas intrínsecas a utilizar variáveis *proxy*, cabe agora demonstrar matematicamente a mensuração do EIR e das camadas que o compõem, sendo:

$$Y_i = \text{Desocupados} \quad (1)$$

$$X_i = \text{Trabalhadores Domésticos} + \text{PNEA} + \text{Trabalho para próprio consumo} \quad (2)$$

$$Z_i = \text{Conta própria} + \text{Trabalhador familiar auxiliar} \quad (3)$$

em que  $Y_i$  é a camada flutuante,  $X_i$  a latente e  $Z_i$  a estagnada.

Lembrando que de acordo com Marx (1996b) o EIR é dado pela soma da camada flutuante, latente e estagnada, segue-se que o EIR total é calculado da seguinte forma:

$$\text{EIR Total} = Y_i + X_i + Z_i \quad (4)$$

Visto isso, com o propósito de ter o quadro da divisão de classes e segmentação da classe trabalhadora em Exército Ativo e EIR, acrescenta-se a mensuração do Exército Ativo e classe capitalista. De modo que da mesma forma que ocorreu cálculo do EIR, os dados da PNAD são adaptados. Para tanto, o Quadro 3 ilustra os dados utilizados.

Quadro 3 – Classificação das categorias de análise do Exército Ativo e Classe Capitalista

Posição por condição de ocupação em relação ao capital	Divisão das categorias por posição na ocupação	Característica da classe social de acordo com o IBGE
<b>Capitalista</b>	Empregador	Pessoa que trabalhava em seu próprio negócio e que demanda força de trabalho assalariada.
<b>Exército Ativo</b>	Setor Privado + Público (Exclusive trabalhador doméstico)	Pessoa que trabalhava para o setor privado, recebendo em contrapartida, remuneração em dinheiro, mercadorias ou benefícios.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2001 a 2015).

Logo abaixo estão às justificativas para a utilização de tais categorias na conceituação do Exército Ativo e classe capitalista e suas respectivas limitações:

*i) Capitalista:* Esta categoria é formada por indivíduos que além de deter os meios de produção, assalariam força de trabalho, apesar disso, tal categoria é heterogênea, em razão de incluir tanto pequenos como grandes capitalistas. Todavia, o poder político e econômico é detido por grandes capitalistas, em contrapartida, os pequenos capitalistas tendem a estar em fase de pauperização e incorporação no Exército Ativo ou no EIR, com isto, apesar de ser uma categoria heterogênea, tende a ser fundamentalmente disposta por grandes capitalistas.

*ii) Exército Ativo:* Esta categoria é composta por trabalhadores que atuam na área pública ou privada, cuja força de trabalho esta diretamente subordinada ao capital nas corporações ou Instituições do Estado.

Isto posto, a partir das justificativas elencadas acima, o Exército Ativo e a classe capitalista são mensurados da seguinte forma:

$$CP_i = \text{Empregador} \quad (5)$$

$$ET_i = \text{Setor Privado (Exclusive trabalhador doméstico) + Setor Público} \quad (6)$$

em que  $CP_i$  é a classe capitalista e  $ET_i$  o Exército Ativo.

Assim é possível mensurar e definir as classes sociais e segmentá-las em EIR, Exército Ativo e classe capitalista mediante adaptações nas informações disponibilizadas pela PNAD. Contudo, a mensuração exposta neste subcapítulo não permite analisar estes segmentos em perspectiva com todo o mercado de trabalho. Por isso, será apresentada a seguir a mensuração da taxa de participação das camadas do EIR, do Exército Ativo, e da classe capitalista.

### 5.2.3 Taxa de participação da camada Flutuante, Latente e Estagnada, do Exército Ativo e da Classe Capitalista

A mensuração da taxa de participação das camadas do EIR, do Exército Ativo, e da classe capitalista é um cálculo importante para discutir os segmentos imperantes no mercado de trabalho e, com isto, relativizar alguns resultados. A mensuração das taxas de participação é elaborada mediante adaptações na metodologia utilizado no cálculo do desemprego, pela International Labour Organization (ILO) e seguido pelo IBGE.

De acordo com a ILO (2011), a taxa de desemprego é calculada da seguinte forma:

$$\text{Taxa de desemprego} = \frac{\text{desocupados}}{\text{força de trabalho}} \times 100 \quad (7)$$

Baseando-se no fato de que o objetivo é o de mensurar a relação entre a parte e o todo, de modo que a taxa de participação represente a proporção da força de trabalho em cada uma das categorias, em relação com sua composição total no mercado de trabalho. Nesse sentido, a força de trabalho é representada pela PEA + PNEA. Já os desocupados, para nossos objetivos, são representados pelos segmentos que formam as camadas do EIR, o Exército Ativo, e a classe capitalista.

A partir das adaptações, o cálculo é o seguinte:

$$\text{Taxa de participação da camada flutuante} = \frac{Y_i}{PEA+PNEA} \times 100 \quad (8)$$

Lembrando (1), segue-se que

$$Y_i = \text{desocupados}$$

$$\text{Taxa de participação da camada latente} = \frac{X_i}{PEA+PNEA} \times 100 \quad (9)$$

Lembrando (2), segue-se que

$$X_i = \text{Trabalhadores Domésticos} + \text{PNEA} + \text{Trabalho para próprio consumo}$$

$$\text{Taxa de participação da camada estagnada} = \frac{Z_i}{PEA+PNEA} \times 100 \quad (10)$$

Lembrando (3), segue-se que

$$Z_i = \text{Conta própria} + \text{Trabalhador familiar auxiliar}$$

$$\text{Taxa de participação da classe capitalista} = \frac{CP_i}{PEA+PNEA} \times 100 \quad (11)$$

Lembrando (5), segue-se que

$$CP_i = \text{Empregador}$$

$$\text{Taxa de participação do Exército Ativo} = \frac{ET_i}{PEA+PNEA} \times 100 \quad (12)$$

Lembrando (6), segue-se que

$$ET_i = \text{Setor Privado (Exclusivo trabalhador doméstico)} + \text{Setor Público}$$

Apesar destas taxas, para tal relativização assumir contornos mais sólidos em relação à composição do EIR, se faz importante uma investigação de algumas características presentes nas ocupações em que os trabalhadores supérfluos estão inseridos. Na tentativa de preencher essa lacuna, que se ocupará a próxima seção.

### 5.3 Estratégia para a caracterização das camadas remuneradas do Exército Industrial de Reserva (EIR)

#### 5.3.1 Distribuição dos ramos, locais e tempo de permanência na atividade principal dos trabalhadores na camada latente e estagnada

No presente estudo, a escolha das variáveis: ramo, local e tempo de permanência do trabalhador supérfluo na atividade principal, e não somente a mensuração do EIR, como é comum na literatura, se justifica pelo fato de que além de mensurar a extensão do EIR, o objetivo desta análise é compreender algumas características das atividades realizadas pelos trabalhadores no âmbito do EIR. Desta forma, pretende-se analisar elementos que retratem alguns aspectos das ocupações que compõem as camadas remuneradas do EIR.

Assim, o procedimento realizado foi o seguinte:

- i. Os ramos de atividades no trabalho principal foram divididos de acordo com as parcelas que o compõem, que são: 1 – Agrícola; 2 – Indústria; 3 – Construção; 4 – Comércio e reparação; 5 – Alojamento e alimentação; 6 – Transporte, armazenagem e comunicação; 7 – Administração pública; 8 – Educação, saúde e serviços sociais; 9 – Serviços domésticos; 10 – Outros serviços coletivos, sociais e pessoais; 11 – Outras atividades; 12 – Atividades mal definidas ou não declaradas. No que se refere ao período de análise, o ano de 2001 foi suprimido, devido às parcelas em tal ano possuírem divergências em relação ao período de 2002 a 2015.
- ii. Os locais e realização das atividades no trabalho principal foram divididos de acordo com os extratos que o compõem, que são: 1 – Loja, oficina, fábrica, escola, escritório, repartição pública, galpão, etc.; 2 – Fazenda, sítio, chácara, granja, etc.; 3 – No domicílio em que moravam; 4 – Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês; 5 – Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês; 6 – Em veículo automotor; 7 – Em via ou área pública; 8 – Outro. Dessa forma, têm-se a quantidade de trabalhadores da camada latente e estagnada que estão ocupados de acordo com o tipo de local de exercício da atividade que tinha estabelecimento (extratos 1 e 2) e atividade exercida em local que não tinha estabelecimento (extratos 3 a 8).
- iii. Para melhorar a caracterização das atividades, observou-se também o tempo de permanência desde a entrada no trabalho principal da semana de referência até a

data de referência. O tempo de permanência utilizado foi: até 5 meses; 6 meses a 1 ano; 1 ano; 2 a 4 anos; 5 a 9 anos e mais de 10 anos.

Por sua vez, é importante destacar a participação percentual das parcelas, extratos e tempo de trabalho nas ocupações que formam essas duas camadas, a partir, respectivamente, dos ramos, locais e tempo de permanência no trabalho principal. Assim, calculou-se esse percentual de participação para o Brasil, de acordo com sua representatividade nas ocupações que estão expostas nos Quadros abaixo (4, 5 e 6):

Quadro 4 – Participação percentual dos ramos de atividades realizadas na camada latente e estagnada

Camadas	Parcelas											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Latente</b>	Trabalhador doméstico											
	Produção para o próprio consumo											
<b>Estagnada</b>	Trabalhador por conta própria											
	Trabalhador não remunerado											

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à camada latente é importante lembrar que sua formação decorre da somatória dos trabalhadores ocupados em atividades domésticas, trabalhadores que estão produzindo para o próprio consumo e a População Não Economicamente Ativa (PNEA). Contudo, como esboçado no subcapítulo anterior (5.2), a PNEA é composta por trabalhadores que não estão em atividades integradas à dinâmica de mercado, e por outro lado, de indivíduos que não estão à procura de trabalho. Sendo assim, nota-se que a População Não Economicamente Ativa (PNEA) não foi integrada ao percentual de participação dos ramos de atividades na camada latente, isso decorre do fato do IBGE não caracterizar essa população.

Quadro 5 – Participação percentual dos locais de atividades realizadas na camada latente e estagnada

Camada	Parcelas							
	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>Latente</b>	Trabalhador doméstico							
<b>Estagnada</b>	Trabalhador por conta própria							
	Trabalhador não remunerado							

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à participação percentual dos locais de atividades, como expõe o Quadro 5, para a camada latente, a produção para o próprio consumo não é mensurada, uma vez que tal atividade é realizada no próprio domicílio. No caso da PNEA, vale mencionar que, da mesma forma que nos ramos de atividades, também não foi possível mensurar sua participação percentual segundo os locais de atividades, devido a óbice das estatísticas oficiais. O Quadro 6, por sua vez, mostra o percentual do tempo de permanência dos trabalhadores na atividade principal.

Quadro 6 – Participação percentual do tempo de permanência dos trabalhadores na camada latente e estagnada

Camada	Tempo de permanência no trabalho					
	Até 5 meses	6 meses a 1 ano	1 ano	2 a 4 anos	5 a 9 anos	Mais de 10 anos
<b>Latente</b>	Trabalhador doméstico					
	Produção para o próprio consumo					
<b>Estagnada</b>	Trabalhador por conta própria					
	Trabalhador não remunerado					

Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, o percentual de participação das parcelas, extratos e tempo de trabalho foi calculada em relação às ocupações que compõem a camada latente e estagnada, a partir do seguinte cálculo:

$$Y_i = \sum_{j=i}^n \left( \frac{X_{ij}}{X_i} \right)$$

Em que:

$Y_i$ : é o percentual de participação das parcelas, extratos e tempo de trabalho.

$X_{ij}$  é a quantidade de trabalhadores nas parcelas, extratos e tempo de trabalho  $i$  no ramo, local e tempo de permanência na atividade principal  $j$ .

$X_i$  é o total de trabalhadores nas parcelas, extratos e tempo de trabalho  $i$ .

$n$  = é a quantidade total de trabalhadores no ramo, local e tempo de permanência na atividade principal.

### 5.3.2 Renda domiciliar *per capita* da camada Latente e Estagnada, do Exército Ativo e da Classe Capitalista

No intuito de melhorar as análises sobre a caracterização das atividades realizadas na camada latente e estagnada e, concomitantemente, promover um debate no que diz respeito à condição de vida dos trabalhadores supérfluos, a escolha da variável Rendimento Domiciliar *Per Capita* (RDPC) é importante para atingir tal objetivo. Considerando que em uma sociedade do trabalho onde energia humana é transformada em dinheiro, as condições de vida dos indivíduos podem ser analisadas por intermédio da RDPC, tendo em vista que a capacidade de consumo dos trabalhadores depende fundamentalmente da renda *per capita*. Assim, foi analisado a RDPC obtida por meio da PNAD, de acordo com as ocupações que são utilizadas como variáveis *proxy* da classe capitalista, Exército Ativo e das atividades remuneradas do EIR, como exposto no Quadro 7:

Quadro 7 – Classificação das categorias remuneradas do EIR

Posição por condição em relação à força de trabalho	Ocupação
<b>Classe capitalista</b>	Empregadores
<b>Exército Ativo</b>	Empregados
<b>Camada Latente</b>	Trabalhadores domésticos
<b>Camada Estagnada</b>	Trabalhadores por conta própria

Fonte: Elaboração própria.

Descritas as variáveis de análise e traçada a estratégia de pesquisa, passemos ao estudo da situação do EIR brasileiro no início do século XXI.

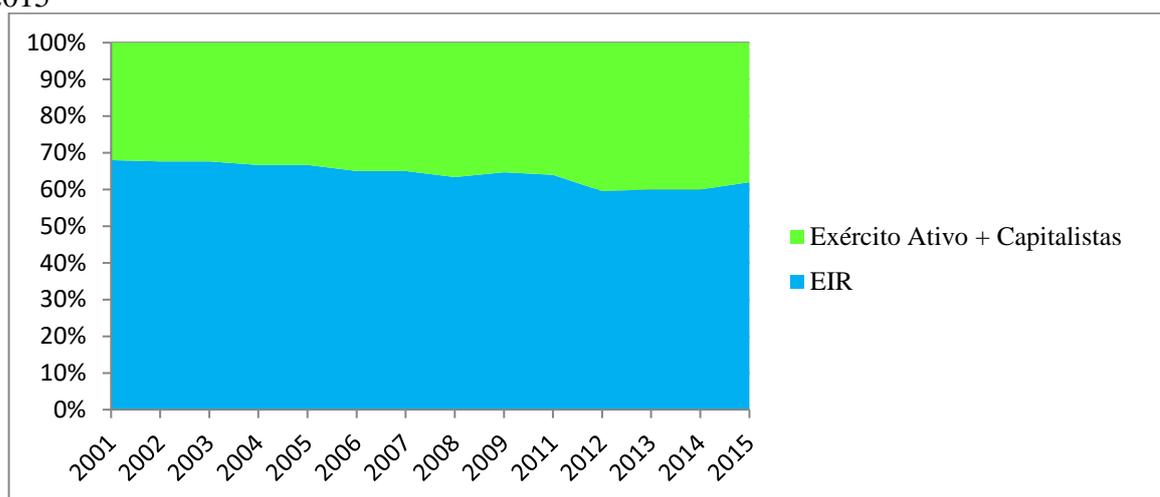
## CAPÍTULO VI

### O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA BRASILEIRO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS NO MERCADO DE TRABALHO

#### 6.1 Extensão do Exército Industrial de Reserva brasileiro no século XXI

Da Figura 2 já é possível extrair algumas informações sobre a classe trabalhadora brasileira nos anos 2000. Podemos observar que os trabalhadores estavam majoritariamente inseridos no EIR, de modo que constituíam 66% do mercado de trabalho. Contudo, na Figura 2 não é possível observar um processo significativo de crescimento ou queda do EIR relativo, mas, de certa forma, a manutenção em suas proporções.

Figura 2\* – Representação do EIR total relativo no Mercado de Trabalho brasileiro, de 2001 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

\*Os valores referentes à Figura 2 encontram-se na Tabela A28 (Anexo A).

Para não fazer daí uma reinterpretação forçada, convém inserir a dinâmica de produção brasileira no processo global de industrialização, para apanhar um elemento peculiar: em seu processo de industrialização, pós 1930, e posteriormente, com a acumulação flexível, pós 1970, não foram modificadas as relações básicas do capitalismo sob a ótica do proprietário e não proprietário dos meios de produção, nesses termos, a inserção e perfilhação da economia brasileira ao capitalismo, sua transformação estrutural nos moldes da acumulação flexível, passa a ser, essencialmente, uma possibilidade determinada dentro *dela mesma*; ou seja, as relações de produção continham em si a possibilidade de reestruturação mundial do sistema, ainda que não fosse possível assimilar de maneira absoluta a matriz científica e tecnológica dos países centrais.

Contudo não há dúvida que o avanço das inovações *poupadoras de trabalho* que observamos atualmente foi dado pelos outros. Também não há dúvida, segundo Oliveira (2003), que o progresso técnico encontra-se sequestrado em patentes, além de ser submetida incessantemente a obsolescência. Na periferia, o avanço de *inovações poupadoras de trabalho* se dá em um momento em que a acumulação capitalista é intensificada pelo fato de dispor, a nível global, de um imenso volume de trabalho morto, que, na forma de progresso técnico, é transferido para países que tiveram um processo de industrialização tardia (Oliveira, 2003). Como principal consequência, os países periféricos apenas conseguem copiar o descartável pelas econômicas centrais, mas não conseguem assimilar a matriz científica e tecnológica das inovações; a segunda consequência é que a copia do descartável torna-se arcaico de forma acelerada. Portanto, as bases de acumulação são dinamitadas e intensificadas conforme o capitalismo global aumenta a substituição de trabalho vivo por morto.

O ponto aqui, é que nas econômicas periféricas, a acumulação flexível aproveitou o EIR criado pela própria industrialização nacional que se deu *dentro dela mesma*, não precisando necessariamente destruir as formas antigas do trabalho, senão em pequenos segmentos tayloristas/fordistas. Daí realizou-se a tendência de potencialização da extração de mais valia sem entraves à completa exploração; pois, as ofensivas do capital e Estado contra os trabalhadores e as relações de trabalho já tinha se intensificado no Brasil antes da inserção da acumulação flexível a nível global. Diante disto, não foram às econômicas da periferia que se acercaram do nível social das econômicas centrais, mas, ao contrário, foram os traços destrutivos do capital e trabalho nas econômicas periféricas que se disseminaram nas econômicas centrais.

Diante desta peculiaridade, nas economias periféricas compatibilizou-se uma estrutura produtiva ainda rígida com uma forma flexível, possibilitando, então, a evolução da criação de valor em formas de trabalho já existentes. Observemos teoricamente: as economias periféricas encontram-se dependentes da matriz científica e tecnológica dos países centrais, enquanto, simultaneamente, a expansão industrial dos países periféricos possui a tendência de conter a formalização de relações tradicionais de trabalho. A segunda sustenta a acumulação, isto é, supri as necessidades de valorização do capital, mas, articulando-se com a primeira, possibilita a evolução de uma estrutura produtiva ainda relativamente rígida, que ansiando em expandir a assimilação dos traços estruturais do método de acumulação flexível, potencializa a exploração do trabalho no Exército Ativo e EIR.

Colocado nesses termos, a tendência à manutenção de um extenso EIR e estancamento de relações tradicionais de trabalho se traduz em poucas variações no mercado de trabalho,

entre EIR e Exército Ativo – em termos relativos. Por outro lado, como indica a Tabela 1, as camadas remuneradas do EIR, a saber, latente e estagnada, possuem a tendência de serem as mais expressivas no EIR. Todavia, embora em termos absolutos o Exército Ativo tenha tido maiores taxas de crescimento do que o EIR, o volume da camada latente é suficiente para conter a expansão relativa do Exército Ativo (Tabela 1). Então, em contrapartida, ocorre a expansão do Exército Ativo – em termos absolutos –, enquanto no EIR a exploração intensifica a criação de valor, e este, por sua vez, auxilia na expansão industrial. *Que esta expansão converte-se em melhores condições de trabalho, não ousamos afirmar.*

Tabela 1 – Composição do Mercado de Trabalho brasileiro, de 2001 a 2015

ANO	Exército Ativo	Exército Industrial de Reserva		
		Flutuante	Latente	Estagnada
2001	30%	6%	46%	16%
2002	30%	6%	45%	17%
2003	30%	6%	45%	16%
2004	31%	6%	45%	16%
2005	31%	6%	44%	16%
2006	32%	5%	45%	16%
2007	33%	5%	45%	15%
2008	34%	4%	45%	15%
2009	33%	5%	45%	14%
2011	34%	4%	46%	14%
2012	38%	4%	41%	15%
2013	38%	4%	41%	14%
2014	38%	5%	40%	15%
2015	36%	6%	41%	15%
<b>Média</b>	33%	5%	44%	15%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Considerando que a camada latente e estagnada corresponde a mais de 50% do mercado de trabalho, se a taxa de desemprego for apreendida como o número de trabalhadores integrantes da camada flutuante dividido pelo EIR e, posteriormente, calculado sua representatividade no mercado de trabalho como um todo, observa-se que, de 2001 a 2015, não ocorreram quedas significativas na taxa de desemprego. Essa análise colide com a

aparência de que haveria neste período substanciais quedas no número de desempregados, como afirmou o discurso oficial.

Ainda que se reconheça que no sentido hegemônico a taxa de desemprego aberto tenha apresentado quedas<sup>5</sup>, a discussão não pode restringir-se ao terreno superficial da comparação trabalhador desocupado e PEA. A luz da teoria marxista, de que os trabalhadores que estão procurando emprego representam uma das camadas do EIR, se notará como a propalada queda no desemprego não significou a queda relativa no número de trabalhadores da camada flutuante, como se vê ao contrapor a camada flutuante com a latente e estagnada.

Por seu turno, a extensão da camada flutuante ao longo do tempo, manteve-se relativamente baixa. Nesse sentido, embora a quantidade de pessoas que estavam à procura de emprego tenha se mantido relativamente baixa, por seu lado, a quantidade de trabalhadores inseridos em atividades precárias, no âmbito do EIR, manteve-se alta. Então, apesar da expressividade relativamente baixa da camada flutuante, não pode ser dito que o desemprego no Brasil também tem uma baixa expressividade.

Ao conceber a forma contemporânea de trabalho no âmbito do EIR, que representa um movimento de precarização da força de trabalho no mais alto grau praticável, no intuito de melhorar as perspectivas de acumulação lucrativa do capital, enquanto aparentemente a preocupação é com a redução do desemprego, não podemos concordar com as teses de que o desemprego não é um *problema*. Ao contrário, há um desemprego estrutural em praticamente todos os campos de atividade, que é disfarçado como formas de trabalho flexível, o que, sobretudo, é evidenciada por meio da extensão da camada latente e estagnada.

As consequências do grande processo de desregulamentação, subcontratação e terceirização da força de trabalho, da inexistência de mecanismos regulamentadores das condições de trabalho e da grande flexibilização do mercado permitiram uma expansão sem precedentes de novas formas de trabalho, contudo, a consideração dos trabalhadores nessas condições ocupacionais como integrando o contingente de empregados, reduz grandemente as estatísticas de desemprego.

Uma noção ampliada de EIR inclui, então, aqueles e aquelas que alugam sua força de trabalho, incorporando o proletariado precarizado, *subproletariado*, sem direitos, e também desempregados, expulsos do Exército Ativo, quer dizer, do processo produtivo tradicional pela reestruturação do capital, que são postos incessantemente em disponibilidade pelo crescente capital. Compreender contemporaneamente a camada flutuante como parte da

---

<sup>5</sup> Principalmente entre 2003 a 2012.

população integrante do EIR, que, especialmente, com o advento da Terceira Revolução Industrial tende a incorporar a camada latente e estagnada, permite reconhecer o desemprego estrutural e conjuntural de modo ampliado.

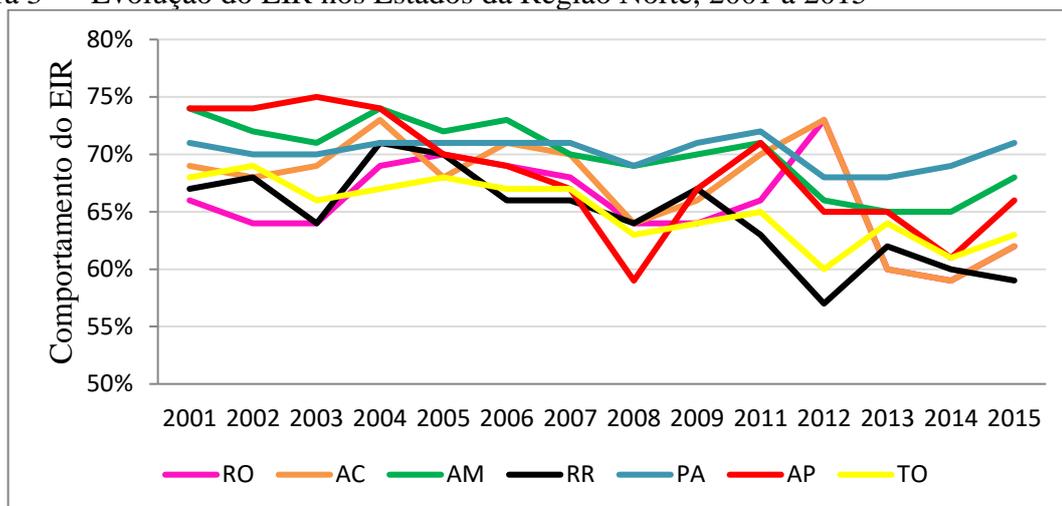
Hoje estamos testemunhando, sobretudo, dois processos tendenciais frente à classe trabalhadora: 1) um setor industrial que não tem capacidade equivalente de absorver mão de obra racionalizada do Exército Ativo; e 2) uma camada latente e estagnada que, entre 2001 e 2015, representava 59% do mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, como corolário tem-se uma camada flutuante que, quando comparada, a outras categorias do mercado de trabalho, possui uma expressividade relativamente baixa. Esse cenário representa, acima de tudo, a reafirmação da lógica de produção capitalista.

O lançamento de trabalhadores para o EIR é realizado, à revelia da classe trabalhadora. Uma vez no EIR, trata-se, na realidade, *mais* em como se inserir em ocupações no próprio âmbito do EIR do que em conseguir ser absorvido pelo Exército Ativo. A questão na sociedade contemporânea, sob a ótica dos trabalhadores, é como manter-se num EIR cujas ocupações concorrem ainda mais com as ocupações no âmbito do Exército ativo, e do próprio EIR.

#### 6.1.2 Extensão do Exército Industrial de Reserva brasileiro nas Unidades da Federação

A Figura 3 demonstra a evolução do EIR nos sete Estados da Região Norte. De forma geral, o desenvolvimento do EIR destes estados foi similar. É importante sublinhar que mesmo com pequenas modificações quantitativas no comportamento do EIR, em 2008 ocorreu uma queda na força de trabalho do EIR, apesar disso, em 2013, iniciou-se um movimento ascendente até 2015. As tabelas com os resultados da mensuração da representatividade das camadas do EIR, Exército ativo e classe capitalista, por Estado, estão no Anexo A.

Figura 3\* – Evolução do EIR nos Estados da Região Norte, 2001 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

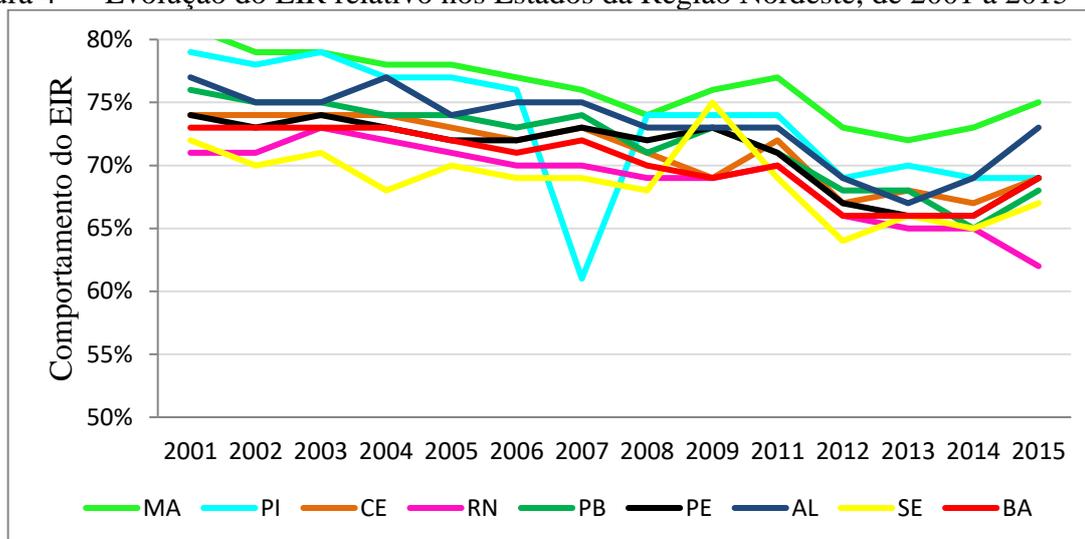
\*Os valores referentes à Figura 3 encontram-se na Tabela A1 a A7 (Anexo A).

Em relação à média do EIR na região Norte, ao ser observado os Estados dessa região no Anexo A, nota-se que todos os estados durante os 14 anos tiveram um EIR médio que representou mais que 60% do mercado de trabalho. Sendo que Roraima e Tocantins apresentaram as médias mais baixas da região, com 65%. Por outro lado, Amazonas e Pará tiveram as maiores médias, com 70% (Anexo A).

A Figura 4, por sua vez, traz o comportamento do EIR relativo dos Estados da Região Nordeste. O primeiro ponto a ser destacado é que o movimento da força de trabalho foi similar entre os estados, embora, o Estado do Maranhão apresente oscilações menores, e possua em todos os períodos um EIR que representou mais de 70% do mercado de trabalho.

É importante salientar que, mesmo de 2001 a 2015 ocorrendo à queda no EIR na maioria dos estados, ao observarmos a média do EIR do período, nota-se que apenas Sergipe e Rio Grande do Norte não mantiveram um patamar maior que 70%. Isto indica que a absorção de força de trabalho pelo Exército Ativo, nos estados do Nordeste, de 2001 a 2015, não foi suficiente para compensar a quantidade de trabalhadores que se tornaram supérfluos no início do século.

Figura 4\* – Evolução do EIR relativo nos Estados da Região Nordeste, de 2001 a 2015

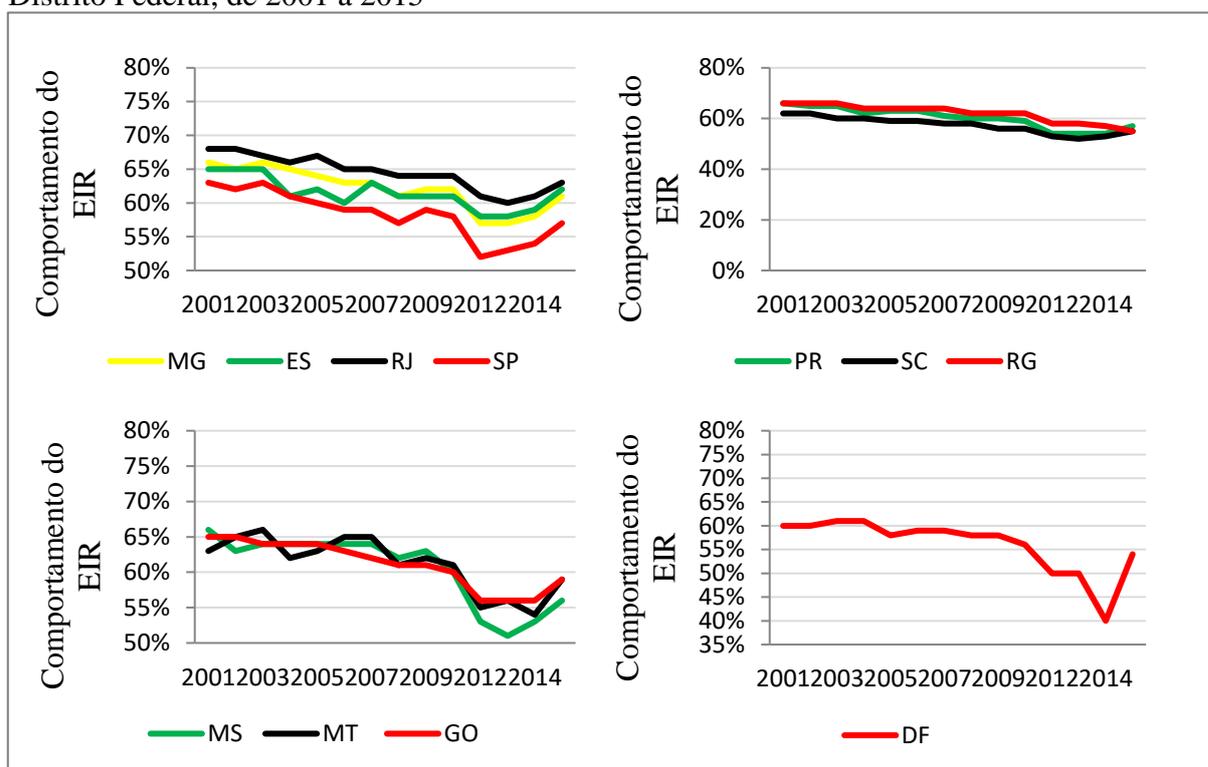


Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

\*Os valores referentes à Figura 4 encontram-se na Tabela A8 a A16 (Anexo A)

No que diz respeito às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, diferente das demais, em nenhum período os estados atingiram um EIR relativo superior a 70% (Anexo A). Ademais, ao plotar na mesma figura os dados referentes ao movimento do EIR dos Estados destas três regiões, observa-se um comportamento de queda similar entre as UF, com destaque para o Distrito Federal que, em 2012 e 2013, o EIR apresentou uma taxa de representatividade de 50%, e em 2014, a taxa foi de 40%. Todavia, embora os estados da Figura 5 tenham um EIR médio menor do que as UF da Região Norte e Nordeste, relativamente à força de trabalho supérflua ainda possui a tendência de representar mais que 50% do mercado de trabalho.

Figura 5\* – Evolução do EIR relativo nos Estados da Região Sudeste, Sul, Centro-Oeste e no Distrito Federal, de 2001 a 2015



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

\*Os valores referentes à Figura 5 encontram-se na Tabela A17 a A27 (Anexo A).

Sendo assim, a partir das análises realizadas até aqui, apesar das disparidades na extensão do EIR entre as UF, temos, então, elementos que nos permitem destacar as seguintes características similares e divergentes no comportamento do EIR entre os Estados brasileiros:

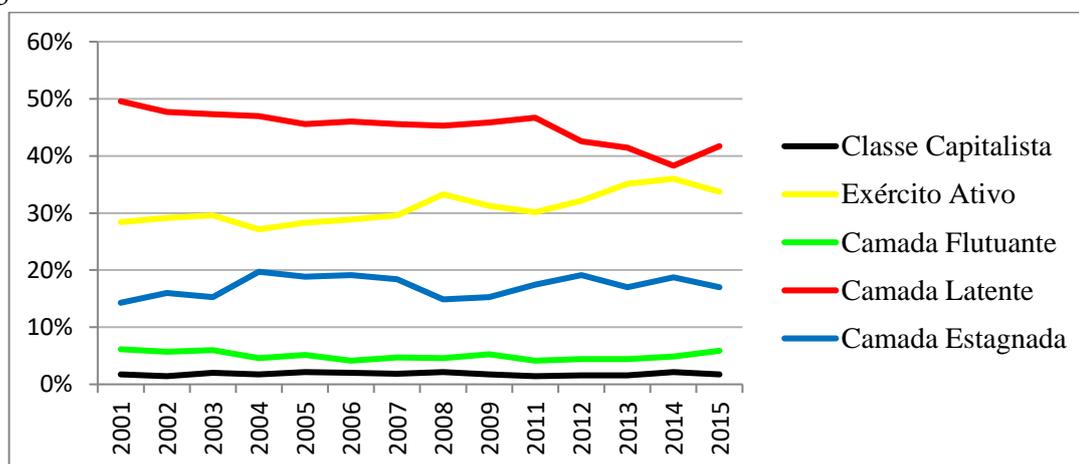
- i) No período de 2001 a 2015 os estados mantiveram um EIR médio que representou mais de 50% do mercado de trabalho;
- ii) Desde o início dos anos 2000 intensificou o processo de evolução dos postos de trabalho – em termos absolutos –, no âmbito do EIR.
- iii) Mesmo com algumas variações negativas no EIR entre 2001 e 2015, os Estados da Região Norte e Nordeste mantiveram as maiores taxas de participação do EIR em seus respectivos estados.
- iv) A maior concentração de força de trabalho integrante do Exército Ativo nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste foram um dos principais fatores que diminuiu a média nacional do EIR entre 2001 e 2015, uma vez que a representatividade do EIR no mercado de trabalho dos Estados pertencentes a estas regiões é menor do que nas demais.

v) Apesar das diferenças de variações no EIR relativo entre os Estados, de forma geral, não ocorreram quedas acentuadas na quantidade de trabalhadores de *reserva* ao longo do tempo, que diminuísse significativamente sua representação no mercado de trabalho.

#### 6.1.2.1 Participação percentual das categorias que compõem o Mercado de Trabalho nas Unidades da Federação

Nos Estados da região Norte, a classe capitalista teve uma taxa média de participação no mercado de trabalho de 2% (Figura 6). Em relação ao Exército Ativo, mesmo em 2015 representando mais do que no início do século XXI, a média do período permaneceu no patamar de 30%. Por seu turno, sobre o EIR, as oscilações na camada flutuante foram mínimas, de maneira que a maior taxa média de participação alcançada foi de 7%, no Estado do Amapá. Já a camada latente foi a mais extensa e, apesar de algumas oscilações, manteve-se no patamar de 40% (Tabela 2). Por outro lado, em 2015, a taxa de participação da camada estagnada nos Estados de Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá superaram as taxas do início da década.

Figura 6 – Composição do Mercado de Trabalho nos Estados da Região Norte, de 2001 a 2015

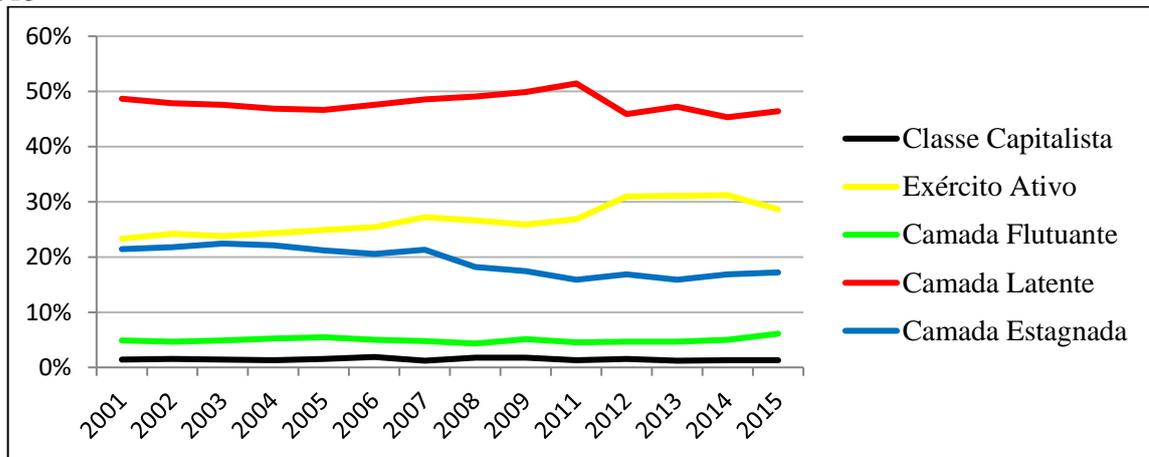


Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

\*Os valores referentes à Figura 6 encontram-se na Tabela A1 a A7 (Anexo A).

Nos Estados da Região Nordeste, a taxa de participação da classe capitalista oscilou entre 1% e 2%, como exposto na Figura 7. A camada flutuante também seguiu a média brasileira, mantendo-se entre 3% e 6%, já o Exército Ativo entre 2001 e 2015 ficou abaixo da média nacional, sendo o Sergipe o Estado que chegou mais próximo, com 30%. O reflexo deste cenário foi um EIR que variou em torno de 70%.

Figura 7\* – Composição do Mercado de Trabalho nos Estados da Região Nordeste, de 2001 a 2015

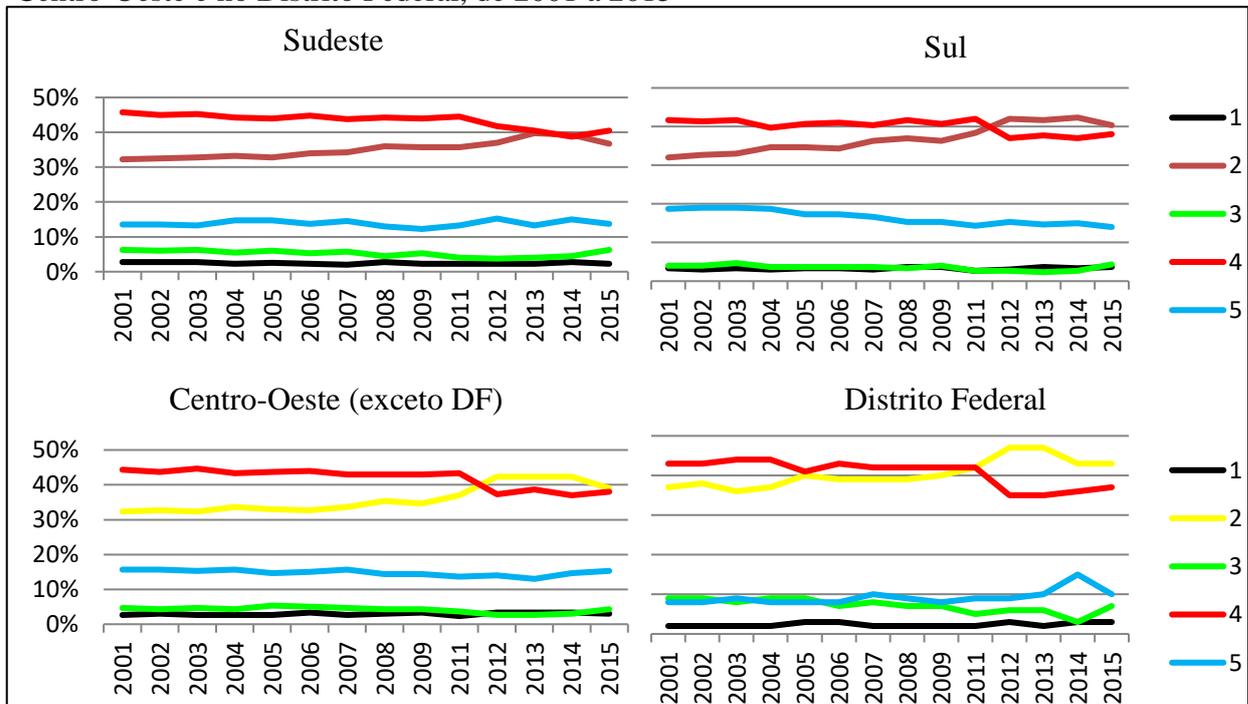


Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

\*Os valores referentes à Figura 7 encontram-se na Tabela A8 a A16 (Anexo A).

Na Região Sudeste, Sul e Centro-Oeste, diferente das demais, a camada latente não foi imperante durante todo o período analisado, como mostra a Figura 8. Porém, ainda que de forma geral a camada latente não tenha sido a categoria mais extensa do mercado de trabalho, em todos os períodos, ao ser somado com a estagnada, o EIR torna-se substancialmente maior do que o Exército Ativo.

Figura 8\* – Composição do Mercado de Trabalho nos Estados da Região Sudeste, Sul, Centro-Oeste e no Distrito Federal, de 2001 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

\*Os valores referentes à Figura 8 encontram-se na Tabela A17 a A27 (Anexo A).

1 – Classe Capitalista; 2 – Exército Ativo; 3 – Camada Flutuante; 4 – Camada Latente; 5 – Camada Estagnada.

Tabela 2 – Taxa de participação das categorias do Mercado de Trabalho brasileiro, por Unidades da Federação, de 2001 a 2015

UF	Capitalistas	Exército Ativo	Exército Industrial de Reserva		
			Flutuante	Latente	Estagnada
<b>Região</b>	<b>Norte</b>				
<b>RO</b>	2%	32%	4%	44%	18%
<b>AC</b>	2%	31%	4%	46%	18%
<b>AM</b>	1%	29%	6%	45%	18%
<b>RR</b>	2%	34%	5%	43%	16%
<b>PA</b>	2%	28%	5%	45%	21%
<b>AP</b>	1%	30%	7%	47%	14%
<b>TO</b>	2%	33%	4%	45%	16%
<b>Região</b>	<b>Nordeste</b>				
<b>MA</b>	1%	22%	4%	49%	24%
<b>PI</b>	2%	24%	3%	44%	28%
<b>CE</b>	2%	27%	4%	48%	20%
<b>RN</b>	2%	29%	5%	49%	15%
<b>PB</b>	1%	27%	5%	50%	17%
<b>PE</b>	2%	27%	6%	49%	16%
<b>AL</b>	1%	26%	6%	52%	16%
<b>SE</b>	1%	30%	6%	45%	18%
<b>Região</b>	<b>Sudeste</b>				
<b>BA</b>	2%	28%	6%	45%	20%
<b>MG</b>	3%	35%	5%	44%	14%
<b>ES</b>	3%	36%	5%	41%	16%
<b>RJ</b>	2%	34%	6%	47%	12%
<b>SP</b>	3%	39%	6%	42%	11%
<b>Região</b>	<b>Sul</b>				
<b>PR</b>	3%	37%	4%	41%	16%
<b>SC</b>	4%	39%	3%	39%	16%
<b>RS</b>	3%	35%	4%	40%	18%
<b>Região</b>	<b>Centro-Oeste</b>				
<b>MS</b>	3%	36%	4%	42%	14%
<b>MT</b>	3%	36%	4%	41%	16%
<b>GO</b>	3%	36%	4%	42%	14%
<b>DF</b>	2%	41%	7%	41%	9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

A representatividade da camada latente em relação à estagnada, em conjunto com um extenso EIR e aumento do EIR absoluto, de acordo com desenvolvimento teórico realizado no

capítulo (2 e 3), sinaliza um processo em que a evolução das unidades produtivas implicam em uma destruição das relações de produção capitalistas tradicionais. Sendo assim, a partir das análises realizadas até este subcapítulo, apesar das disparidades na extensão do EIR entre as UF, temos, então, elementos que nos permitem destacar as seguintes características similares e divergentes no comportamento do EIR entre os Estados brasileiros:

- i) No período de 2001 a 2015, de forma geral, os trabalhadores que estavam realizando atividades não tipicamente capitalistas tiveram a maior expressão no mercado de trabalho brasileiro;
- ii) Em todos os Estados, a média das camadas latente e estagnada representaram mais de 50% do mercado de trabalho, contudo, a flutuante permaneceu com pouca representação;
- iii) No que se referem às divergências regionais, os Estados da Região Norte e Nordeste – com exceção do Tocantins –, ficaram abaixo da taxa média nacional de trabalhadores integrantes do Exército Ativo, em contrapartida, as taxas médias de participação da camada latente – com exceção de Roraima – e da camada estagnada – com exceção do Amapá – permaneceram em consonância com a taxa nacional;
- iv) Em relação aos Estados da Região Sudeste, Sul e Centro-Oeste, de forma geral, apresentaram taxas médias de participação do Exército Ativo maiores do que os Estados das demais Regiões, e menores quando observada a taxa média de participação da camada latente e estagnada.

Dito isto, no intuito de pormenorizar as principais características das atividades realizadas no âmbito do EIR, se faz *mister* do próximo subcapítulo analisar o perfil de tais atividades e seus respectivos rendimentos reais.

### 6.1.3 Caracterização das camadas remuneradas do Exército Industrial de Reserva brasileiro

Para observar algumas características das atividades exercidas pelos trabalhadores no âmbito do EIR, foi calculada, a nível nacional, a participação percentual dos ramos, locais e tempo de permanência do trabalhador na atividade principal, bem como o rendimento real das categorias remuneradas do mercado de trabalho, de 2001 a 2015.

No que diz respeito à camada latente, a Tabela 3 mostra que 100% dos trabalhadores domésticos realizaram atividades na parcela 9 – serviços domésticos. Esse resultado já era esperado, pois o trabalho doméstico é compreendido pelo IBGE (2015), como aquele em que

a pessoa presta um serviço doméstico remunerado, em uma ou mais unidades domiciliares. Importante salientar que as *donas-de-casa* mesmo realizando serviços domésticos não são contabilizadas neste percentual, uma vez que este serviço não é remunerado.

O trabalho doméstico é composto, essencialmente, por mulheres negras oriundas de famílias de baixa renda; no trabalho doméstico as mulheres dedicam-se essencialmente ao trabalho de diaristas, cuidadoras e babás. Trata-se de uma forma de trabalho que impõe mínima proteção social, dupla jornada de trabalho, baixos rendimentos, discriminação, assédio, maiores taxas de adoecimento mental, dentre outras formas de exploração (PNAD, 2019).

Já a preponderância dos trabalhadores na produção para o próprio consumo na área agrícola é explicada por estes trabalhadores viverem em áreas rurais e se dedicar exclusivamente a produzir bens com foco em sua utilização pelos moradores do domicílio ou parentes residentes em outros domicílios. Tal produção, segundo o IBGE (2015), envolve desde o cultivo e/ou armazenamento de alimentos até a transformação de produtos minerais e florestais, como a fabricação de bens de uso doméstico.

Cabe ressaltar que os ramos de atividades expostos na Tabela 3, dizem respeito ao trabalho principal, portanto, mesmo se os trabalhadores realizarem alguma atividade secundária remunerada, a produção de bens para o próprio consumo corresponde à atividade de subsistência. Também é importante destacar que a PNEA foi mensurada como integrante da camada latente, contudo, considerando a heterogeneidade desta população, sendo composta, maiormente, por pessoas que não possuem nenhuma fonte de rendimento, não é possível contabilizar seu ramo e local de trabalho, porém, provavelmente esta população sobrevive a partir da economia local e de autoajuda.

Tabela 3 – Participação percentual dos ramos de atividades realizadas na camada latente, de 2001 a 2015

	Parcelas											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Ano</b>	Trabalhador doméstico											
	Produção para o próprio consumo											
<b>2001 a</b>	100%											
<b>2015</b>	100%											

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

1 – Agrícola; 2 – Indústria (inclusive indústria de transformação); 3 – Construção; 4 – Comércio e Reparação; 5 – Alojamento e Alimentação; 6 – Transporte, Armazenagem e Comunicação; 7 – Adm. Pública; 8 – Educação, Saúde e Serviços Sociais; 9 – Serviços Domésticos; 10 – Outros Serviços Coletivos Sociais e Pessoais; 11 – Outras Ativ.; 12 – Ativ. mal definidas ou não declaradas.

Em relação aos ramos de atividades realizadas na camada estagnada pelos trabalhadores por conta própria, em 2002, a parcela 1 – agrícola –, 2 – indústria – e 4 – comércio e reparação – tiveram uma representação de 59%. Por outro lado, em 2015, passaram a corresponder a 51%. Esta queda pode ter sido consequência do aumento da parcela 3 – construção. Conforme mostra a Tabela 4, é evidente que o ramo agrícola, de construção, de comércio e reparação, tem papel relevante nas atividades realizadas pelos trabalhadores por conta própria. Entretanto, nas parcelas correspondentes à participação percentual do ramo de alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços, percebe-se que a participação foi reduzida, chegando, em 2015, a somar 9%.

Na realidade, a categoria, trabalhado por conta própria, trata-se de indivíduos que atuavam, por exemplo, como vendedores, agricultores familiares, pedreiros, metalúrgicos, fabricante de móveis e de artigos de vestuários. Nota-se o fato de serem ocupações que possuem a tendência de baixa formalização das relações de trabalho, baixo níveis de remuneração, baixa produtividade e baixa escolaridade dentre seus trabalhadores. O mesmo pode ser salientado em relação ao trabalhador não remunerado, em que mais de 50% da força de trabalho atuava no ramo agrícola – parcela 1.

Tabela 4 – Participação percentual dos ramos de atividades realizadas na camada estagnada, de 2002 a 2015

	Parcelas*											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Ano</b>	<b>Trabalhador por conta própria</b>											
	<b>Trabalhador não remunerado</b>											
<b>2002</b>	24%	11%	14%	24%	5%	7%	-	2%	-	7%	5%	1%
	69%	5%	1%	13%	5%	1%	0,15%	2%	-	2%	1%	0,07%
<b>2003</b>	24%	12%	13%	25%	5%	6%	-	2%	-	7%	5%	1%
	68%	6%	1%	15%	5%	1%	0,14%	2%	-	2%	1%	0,05%
<b>2004</b>	25%	11%	12%	25%	5%	6%	-	2%	-	7%	5%	1%
	72%	5%	1%	13%	4%	1%	0,13%	1%	-	2%	1%	0,04%
<b>2005</b>	24%	13%	13%	25%	5%	6%	-	3%	-	7%	5%	1%
	68%	8%	1%	14%	5%	1%	0,20%	1%	-	2%	1%	0,02%
<b>2006</b>	23%	12%	13%	24%	5%	6%	-	3%	-	7%	6%	1%
	66%	7%	1%	14%	6%	1%	0,24%	2%	-	2%	1%	0,09%
<b>2007</b>	21%	12%	14%	25%	5%	7%	-	3%	-	8%	5%	1%

(Continua)

<b>2007</b>	65%	7%	1%	15%	5%	1%	0,23%	2%	-	3%	1%	0,11%
<b>2008</b>	22%	12%	14%	23%	5%	7%	-	3%	-	8%	6%	1%
	61%	7%	1%	16%	6%	1%	0,38%	2%	-	3%	2%	0,07%
<b>2009</b>	21%	13%	15%	23%	5%	7%	-	2%	-	8%	6%	1%
	63%	5%	1%	16%	7%	1%	0,34%	2%	-	4%	2%	0,03%
<b>2011</b>	22%	10%	16%	23%	6%	7%	-	2%	-	8%	6%	0,38%
	64%	6%	1%	15%	7%	1%	0,13%	2%	-	3%	1%	0,14%
<b>2012</b>	20%	10%	18%	22%	6%	7%	-	3%	-	8%	6%	0,26%
	59%	7%	1%	17%	7%	1%	0,17%	3%	-	4%	1%	0,04%
<b>2013</b>	21%	11%	19%	24%	6%	7%	-	3%	-	9%	-%	-%
	*											
<b>2014</b>	20%	10%	18%	22%	6%	7%	-	3%	-	9%	6%	0,21%
	55%	7%	2%	19%	8%	1%	0,3%	3%	-	4%	2%	0,05%
<b>2015</b>	19%	10%	18%	22%	6%	7%	-	3%	-	9%	6%	0,22%
	57%	7%	1%	18%	8%	1%	0,24%	2%	-	4%	1%	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa. – dados individuais das PNADs de 2002 a 2015.

1 – Agrícola; 2 – Indústria (inclusive indústria de transformação); 3 – Construção; 4 – Comércio e Reparação; 5 – Alojamento e Alimentação; 6 – Transporte, Armazenagem e Comunicação; 7 – Adm. Pública; 8 – Educação, Saúde e Serviços Sociais; 9 – Serviços Domésticos; 10 – Outros Serviços Coletivos Sociais e Pessoais; 11 – Outras Atív.; 12 – Atív. mal definidas ou não declaradas.

\*Devido ao banco de dados estar defasado para o ano 2013, não foi possível realizar a mensuração para os trabalhadores não remunerados.

Em relação aos locais em que foram realizadas as atividades na camada latente, no que se refere à participação percentual do trabalhador doméstico, conforme mostra a Tabela 5, o local de realização predominante foi no extrato 4 – domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês. A característica do extrato 3 – domicílio em que moravam –, talvez explique a alta participação percentual do extrato 4, em função do indivíduo que realiza o trabalho doméstico remunerado em sua grande maioria realiza a prestação de serviço em mais de uma unidade domiciliar, e também pelas sujeições inerentes a morar no mesmo estabelecimento que seus *patrões*.

Tabela 5 – Participação percentual dos locais de realização das atividades realizadas na camada latente, de 2001 a 2015

	Extratos							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Ano	Trabalhador doméstico							
2001	-	-	10%	90%	-	-	-	-
2002	-	-	6%	94%	-	-	-	-
2003	-	-	5%	95%	-	-	-	-
2004	-	-	5%	95%	-	-	-	-
2005	-	-	4%	96%	-	-	-	-
2006	-	-	4%	96%	-	-	-	-
2007	-	-	4%	96%	-	-	-	-
2008	-	-	7%	93%	-	-	-	-
2009	-	-	7%	93%	-	-	-	-
2011	-	-	5%	95%	-	-	-	-
2012	-	-	5%	95%	-	-	-	-
2013	-	-	5%	95%	-	-	-	-
2014	-	-	5%	95%	-	-	-	-
2015	-	-	4%	96%	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

1 – Loja, Oficina, Fábrica, Escola, Escritório, Repartição Pública, Galpão, etc.; 2 – Fazenda, Sítio, Chácara, Granja, etc.; 3 – No domicílio em que moravam; 4 – Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês; 5 – Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês; 6 – Em veículo automotor; 7 – Em via ou área pública; 8 – Outro.

A Tabela 6 apresenta os resultados encontrados para a participação percentual dos locais de realização das atividades na camada estagnada. Para o trabalhador por conta própria, de 2001 a 2015, os seguintes extratos tiveram as maiores participações: *i*) lojas, oficinas, fábricas, escolas, escritórios, repartição públicas, galpão, etc.; *ii*) fazenda, sítio, chácara, granja, etc.; *iii*) no domicílio em que moravam, e *iv*) em local designado pelo cliente, empregador ou freguês – parcelas 1, 2, 3 e 5 – (Tabela 6). Por outro lado, a menor participação é verificada nas atividades realizadas nos seguintes extratos: *i*) domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês; *ii*) em veículo automotor, e *iii*) em via ou área pública e outros locais – parcelas 4, 6, 7 e 8 – (Tabela 6).

Importante destacar que o extrato 4 por abranger o percentual de trabalhadores que realizam atividades no estabelecimento de outro empreendimento, indica um maior ou menor grau de terceirização. Portanto, conforme demonstra a Tabela 6, a baixa participação do extrato 4 sinaliza que de 2001 a 2015, as terceirizações no mercado de trabalho brasileiro não foram expressivas.

No que se refere aos trabalhadores remunerados, de acordo com a Tabela 6, o extrato 2 foi o mais significativo, contudo, foi o que mais oscilou negativamente, passando de 67% para 55%. Este resultado já era esperado, pois sua variação negativa retrata a liberação de mão-de-obra do setor agrícola, cuja tendência se explicita no desenvolvimento das modernizações.

Tabela 6 – Participação percentual dos locais de realização das atividades na camada estagnada, de 2001 a 2015

	Extratos							
	1	2	3	4	5	6	7	8
<b>Ano</b>	Trabalhador por conta própria							
	Trabalhador não remunerado							
<b>2001</b>	25%	23%	16%	3%	18%	5%	9%	1%
	21%	67%	6%	0,26%	1%	0,45%	3%	0,38%
<b>2002</b>	24%	23%	17%	5%	16%	5%	10%	1%
	21%	69%	5%	0,35%	1%	0,31%	3%	0,24%
<b>2003</b>	24%	22%	17%	5%	17%	5%	10%	1%
	21%	68%	6%	0,27%	1%	0,47%	3%	0,47%
<b>2004</b>	24%	23%	18%	5%	16%	5%	10%	1%
	18%	72%	5%	0,23%	1%	0,40%	3%	0,31%
<b>2005</b>	24%	22%	18%	5%	16%	5%	10%	1%
	22%	67%	6%	0,29%	1%	0,39%	3%	0,47%
<b>2006</b>	24%	21%	19%	6%	16%	5%	9%	1%
	24%	65%	6%	0,46%	1%	1%	3%	1%
<b>2007</b>	24%	19%	20%	7%	15%	5%	9%	1%
	22%	64%	9%	1%	1%	0,33%	3%	0,42%
<b>2008</b>	22%	19%	21%	7%	17%	5%	8%	1%
	25%	60%	9%	1%	1%	0,37%	3%	1%
<b>2009</b>	22%	19%	20%	6%	19%	5%	8%	1%

(Continua)

<b>2009</b>	25%	61%	7%	0,45%	1%	1%	2%	1%
<b>2011</b>	26%	20%	17%	6%	18%	5%	7%	1%
	25%	63%	7%	1%	1%	1%	2%	1%
<b>2012</b>	27%	18%	17%	2%	23%	5%	7%	1%
	31%	57%	6%	0%	1%	1%	3%	1%
<b>2013</b>	26%	18%	18%	2%	24%	5%	7%	1%
	30%	59%	6%	0,22%	1%	1%	3%	0,28%
<b>2014</b>	26%	18%	18%	2%	24%	5%	6%	1%
	33%	54%	7%	0,33%	2%	1%	2%	0,34%
<b>2015</b>	27%	17%	18%	2%	24%	5%	6%	0,46%
	31%	55%	7%	0,38%	2%	1%	3%	0,43%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

1 – Loja, Oficina, Fábrica, Escola, Escritório, Repartição Pública, Galpão, etc.; 2 – Fazenda, Sítio, Chácara, Granja, etc.; 3 – No domicílio em que moravam; 4 – Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês; 5 – Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês; 6 – Em veículo automotor; 7 – Em via ou área pública; 8 – Outro.

Realizada a caracterização dos ramos e locais de realização das atividades desempenhadas na camada latente e estagnada, cabe fazer mais um melhoramento nas análises do EIR, visando adicionar um novo fator: o tempo. Para tanto, foi mensurado a partir das estatísticas da PNAD a participação percentual do tempo de permanência dos trabalhadores em suas respectivas ocupações. A incorporação de tal fator é importante por auxiliar a demonstrar se o trabalhador ao integrar o EIR tende ou não a permanecer por longos períodos no EIR.

Em relação à camada latente, o primeiro fato a ser destacado é que de 2001 a 2006, a maior parte dos trabalhadores domésticos estavam até um ano e entre 2 a 4 anos nesta camada. Porém, de 2007 a 2015, a quantidade de trabalhadores há mais de 10 anos superou o tempo de permanência dos que estavam até um ano (Tabela 7). Uma segunda observação a ser feita, concerne ao tempo de permanência no trabalho para o próprio consumo, onde a Tabela 8 revela que, de 2001 a 2015, a quantidade de trabalhadores que produziam o próprio alimento há mais de 10 anos foi imperante, passando de 45% em 2001 para 60% em 2015.

Tabela 7 – Participação percentual do tempo de permanência dos trabalhadores na camada latente, de 2001 a 2015

Ano	Tempo de permanência no trabalho					
	Até 5 meses	6 meses a 1 ano	1 ano	2 a 4 anos	5 a 9 anos	Mais de 10 anos
	Trabalhador doméstico					
	Produção para o próprio consumo					
2001	21%	10%	16%	26%	14%	13%
	7%	3%	7%	20%	18%	45%
2002	20%	10%	16%	26%	14%	13%
	7%	3%	7%	20%	17%	45%
2003	19%	10%	16%	26%	15%	14%
	7%	4%	8%	20%	16%	46%
2004	19%	10%	15%	26%	15%	15%
	5%	3%	7%	21%	18%	46%
2005	19%	10%	16%	25%	15%	15%
	6%	3%	7%	21%	19%	44%
2006	19%	10%	16%	24%	14%	16%
	5%	3%	8%	21%	18%	45%
2007	17%	10%	16%	25%	16%	17%
	4%	2%	6%	17%	17%	54%
2008	19%	11%	14%	23%	15%	18%
	5%	3%	6%	17%	17%	53%
2009	17%	10%	15%	25%	15%	18%
	4%	3%	5%	16%	18%	54%
2011	14%	9%	14%	26%	16%	21%
	3%	2%	5%	16%	17%	58%
2012	15%	9%	14%	24%	16%	21%
	3%	2%	4%	12%	15%	64%
2013	15%	9%	14%	25%	16%	21%
	4%	2%	4%	13%	14%	63%
2014	13%	9%	14%	25%	17%	23%
	3%	2%	4%	13%	15%	62%
2015	13%	9%	13%	25%	17%	23%
	3%	3%	5%	13%	15%	60%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Na camada estagnada, em relação aos trabalhadores por conta própria, em todos os períodos, mais de 40% dos trabalhadores estavam nesta camada a mais de 10 anos, (Tabela 8). Para os trabalhadores não remunerados, no início do século, cerca de 20% dos trabalhadores estavam de 2 a 4 anos, e a mais de 10 anos, na atividade principal. Porém, em 2015, esta situação havia-se modificado e, então, 40% dos trabalhadores estavam realizando trabalho remunerado a mais de 10 anos. Enquanto cerca de 20% ainda estavam de 2 a 4 anos. (Tabela 8).

Tabela 8 - Participação percentual do tempo de permanência dos trabalhadores na camada estagnada, de 2001 a 2015

	Tempo de permanência no trabalho					
	Até 5 meses	6 meses a 1 ano	1 ano	2 a 4 anos	5 a 9 anos	Mais de 10 anos
<b>Ano</b>	Trabalhador por conta própria					
	Trabalhador não remunerado					
<b>2001</b>	7%	4%	8%	21%	18%	42%
	7%	4%	10%	28%	22%	28%
<b>2002</b>	8%	4%	8%	20%	18%	42%
	6%	4%	9%	28%	23%	30%
<b>2003</b>	7%	4%	8%	20%	18%	43%
	6%	4%	10%	27%	23%	30%
<b>2004</b>	7%	4%	8%	21%	18%	43%
	6%	3%	10%	28%	23%	30%
<b>2005</b>	7%	4%	8%	20%	18%	44%
	6%	4%	9%	27%	23%	30%
<b>2006</b>	6%	4%	8%	20%	18%	44%
	6%	4%	9%	28%	22%	31%
<b>2007</b>	6%	4%	8%	19%	18%	46%
	5%	4%	10%	27%	22%	33%
<b>2008</b>	6%	4%	7%	19%	17%	47%
	7%	4%	9%	26%	22%	33%
<b>2009</b>	6%	4%	7%	19%	18%	46%
	6%	4%	10%	26%	20%	34%
<b>2011</b>	5%	3%	7%	19%	18%	49%
	5%	4%	10%	25%	22%	34%

(Continua)

<b>2012</b>	5%	4%	7%	19%	17%	49%
	5%	3%	7%	21%	23%	41%
<b>2013</b>	5%	4%	7%	18%	17%	49%
	5%	4%	7%	19%	23%	42%
<b>2014</b>	5%	3%	7%	19%	17%	49%
	5%	4%	8%	21%	21%	42%
<b>2015</b>	5%	4%	7%	19%	17%	48%
	5%	4%	8%	22%	22%	40%

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Os resultados para a camada latente e estagnada, demonstra que, de 2001 a 2015, os trabalhadores não foram absorvidos substancialmente pelo Exército Ativo, de forma contrária, a maioria atingiu um tempo de permanência superior a 10 anos. Para os nossos objetivos, isto indica que se por um lado os trabalhadores não tinham expectativa de incorporar o Exército Ativo, por outro, se fixaram em ocupações no âmbito do EIR, o que, de certa forma, reafirma nossa discussão nas seções anteriores, pois, no trabalho tipicamente capitalista realizado no EIR, a aparência de um suposto trabalho livre, de uma livre iniciativa, de uma soberania do tempo, tem o poder de reprimir para o subsolo sócio *psíquico* os desvarios das relações de trabalho vigentes no século XXI.

#### 6.1.4 Distribuição da Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) nas categorias remuneradas do Mercado de Trabalho brasileiro

Após a caracterização dos ramos, locais e tempo de trabalho, cabe especificar a evolução da RDPC do Brasil para as camadas remuneradas do EIR e comparar com as outras categorias remuneradas do mercado de trabalho. Assim sendo, para analisar a evolução dos rendimentos médios no Brasil, em termos reais, foi levada em consideração a inflação do período. Os valores dos rendimentos foram colocados na mesma unidade monetária de 2015. Para cada ano desse intervalo foi utilizada a média geométrica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de setembro e outubro, o que confere equiparar o Índice da renda em primeiro de outubro. Os Índices utilizados estão na Tabela 9.

Tabela 9 – Índice da renda de 2001 a 2015 – média geométrica do INPC de set. e out.

Ano	Numero Índice						
2001	106,0531	2005	103,3893	2009	102,1298	2014	100,435
2002	105,3634	2006	103,0246	2011	101,9298	2015	100,000
2003	104,1641	2007	102,7296	2012	101,5448		
2004	103,5593	2008	102,4547	2013	100,8748		

Fonte: Elaboração própria.

No período de 2001 a 2015, embora tenha ocorrido uma relativa estabilidade dos preços, levando alguns autores a afirmarem que a RDPC não variou significativamente, a Tabela 10 expõe a existência de grandes diferenças entre as médias das categorias. Pois, enquanto a RDPC média da classe capitalista, em 2013, ultrapassou R\$5000,0, a soma da RDPC média dos trabalhadores do exército ativo e EIR em nenhum período atingiu este valor (Tabela 11).

Para o exército ativo, a RDPC média, em 2008, ultrapassou o patamar de R\$1000,0. Porém, em 2015, representava 2,8 vezes menos a da classe capitalista. Entretanto, no EIR, e essencialmente para os trabalhadores domésticos – camada latente –, a RDPC média em nenhum período atingiu R\$1000,00, de modo que, em 2015, ficou abaixo do salário mínimo vigente da época – de R\$788,00. Em relação aos trabalhadores por conta própria – camada estagnada –, mesmo a RDPC média sendo maior do que dos trabalhadores domésticos, não superou a do Exército Ativo (Figura 10).

Tabela 10 – RDPC Média do Brasil para a classe capitalista, Exército Ativo, trabalho doméstico e por conta-própria, de 2001 a 2015 (Reais de Set/Out de 2015)

Ano	Capitalista	Exército Ativo	Trabalho Doméstico	Conta Própria
2001	1960,9	600,3	203,6	516,5
2002	2091,5	641,7	218,1	525,8
2003	2246,8	688,5	239,6	570,8
2004	2319,7	726,0	253,7	594,4
2005	2509,3	796,1	280,2	632,7
2006	2788,9	868,5	311,1	684,1
2007	2929,8	938,9	339,0	805,4
2008	3053,1	1018,4	371,9	818,6
2009	3182,4	1102,0	409,5	862,0
2011	4097,6	1326,1	518,8	1175,3
2012	4530,9	1448,0	593,0	1326,2
2013	5100,2	1583,7	649,6	1391,1
2014	5216,6	1703,4	713,1	1494,5
2015	5160,0	1829,0	765,0	1484,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Esta situação contribui para um processo de pauperização relativa dos trabalhadores integrantes do EIR, pois, como no capitalismo as capacidades de consumo dos trabalhadores dependem da renda oriunda pela venda da força de trabalho mediante o salário, a reduzida RDPC no EIR indica, de acordo com Meirelles (2015), uma baixa participação do trabalhador supérfluo e de sua família na riqueza socialmente produzida e, no polo oposto, da maior apropriação de riqueza pelos capitalistas.

Por isso, à luz da queda tendencial do salário relativo, mesmo que os aumentos reais na RDPC configurem novas formas de acesso ao consumo, pode sequer atingir quaisquer fundamentos da exploração capitalista, em função de a classe capitalista continuar se apropriando da riqueza produzida pela classe trabalhadora (MEIRELLES, 2015). Dito isto, será feito um novo esforço para a discussão dos trabalhadores supérfluos, para que, finalmente, se abram caminhos a serem seguidos na busca pela compreensão do EIR em uma sociedade pautada no trabalho.

Ora, se entendemos tanto o mecanismo de produção capitalista no Exército Ativo, e se incorporarmos também as ocupações do EIR, que, de forma geral, encontram-se tolhida por formas potencializadas de exploração, a acumulação dá ai, um salto de *qualidade*, acelerando ainda mais o processo de concentração de renda e aumento da pobreza, que pode ser evidenciada observando a tendência de subnutrição da classe trabalhadora, a partir das diferenças entre rendimento monetário auferido pelo trabalhador e aquele que seria necessário para suprir suas necessidades vitais básicas.

A Tabela 11 expõe o Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESSE), como aquele que deveria vigorar para suprir às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família – uma família de 2 adultos e 2 crianças<sup>6</sup>.

Tabela 11 – RDPC Média do Brasil para a classe capitalista, Exército Ativo, trabalho doméstico e por conta-própria, de 2001 a 2015 (Reais de Set/Out de 2015)

Ano	SMN	Exército Ativo	Trabalhador Doméstico	Conta Própria
2001	1137,61	600,3	203,6	516,5
2002	1252,45	641,7	218,1	525,8
2003	1480,18	688,5	239,6	570,8
2004	1535,38	726,0	253,7	594,4
2005	1561,55	796,1	280,2	632,7

(*Continua*)

<sup>6</sup> As necessidades vitais básicas do trabalhador foram estabelecidas pela Constituição Brasileira de 1988. A partir das especificações constitucionais o DIESSE (2016) realiza o cálculo do SMN.

2006	1546,10	868,5	311,1	684,1
2007	1725,62	938,9	339,0	805,4
2008	2051,15	1018,4	371,9	818,6
2009	2085,93	1102,0	409,5	862,0
2011	2316,30	1326,1	518,8	1175,3
2012	2501,87	1448,0	593,0	1326,2
2013	2789,52	1583,7	649,6	1391,1
2014	2937,88	1703,4	713,1	1494,5
2015	3280,75	1829,0	765,0	1484,0

Fonte: Elaboração própria a partir de DIESSE e IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Torna-se evidente na Tabela 11 que o rendimento no Exército Ativo e EIR não foram suficientes para garantir a ele ganhos da acumulação de riqueza oriundos da acumulação flexível. Paralelamente, observa-se um processo de subnutrição entre os trabalhadores, principalmente no EIR, em que a RDPC foi significativamente menor do que o SMN. Por seu lado, a subnutrição entre os trabalhadores recaiu principalmente sobre as mulheres, visto que a categoria trabalho doméstico, cuja população é preponderantemente feminina, possui maiores discrepâncias em relação ao SMN (Tabela 11). Todavia, dentre os trabalhadores por conta própria, a má nutrição dos trabalhadores também demonstra estar vigente (Tabela 11).

Tudo isso não pode ser visto como intrínseco apenas ao estágio de desenvolvimento que se encontram as forças produtivas no século XXI. Ao contrário, como uma tendência imanente a todas as fases de desenvolvimento do sistema capitalista. Esse caráter antagônico do sistema é afirmado na RDPC dos trabalhadores não suprindo suas necessidades vitais básicas, enquanto existe a tendência de aumento, ao mesmo tempo, dos rendimentos da classe capitalista. Compreende-se, então, que conforme novos métodos de exploração evoluem na esfera do Exército Ativo e EIR, mais riqueza alheia é produzida, e na medida em que a riqueza é ampliada, a exploração do trabalho é potencializada. Nesse sentido a exploração à classe trabalhadora aumenta com as potências da riqueza, e esta, por sua vez, diretamente com a pobreza dos trabalhadores. Daí porque Marx, em *O Capital* afirma que “*a vida humana, em nove de cada dez casos, é mera luta pela existência*” (199b, p. 270, grifo nosso).

## CAPÍTULO VII CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XXI, a contradição central do capitalismo em reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto põe, trabalho como a única fonte e medida de riqueza, produz modificações no EIR que talvez Marx não imaginasse que pudesse ocorrer, no sentido do trabalho ao tornar-se supérfluo, não o fazer supérfluo ao capital, mas apenas a estrutura mecânica de produção no Exército Ativo. Todavia, o sistema capitalista realiza o que outrora foi anunciado por Marx (2011): evoca para a vida todas as forças da ciência e da natureza, para que a produção de riqueza independa de trabalho empregado nela, por outro lado, busca mensurar as forças sociais criadas, pelo trabalho.

O fato, porém, do trabalho vivo ser a única base de valorização do capital amplia, em escala crescente, a exploração do trabalho. Nesse sentido, a nova forma de *ser* do EIR mantém-se produto necessário da acumulação, todavia, a novidade histórica é que o EIR torna-se, por sua vez, alavanca de acumulação capitalista sem necessariamente pressionar ou incorporar o Exército Ativo. Não há aqui uma obsolescência da teoria de Marx. Significa, isso sim, que, o EIR representa uma forma mais desenvolvida das múltiplas determinações das contradições potenciais, abstratas e formais expostas por Marx ao longo de *O Capital*, convertendo-se em efetividade. Neste processo, a forma de existência e manifestação do EIR, ao vincular-se à nova dinâmica do capital para a superação de seu fundamento contraditório, inscreve-se ainda mais em uma sistemática que amplia, em novos patamares, a intensificação da extração de mais-valia.

Por seu turno, em um período de evolução do trabalho supérfluo, a sociedade se afirma cada vez mais como uma sociedade do trabalho, exibindo um momento paradoxal no mundo contemporâneo: é exatamente em sua fase de obsolescência, que o trabalho exibe seu poder despótico, em uma sociedade onde as condições materiais determinam o *pensar* e os produtos do *pensar* dos indivíduos, a impregnação do trabalho em todos os poros da vida permite que mesmo neste cenário, os trabalhadores busquem incessantemente ocupações. Inclusive, a predominância das camadas remuneradas do EIR no mercado de trabalho, ao representar o aumento na busca por ocupações, legitima a destruição dos antigos fundamentos operantes há muito tempo, para o desenvolvimento de novas formas de trabalho, sem que ocorra uma crítica categorial ao sistema fetichista produtor de mercadorias.

E então é aclamado em uma só voz: *qualquer trabalho é válido, quando não se tem nenhum*. Quanto mais ficam claro que as atividades realizadas no EIR não estão ligadas

visceralmente as grandes linhas de produção das corporações, mais as condições objetivas de trabalho, – como, por exemplo: meios de subsistência – não se apresentam subsumidas ao trabalhador, mas ao contrário. Ou seja, o trabalho no âmbito do EIR continua sendo um meio de (re)produção de valor, e com a existência da cisão entre o interesse particular do comum, tal valor não é apropriado pelo trabalhador, pois o que ele recebe é somente um salário que na maioria das vezes não lhe possibilita nem mesmo a aquisição de meios de subsistência.

Há de se considerar, que, sobretudo, o conteúdo da produção é displicente quanto à unidade de produção de mercadorias, pois, as atividades no processo de transformação da natureza e relações sociais no capitalismo são condicionadas ao dispêndio de força de trabalho. Se a extração de diamantes é realizada em meio à extrema pobreza, se as áreas de desmatamento na Amazônia estão aumentando cada vez mais para a criação de gado, se os trabalhadores integrantes do EIR representam mais de 50% do mercado de trabalho, isso não interessa. O que interessa é que energia humana possa ser transformada em dinheiro e dinheiro em um novo trabalho.

Após séculos de *adestramos*, seja na redefinição para uma categoria positiva, seja por sua imposição, seja nos processos de organização do taylorismo até o toyotismo ou ainda por sua definição como princípio ético moral, o homem moderno não consegue conceber uma estrutura social, cultural, econômica sem o trabalho. O trabalho *supérfluo*, que por sua própria semântica é um termo, que remete a algo *desnecessário*, serve, na sociedade hodierna, mais do nunca, para o indivíduo *procurar o que fazer*. O desenvolvimento da sociedade do trabalho manifesta-se na linguagem corriqueira, aliás, há tempos, que *trabalho* deixou de se referir meramente como forma de atividade capitalista tradicional, tornando-se sinônimo de qualquer atividade com finalidade.

Não por acaso, a falta de foco conceitual sobre a categoria conduz para uma crítica à sociedade do trabalho tão corriqueira que opera exatamente de maneira oposta, quer dizer, toma como ponto de partida uma crítica positiva do trabalho, acusando a sociedade de ainda não ser dominada completamente pelo trabalho. É inteiramente ignorado e, em linhas gerais, colocado fora de toda possibilidade de pensamento, considerar que a reafirmação do trabalho leva a reafirmação do capitalismo e, portanto, seria o mesmo que fazer a seguinte afirmação: o problema da sociedade consiste no capitalismo não dominar todos os poros da vida.

Por outro lado, se ainda havia esperanças, no final do século XX, de que a acumulação flexível pudesse sustentar uma *práxis* emancipatória, no século XXI, a sociedade encontra-se ainda mais longe desta promessa. O trabalhador flexível deveria ser a personificação daquele que não se submete aos ditames do capital e trabalho, daquele que, por conseguir um tempo

livre para a atividade independente, seria capaz de definir conscientemente seus objetivos. Estas esperanças lembram os primeiros escritos de Marx e Engels (2007, p. 38), que previram o futuro de sociedade comunista, onde;

“[...] cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, [...] a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico”.

A imagem lírica do Jovem Marx e Engels, lamentavelmente não representa a nova realidade da sociedade do trabalho. Otimistas desta nova sociedade tomaram o bonde errado, exatamente por ansiarem em desenvolver uma *práxis* emancipatória em sincronia com o modo de produção capitalista. Pois, atualmente, como a exemplo de antes, os interesses particulares são cindidos dos comuns. Nesses termos, a acumulação flexível desenvolveu-se viabilizando inteiramente a potencialização da exploração. Portanto, pode ser concebido que as formas de trabalho no EIR são, simultaneamente, formas de acumulação de riqueza, e toda ampliação da acumulação de riqueza torna-se, mutuamente, um método de desenvolver aquelas formas de trabalho. Segue-se então que, conforme riqueza é produzida, a situação da classe trabalhadora tende a deteriorar-se.

Assim, a análise da importância qualitativa e quantitativa do EIR na obra de Marx a partir do método expositivo dialético, permite estudar as formas de existência e manifestação do EIR no contexto social atual sem incorrer em uma reinterpretação forçada de *O Capital*, apreendendo melhor tanto o processo de exploração quanto o fundamento contraditório do capital que somente é capaz de arrebatar forças autodestrutivas. Então, para empreender um estudo da especificidade histórico-social do EIR no capitalismo contemporâneo, é fundamental ater-se a dinâmica de reestruturação do capital em seu processo de valorização. Se, por um lado, o EIR não é uma peculiaridade do século XXI, sendo, na verdade, como indicado por Marx, um elemento inerente ao modo de produção capitalista, por outro lado é necessário entendê-lo em sua nova forma de *ser*, em suas determinações históricas gerais, situando-o no fundamento contraditório capitalista.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIENCIAS DE LA URSS. **Manual de Economia Política**. México: Grijalbo, 1956, 610 p.

ALMEIDA-GABRIEL, F. B. **A recente evolução da distribuição de renda na Região Norte do Brasil**. 2014. 123 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2014.

ANTUNES, J.; BENOIT, H. **A dialética do conceito de crise em O Capital de Karl Marx**. 1 ed. São Paulo: Tykhe, 2008, 119 p.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999, 258 p.

ANTUNES, R. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, 2002.

ARENDT, H. **The Human Condition**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1998, 380 p.

ASTRADA, C. **Trabalho e Alienação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, 103 p.

AZEVEDO, B. **A produção não tipicamente capitalista: diversas abordagens**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1981.

BECK, U. **Risk Society: Towards a New Modernity**. 3. ed. Londres: Sage Publications, 1992. 264 p.

BELLUZZO, L. M. G. **Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política**. 1. ed. Brasiliense: Brasília, 1990, 119 p.

BÍBLIA, A. T. **Gênesis**. In Bíblia. Português. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos. Trad. Holy Bible. Salt Lake City: Intellectual Reserve, 2015.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1998, 284.

BRAVERMAN, H. **Labor and Monopoly Capital**. 1. ed. Nova York: Monthly Review Press, 1998, 339 p.

CARDOSO, C. S. F. O Trabalho Compulsório na Antiguidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003, 104 p.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2017, 240 p.

DEDECCA, C. S. A pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD Síntese Metodológica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 103-114, 2014

DIESSE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. jan. 2016.

DURKHEIM, E. **Da divisão social do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 483 p.

ENGELS, F. **The part played by in the transition from ape to man**. 1 ed. Moscou: Plubisher, 1985. 80 p.

FINLEY, M. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013, 400 p.

FORTES, R. V. Sobre o conceito de Exército Industrial de Reserva: aspectos históricos e atualidade. **Temporalis**. Brasília, n. 36, p. 256-273, 2018.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como Ideologia**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1968.

HOFFMANN, R. Decomposition of Mehran and Piesch inequality measures by factor components and their application to the distribution of per capita household income in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 149-171, 2004.

\_\_\_\_\_ Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, 2009.

HOFFMANN, R; NEY, M, G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39, 2008.

HOLLOWAY, J. The Red Rose of Nissan. **Capital & Class**. v. 11, n. 2, p. 142-164, 1987.

HOMER. **The Odyssey**. Tradução. Samuel Butler. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pp000051.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **Labour Force Framework: Concepts, Definitions, Issues and Classification**, 2011. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-port\\_of\\_spain/documents/presentation/wcms\\_304686.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-port_of_spain/documents/presentation/wcms_304686.pdf)> Acesso em 01 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

\_\_\_\_\_ **Nota técnica das Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua**, Rio de Janeiro: IBGE, 2015, 10 p.

KANT, I. **Kritik der reinen Vernunft**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1998. 505 p.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, 230 p.

KURZ, R.; LOHOFF, E.; TRENKLE, N. **Feierabend! Elf Attacken gegen die Arbeit**. 1. ed. Hamburg: Konkret Literatur Verlag, 1999. 253 p.

KURZ, R. **Die verlorene Ehre der Arbeit: Produzentensozialismus als logische Unmöglichkeit**. Exit, 1991. Disponível em: <<https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=73>> Acesso em: 20 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **A substância do capital: O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização**. Obeco, 2005. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz203.htm>>. Acesso em: 11 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Geld Ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie**. Berlin: Horlemann Verlag, 2012. 420 p.

LOHOFF, E.; TRENKLE, N. **La Grande Dévalorisation**. Fécamp: Post-éditions, 2014.

LUKÁCS, G. **Revolucion Socialista y Antiparlamentarismo**. 1 ed. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1973, 153 p.p.

LUXEMBURGO, R. **The Accumulation of Capital**. 1. ed. Londres: Routledge, 2003, 497 p.

MALTHUS, T. R. **PRINCIPLES OF POLITICAL ECONOMY**. London: William Pickering, 1836, 498 p.

MARTINEU, H. **Illustrations of Political Economy**. 3 ed. London: Charles Fox, 1832, 420 p.

MARX, K. **O Capital – crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. 1 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996a, tomo I, 496 p.

\_\_\_\_\_. **O Capital – crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. 1 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996b, tomo II, 394 p.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2004, 175 p

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011, 1285 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1998, 254 p.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p.

MEIRELLES, G. L. A. Pauperização Relativa, Desigualdade Social e a “Questão Social” Contemporânea. **Temporalis**, Brasília, n. 29, 2015.

MÉSZÁROS, I. **Beyond Capital – Towards a Theory of Transition**. 1 ed. New York: Monthly Review Press, 1995, 994 p.

MIGEOTTE, L. **Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade**. Petrópolis: Vozes, 2005, 239 p.

MOLLO, M. de L. R. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. **Crítica Marxista**, n. 37, p. 47-66, 2013.

NIETZSCHE, F. **CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2017, 136 p.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003. 143 p.

POSTONE, M. **Zeit, Arbeit und gesellschaftliche Herrschaft: Eine neue Interpretation der kritischen Theorie von Marx**. 2 ed. Freiburg: ça ira-Verlag, 2003, 616 p..

RIBEIRO, A. de F. **Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**, Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015.

RICARDO, D. **On The Principles of Political Economy and Taxation**. 1 ed. Kitchener: Batoche Books, 2001, 333 p.

SEMPRUN, J. **Bemerkungen zum - Manifest gegen die Arbeit**. Krisis, 2003. Disponível em: <<http://www.krisis.org/2003/bemerkungen-zum-manifest-gegen-die-arbeit/>> Acesso em 19 set. 2019.

SHORROCKS, A.; DAVIES, J.; LLUBERAS, R. **Global wealth 2018: The year in review**. Credit Suisse Research Institute Reports, Zurich: Switzerland, oct. 2018.

SILVA, C. M.; MENEZES FILHO, N.; KOMATSU, B. Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira. **Policy Paper**, São Paulo, n. 19, Centro de Políticas Públicas do Insper, São Paulo, ago. de 2016.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. 2. ed. Oxônia: Oxford University Press, 1976, 743 p.

TAYLOR, F. W. **The Principles of Scientific Management**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1919. p. 152.

TEIXEIRA, D. P. L.; SOUZA, M. F. C. A. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 65-74, 1985.

TRENKLE, N.; LOHOFF, E. **La Grande Dévalorisation**. 1 ed. Fécamp: Post-éditions, 2014, 352 p.

TRINDADE, H. Crise do Capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 225-244, 2017.

WEBER, M. **The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**. 1. ed. London: Routledge, 1992, 271 p.

## ANEXO A – Tabelas Complementares

Tabela A1 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Rondônia, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	1%	2%	3%	2%
Exército Ativo	31%	33%	33%	29%	28%	29%	30%	34%	33%	32%	25%	38%	38%	35%
<b>EIR Total</b>	<b>66%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>69%</b>	<b>70%</b>	<b>69%</b>	<b>68%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>66%</b>	<b>73%</b>	<b>60%</b>	<b>59%</b>	<b>62%</b>
EIR Flutuante	5%	4%	4%	3%	4%	4%	4%	4%	5%	2%	3%	4%	3%	4%
EIR Latente	47%	45%	45%	43%	45%	46%	43%	45%	45%	46%	49%	41%	38%	42%
EIR Estagnado	14%	15%	15%	23%	21%	20%	21%	15%	14%	18%	21%	14%	18%	16%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A2 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Acre, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	1%	2%	2%	3%	2%	1%	3%	2%	1%	1%	2%	3%	2%
Exército Ativo	29%	31%	29%	26%	30%	28%	28%	34%	33%	29%	25%	38%	38%	35%
<b>EIR Total</b>	<b>69%</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>	<b>73%</b>	<b>68%</b>	<b>71%</b>	<b>70%</b>	<b>64%</b>	<b>66%</b>	<b>70%</b>	<b>73%</b>	<b>60%</b>	<b>59%</b>	<b>62%</b>
EIR Flutuante	5%	3%	4%	4%	4%	4%	3%	4%	4%	2%	3%	4%	3%	4%
EIR Latente	49%	48%	50%	46%	47%	46%	47%	45%	44%	48%	49%	41%	38%	42%
EIR Estagnado	16%	16%	15%	23%	17%	21%	21%	15%	17%	19%	21%	14%	18%	16%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A3 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Amazonas, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Exército Ativo	25%	27%	28%	25%	27%	26%	28%	30%	29%	28%	33%	35%	34%	31%
<b>EIR Total</b>	<b>74%</b>	<b>72%</b>	<b>71%</b>	<b>74%</b>	<b>72%</b>	<b>73%</b>	<b>70%</b>	<b>69%</b>	<b>70%</b>	<b>71%</b>	<b>66%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>68%</b>
EIR Flutuante	9%	7%	9%	6%	6%	5%	3%	5%	6%	5%	5%	5%	6%	8%
EIR Latente	55%	50%	47%	47%	43%	47%	47%	48%	46%	47%	40%	39%	38%	40%
EIR Estagnado	10%	15%	15%	20%	23%	20%	21%	16%	18%	19%	21%	20%	20%	20%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A4 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Roraima, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	1%	0%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	2%
Exército Ativo	33%	31%	34%	28%	28%	32%	32%	34%	32%	35%	40%	35%	38%	39%
<b>EIR Total</b>	<b>67%</b>	<b>68%</b>	<b>64%</b>	<b>71%</b>	<b>70%</b>	<b>66%</b>	<b>66%</b>	<b>64%</b>	<b>67%</b>	<b>63%</b>	<b>57%</b>	<b>62%</b>	<b>60%</b>	<b>59%</b>
EIR Flutuante	5%	3%	7%	5%	8%	5%	6%	4%	6%	5%	6%	4%	5%	7%
EIR Latente	47%	51%	45%	53%	44%	40%	44%	46%	47%	42%	36%	42%	34%	36%
EIR Estagnado	15%	15%	12%	14%	18%	20%	17%	14%	13%	16%	16%	16%	21%	16%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A5 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Pará, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	2%	2%
Exército Ativo	27%	28%	28%	26%	26%	27%	27%	28%	27%	26%	31%	30%	30%	28%
<b>EIR Total</b>	<b>71%</b>	<b>70%</b>	<b>70%</b>	<b>71%</b>	<b>71%</b>	<b>71%</b>	<b>71%</b>	<b>69%</b>	<b>71%</b>	<b>72%</b>	<b>68%</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>	<b>71%</b>
EIR Flutuante	6%	6%	6%	4%	4%	4%	4%	3%	5%	4%	4%	4%	5%	5%
EIR Latente	49%	47%	46%	44%	44%	45%	46%	45%	46%	46%	40%	42%	42%	44%
EIR Estagnado	16%	17%	18%	23%	22%	22%	20%	21%	20%	22%	24%	21%	22%	22%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A6 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Amapá, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	1%	1%	1%	0%	2%	2%	2%	1%	2%	1%	1%	1%	2%	1%
Exército Ativo	25%	25%	24%	25%	29%	30%	31%	39%	31%	28%	33%	35%	37%	33%
<b>EIR Total</b>	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>75%</b>	<b>74%</b>	<b>70%</b>	<b>69%</b>	<b>67%</b>	<b>59%</b>	<b>67%</b>	<b>71%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>61%</b>	<b>66%</b>
EIR Flutuante	9%	12%	7%	7%	6%	3%	9%	9%	7%	7%	6%	7%	6%	7%
EIR Latente	55%	48%	52%	50%	49%	53%	46%	43%	49%	51%	42%	41%	39%	43%
EIR Estagnado	10%	14%	17%	17%	14%	13%	12%	8%	10%	13%	17%	17%	16%	16%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A7 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Tocantins, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	2%	2%	3%	1%	2%	2%
Exército Ativo	29%	29%	31%	31%	30%	30%	31%	34%	34%	33%	38%	35%	37%	35%
<b>EIR Total</b>	<b>68%</b>	<b>69%</b>	<b>66%</b>	<b>67%</b>	<b>68%</b>	<b>67%</b>	<b>67%</b>	<b>63%</b>	<b>64%</b>	<b>65%</b>	<b>60%</b>	<b>64%</b>	<b>61%</b>	<b>63%</b>
EIR Flutuante	4%	5%	5%	3%	4%	4%	4%	3%	4%	4%	4%	3%	6%	6%
EIR Latente	45%	45%	46%	46%	47%	45%	46%	45%	44%	47%	42%	44%	39%	45%
EIR Estagnado	19%	20%	15%	18%	17%	18%	17%	15%	15%	15%	14%	17%	16%	13%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A8 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Maranhão, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	1%	2%	1%	1%	1%	2%	1%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%
Exército Ativo	18%	19%	20%	20%	21%	21%	23%	24%	22%	22%	25%	27%	26%	24%
<b>EIR Total</b>	<b>81%</b>	<b>79%</b>	<b>79%</b>	<b>78%</b>	<b>78%</b>	<b>77%</b>	<b>76%</b>	<b>74%</b>	<b>76%</b>	<b>77%</b>	<b>73%</b>	<b>72%</b>	<b>73%</b>	<b>75%</b>
EIR Flutuante	4%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	3%	4%	4%	3%	4%	4%	4%
EIR Latente	46%	48%	48%	47%	45%	48%	52%	53%	51%	54%	49%	51%	46%	47%
EIR Estagnado	31%	28%	27%	27%	28%	25%	20%	18%	21%	20%	21%	17%	23%	24%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A9 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Piauí, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	2%	3%	3%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Exército Ativo	19%	19%	19%	20%	20%	22%	36%	23%	24%	25%	29%	28%	29%	29%
<b>EIR Total</b>	<b>79%</b>	<b>78%</b>	<b>79%</b>	<b>77%</b>	<b>77%</b>	<b>76%</b>	<b>61%</b>	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>69%</b>	<b>70%</b>	<b>69%</b>	<b>69%</b>
EIR Flutuante	3%	3%	3%	3%	4%	3%	4%	3%	3%	4%	3%	3%	3%	5%
EIR Latente	47%	46%	44%	42%	43%	46%	46%	46%	45%	46%	41%	45%	44%	41%
EIR Estagnado	28%	30%	32%	32%	30%	28%	41%	27%	26%	24%	24%	22%	22%	22%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A10 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Ceará, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	1%	2%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	1%	2%	1%	1%	1%
Exército Ativo	24%	25%	25%	25%	25%	26%	26%	27%	29%	27%	32%	31%	32%	29%
<b>EIR Total</b>	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>73%</b>	<b>72%</b>	<b>73%</b>	<b>71%</b>	<b>69%</b>	<b>72%</b>	<b>67%</b>	<b>68%</b>	<b>67%</b>	<b>69%</b>
EIR Flutuante	4%	5%	5%	5%	5%	5%	4%	4%	4%	3%	4%	3%	4%	5%
EIR Latente	48%	45%	46%	46%	46%	46%	48%	46%	47%	52%	47%	49%	48%	51%
EIR Estagnado	22%	24%	23%	23%	22%	22%	21%	21%	18%	17%	16%	16%	15%	13%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A11 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Rio Grande do Norte, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	2%
Exército Ativo	27%	28%	25%	26%	27%	28%	28%	29%	29%	28%	33%	33%	33%	30%
<b>EIR Total</b>	<b>71%</b>	<b>71%</b>	<b>73%</b>	<b>72%</b>	<b>71%</b>	<b>70%</b>	<b>70%</b>	<b>69%</b>	<b>69%</b>	<b>70%</b>	<b>66%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>68%</b>
EIR Flutuante	4%	4%	5%	5%	6%	5%	5%	4%	6%	5%	4%	6%	7%	6%
EIR Latente	53%	56%	51%	51%	50%	48%	48%	48%	48%	52%	46%	44%	44%	46%
EIR Estagnado	14%	11%	17%	17%	15%	17%	17%	17%	15%	13%	15%	15%	15%	16%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A12 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Paraíba, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	1%	1%	1%	1%	2%	2%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	2%	2%
Exército Ativo	23%	24%	24%	25%	25%	25%	25%	27%	26%	28%	31%	31%	33%	30%
<b>EIR Total</b>	<b>76%</b>	<b>75%</b>	<b>75%</b>	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>73%</b>	<b>74%</b>	<b>71%</b>	<b>73%</b>	<b>71%</b>	<b>68%</b>	<b>68%</b>	<b>65%</b>	<b>68%</b>
EIR Flutuante	4%	4%	5%	5%	4%	5%	4%	4%	4%	5%	5%	5%	4%	6%
EIR Latente	54%	49%	50%	51%	48%	48%	51%	53%	56%	52%	46%	49%	45%	46%
EIR Estagnado	18%	22%	20%	18%	21%	21%	19%	15%	13%	14%	16%	14%	15%	16%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A13 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Pernambuco, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	2%	1%	2%	2%	1%	2%	2%	1%	2%	1%	1%	1%
Exército Ativo	25%	25%	24%	25%	26%	26%	26%	27%	25%	28%	32%	33%	33%	29%
<b>EIR Total</b>	<b>74%</b>	<b>73%</b>	<b>74%</b>	<b>73%</b>	<b>72%</b>	<b>72%</b>	<b>73%</b>	<b>72%</b>	<b>73%</b>	<b>71%</b>	<b>67%</b>	<b>66%</b>	<b>66%</b>	<b>69%</b>
EIR Flutuante	6%	6%	6%	6%	7%	6%	7%	6%	7%	4%	6%	5%	5%	7%
EIR Latente	50%	47%	49%	49%	49%	49%	49%	50%	50%	55%	47%	47%	46%	48%
EIR Estagnado	18%	20%	19%	18%	17%	18%	17%	16%	16%	11%	14%	14%	14%	15%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A14 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Alagoas, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%
Exército Ativo	22%	24%	24%	22%	24%	24%	24%	25%	25%	26%	30%	32%	30%	26%
<b>EIR Total</b>	<b>77%</b>	<b>75%</b>	<b>75%</b>	<b>77%</b>	<b>74%</b>	<b>75%</b>	<b>75%</b>	<b>73%</b>	<b>73%</b>	<b>73%</b>	<b>69%</b>	<b>67%</b>	<b>69%</b>	<b>73%</b>
EIR Flutuante	6%	5%	4%	5%	5%	5%	4%	4%	7%	5%	6%	6%	7%	8%
EIR Latente	48%	52%	51%	51%	52%	53%	52%	53%	50%	57%	51%	51%	52%	53%
EIR Estagnado	22%	19%	20%	21%	17%	17%	19%	16%	16%	11%	12%	11%	11%	12%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A15 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Sergipe, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	1%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	2%	1%
Exército Ativo	27%	29%	28%	30%	29%	30%	30%	30%	24%	29%	35%	33%	33%	31%
<b>EIR Total</b>	<b>72%</b>	<b>70%</b>	<b>71%</b>	<b>68%</b>	<b>70%</b>	<b>69%</b>	<b>69%</b>	<b>68%</b>	<b>75%</b>	<b>69%</b>	<b>64%</b>	<b>66%</b>	<b>65%</b>	<b>67%</b>
EIR Flutuante	7%	6%	6%	7%	8%	6%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	7%
EIR Latente	47%	44%	44%	42%	43%	44%	45%	47%	57%	47%	42%	45%	41%	42%
EIR Estagnado	18%	19%	21%	20%	19%	18%	18%	16%	13%	17%	17%	16%	19%	19%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A16 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Bahia, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Exército Ativo	25%	25%	25%	26%	27%	27%	27%	28%	29%	29%	32%	32%	32%	30%
<b>EIR Total</b>	<b>73%</b>	<b>73%</b>	<b>73%</b>	<b>73%</b>	<b>72%</b>	<b>71%</b>	<b>72%</b>	<b>70%</b>	<b>69%</b>	<b>70%</b>	<b>66%</b>	<b>66%</b>	<b>66%</b>	<b>69%</b>
EIR Flutuante	6%	6%	6%	7%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	5%	6%	7%
EIR Latente	45%	44%	45%	43%	44%	46%	46%	46%	45%	48%	44%	44%	42%	44%
EIR Estagnado	22%	23%	23%	23%	22%	19%	20%	18%	19%	16%	17%	18%	18%	18%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A17 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Minas Gerais, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	3%	3%	3%	3%	3%	3%	2%	3%	3%	2%	3%	3%	3%	3%
Exército Ativo	31%	32%	31%	33%	33%	34%	35%	37%	36%	36%	40%	40%	39%	37%
<b>EIR Total</b>	<b>66%</b>	<b>65%</b>	<b>66%</b>	<b>65%</b>	<b>64%</b>	<b>63%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>	<b>62%</b>	<b>62%</b>	<b>57%</b>	<b>57%</b>	<b>58%</b>	<b>61%</b>
EIR Flutuante	6%	6%	6%	6%	5%	5%	5%	4%	5%	4%	4%	4%	4%	6%
EIR Latente	47%	46%	46%	46%	45%	44%	44%	44%	44%	46%	39%	40%	39%	40%
EIR Estagnado	14%	14%	14%	13%	14%	14%	14%	13%	13%	13%	14%	13%	14%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A18 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Espírito Santo, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	3%	3%	3%	3%	3%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	2%	3%	3%
Exército Ativo	33%	32%	32%	35%	35%	37%	35%	36%	37%	37%	40%	39%	39%	35%
<b>EIR Total</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>61%</b>	<b>62%</b>	<b>60%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>	<b>61%</b>	<b>61%</b>	<b>58%</b>	<b>58%</b>	<b>59%</b>	<b>62%</b>
EIR Flutuante	6%	6%	6%	5%	6%	4%	7%	4%	5%	5%	4%	4%	5%	7%
EIR Latente	42%	42%	43%	42%	41%	42%	42%	43%	41%	41%	36%	38%	36%	39%
EIR Estagnado	17%	16%	16%	14%	15%	14%	14%	15%	14%	14%	18%	16%	18%	16%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A19 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Rio de Janeiro, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Exército Ativo	30%	30%	31%	32%	31%	32%	33%	34%	34%	34%	38%	38%	37%	36%
<b>EIR Total</b>	<b>68%</b>	<b>68%</b>	<b>67%</b>	<b>66%</b>	<b>67%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>61%</b>	<b>60%</b>	<b>61%</b>	<b>63%</b>
EIR Flutuante	7%	7%	7%	7%	7%	7%	6%	5%	5%	5%	4%	4%	5%	7%
EIR Latente	49%	49%	49%	48%	48%	48%	48%	47%	48%	48%	45%	44%	44%	43%
EIR Estagnado	12%	12%	11%	12%	12%	11%	12%	12%	11%	11%	11%	12%	12%	12%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A20 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, São Paulo, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	3%	3%	3%	2%	3%	3%	2%	3%	2%	2%	3%	3%	3%	2%
Exército Ativo	35%	35%	35%	37%	37%	38%	39%	40%	39%	40%	45%	44%	43%	41%
<b>EIR Total</b>	<b>63%</b>	<b>62%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>	<b>60%</b>	<b>59%</b>	<b>59%</b>	<b>57%</b>	<b>59%</b>	<b>58%</b>	<b>52%</b>	<b>53%</b>	<b>54%</b>	<b>57%</b>
EIR Flutuante	7%	7%	8%	7%	7%	6%	6%	5%	6%	4%	4%	4%	5%	7%
EIR Latente	45%	44%	44%	44%	42%	43%	42%	42%	42%	43%	37%	39%	37%	38%
EIR Estagnado	11%	11%	11%	10%	11%	10%	11%	10%	10%	10%	11%	11%	12%	11%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A21 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Paraná, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	3%	3%	3%	4%	3%	3%
Exército Ativo	31%	32%	32%	34%	34%	34%	36%	37%	36%	38%	43%	42%	43%	39%
<b>EIR Total</b>	<b>66%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>62%</b>	<b>63%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>	<b>59%</b>	<b>54%</b>	<b>54%</b>	<b>54%</b>	<b>57%</b>
EIR Flutuante	5%	5%	5%	4%	4%	4%	4%	3%	4%	3%	3%	3%	3%	5%
EIR Latente	43%	42%	43%	41%	42%	42%	41%	43%	42%	42%	37%	38%	37%	38%
EIR Estagnado	18%	18%	18%	17%	16%	17%	16%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A22 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Santa Catarina, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	4%	3%	4%	3%	4%	4%	3%	4%	4%	3%	3%	4%	4%	4%
Exército Ativo	34%	35%	36%	37%	37%	36%	39%	39%	39%	41%	44%	44%	44%	41%
<b>EIR Total</b>	<b>62%</b>	<b>62%</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>	<b>59%</b>	<b>59%</b>	<b>58%</b>	<b>58%</b>	<b>56%</b>	<b>56%</b>	<b>53%</b>	<b>52%</b>	<b>53%</b>	<b>55%</b>
EIR Flutuante	3%	3%	4%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	2%	2%	2%	2%	4%
EIR Latente	41%	41%	41%	38%	39%	40%	39%	40%	38%	41%	36%	36%	36%	38%
EIR Estagnado	18%	18%	19%	19%	17%	16%	16%	15%	15%	13%	15%	14%	15%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A23 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Santa Catarina, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	2%	3%	3%	3%	4%
Exército Ativo	31%	31%	31%	33%	33%	33%	34%	35%	34%	36%	39%	39%	40%	41%
<b>EIR Total</b>	<b>66%</b>	<b>66%</b>	<b>66%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>62%</b>	<b>62%</b>	<b>62%</b>	<b>58%</b>	<b>58%</b>	<b>57%</b>	<b>55%</b>
EIR Flutuante	4%	4%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	3%	3%	2%	3%	4%
EIR Latente	41%	41%	41%	40%	41%	41%	41%	42%	42%	43%	38%	39%	38%	38%
EIR Estagnado	20%	21%	20%	20%	19%	19%	18%	17%	17%	16%	17%	16%	16%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A24 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Rio Grande do Sul, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	3%	3%	3%	3%	3%	4%	3%	3%	4%	2%	4%	4%	4%	4%
Exército Ativo	31%	33%	32%	33%	32%	32%	33%	35%	33%	37%	43%	45%	43%	40%
<b>EIR Total</b>	<b>66%</b>	<b>63%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>62%</b>	<b>63%</b>	<b>60%</b>	<b>53%</b>	<b>51%</b>	<b>53%</b>	<b>56%</b>
EIR Flutuante	5%	5%	5%	4%	5%	5%	4%	5%	4%	3%	2%	2%	3%	4%
EIR Latente	46%	43%	45%	45%	45%	43%	44%	43%	43%	44%	37%	37%	36%	38%
EIR Estagnado	15%	15%	14%	15%	14%	16%	16%	14%	15%	13%	14%	12%	14%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A25 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Mato Grosso, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	3%	2%	2%	3%	3%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	2%
Exército Ativo	34%	32%	32%	35%	33%	32%	33%	35%	35%	36%	42%	41%	43%	39%
<b>EIR Total</b>	<b>63%</b>	<b>65%</b>	<b>66%</b>	<b>62%</b>	<b>63%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>61%</b>	<b>62%</b>	<b>61%</b>	<b>55%</b>	<b>56%</b>	<b>54%</b>	<b>59%</b>
EIR Flutuante	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%	4%	4%	5%	3%	3%	3%	4%
EIR Latente	42%	43%	44%	41%	42%	44%	42%	43%	44%	42%	37%	40%	37%	38%
EIR Estagnado	17%	17%	18%	17%	16%	15%	17%	15%	14%	15%	14%	13%	15%	17%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A26 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Goiás, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	3%	3%	3%	3%	2%	3%	3%	3%	3%	2%	3%	3%	3%	3%
Exército Ativo	32%	33%	33%	33%	34%	34%	35%	36%	36%	38%	42%	41%	41%	38%
<b>EIR Total</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>63%</b>	<b>62%</b>	<b>61%</b>	<b>61%</b>	<b>60%</b>	<b>56%</b>	<b>56%</b>	<b>56%</b>	<b>59%</b>
EIR Flutuante	5%	4%	5%	5%	6%	5%	5%	4%	5%	3%	3%	3%	3%	5%
EIR Latente	45%	45%	45%	44%	44%	45%	43%	43%	42%	44%	38%	39%	38%	38%
EIR Estagnado	15%	15%	14%	15%	14%	14%	14%	14%	14%	13%	14%	14%	15%	15%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A27 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Distrito Federal, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	3%	2%	3%	3%
Exército Ativo	37%	38%	36%	37%	40%	39%	39%	39%	40%	42%	47%	47%	43%	43%
<b>EIR Total</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>	<b>61%</b>	<b>61%</b>	<b>58%</b>	<b>59%</b>	<b>59%</b>	<b>58%</b>	<b>58%</b>	<b>56%</b>	<b>50%</b>	<b>50%</b>	<b>55%</b>	<b>54%</b>
EIR Flutuante	9%	9%	8%	9%	9%	7%	8%	7%	7%	5%	6%	6%	3%	7%
EIR Latente	43%	43%	44%	44%	41%	43%	42%	42%	42%	42%	35%	35%	36%	37%
EIR Estagnado	8%	8%	9%	8%	8%	8%	10%	9%	8%	9%	9%	10%	15%	10%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.

Tabela A28 – Composição da Classe Capitalista, Exército Ativo e Exército Industrial de Reserva, Brasil, de 2001 a 2015

Categorias	Ano													
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Capitalistas	2%	2%	2%	2%	2%	3%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Exército Ativo	30%	30%	30%	31%	31%	32%	33%	34%	33%	34%	38%	38%	38%	36%
<b>EIR Total</b>	<b>68%</b>	<b>67%</b>	<b>67%</b>	<b>66%</b>	<b>66%</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>64%</b>	<b>59%</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>	<b>62%</b>
EIR Flutuante	6%	6%	6%	6%	6%	5%	5%	4%	5%	4%	4%	4%	5%	6%
EIR Latente	46%	45%	45%	45%	44%	45%	45%	45%	45%	46%	41%	41%	40%	41%
EIR Estagnado	16%	17%	16%	16%	16%	16%	15%	15%	14%	14%	15%	14%	15%	15%

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE – dados individuais das PNADs de 2001 a 2015.